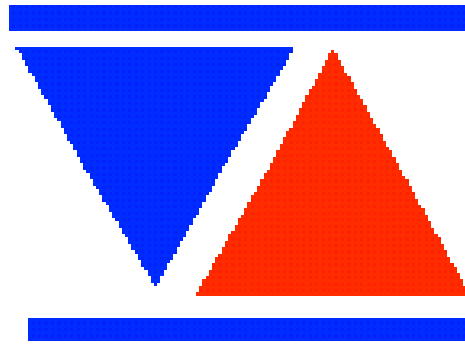


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1º TRIMESTRE DE 2012

ABRIL – 2012

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA
COMPOSIÇÃO****TRIBUNAL PLENO**

Cons. ZILTON ROCHA – Presidente
Cons. RIDALVA CORREA DE MELO FIGUEIREDO – Vice-Presidente
Cons. MANOEL FIGUEIREDO CASTRO – Corregedor
Cons. FILEMON NETO MATOS
Cons. ANTONIO FRANÇA TEIXEIRA
Cons. PEDRO HENRIQUE LINO DE SOUZA
Cons. ANTONIO HONORATO DE CASTRO NETO

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA

MAURÍCIO CALEFFI – Procurador Geral
CAROLINA MATOS ALVES COSTA – Procuradora
DANILO FERREIRA ANDRADE – Procurador
MARCEL SIQUEIRA SANTOS – Procurador

**PROCURADORA ASSISTENTE DO NÚCLEO DE ATUAÇÃO
DA PGE JUNTO AO TCE/BA**

LUCIENE ROSA CRODA

PRIMEIRA CÂMARA

Cons. ANTONIO FRANÇA TEIXEIRA – Presidente
Cons. FILEMON NETO MATOS
Cons. ANTONIO HONORATO DE CASTRO NETO

SEGUNDA CÂMARA

Cons. PEDRO HENRIQUE LINO DE SOUZA – Presidente
Cons. MANOEL FIGUEIREDO CASTRO
Cons. RIDALVA CORREA DE MELO FIGUEIREDO

SUBSTITUTOS DE CONSELHEIRO

ALMIR PEREIRA DA SILVA
INALDO DA PAIXÃO SANTOS ARAÚJO
JAYME BALEEIRO NETO
JOSUÉ LIMA DE FRANÇA
LILIAN DAMASCENO FERREIRA SANTOS
PEDRO HUMBERTO TEIXEIRA BARRETO

ÓRGÃOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

Superintendente Técnico

PAULO HENRIQUE NUNES NEVES DA ROCHA

Secretário Geral

MARIA DO CARMO GALVÃO DO AMARAL

Diretor Administrativo e Financeiro

HENRIQUE PEREIRA SANTOS FILHO

Chefe de Gabinete da Presidência

NELSON JOSÉ DO CARMO

Diretor do Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo

JOSÉ LUÍS GALVÃO PINTO BONFIM

Ouvidor

PAULO SÉRGIO PACHECO DE FIGUEIREDO

Chefe da Assessoria Técnico-Jurídica

ALBERTO LUIZ TELLES SOARES

Chefe da Auditoria Interna

ANTONIO GERALDO CONCEIÇÃO BRAGA

Inspetor de Finanças

GUILHERME PRATA SAMPAIO

Coordenadores de Controle Externo

FÁTIMA MONTEIRO BARRETO
MÁRCIA DA SILVA SAMPAIO CERQUEIRA
JOSÉ RAIMUNDO BASTOS DE AGUIAR
ANTÔNIO LUIZ CARNEIRO
MARCOS ANDRÉ SAMPAIO DE MATOS
RAQUEL LEDA CORDEIRO CAPISTRANO

Coordenador de Projetos Especiais

MARIA SALETE SILVA OLIVEIRA

Diretor Geral do CEDASC

EDMILSON SANTOS GALIZA

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA
MISSÃO, VISÃO DE FUTURO E VALORES**

MISSÃO

Exercer o controle externo em benefício da sociedade, zelando pela regular gestão dos recursos públicos e contribuindo para a efetividade das políticas governamentais.

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecido pela sociedade como instituição essencial ao controle da gestão pública.

VALORES

**Competência profissional
Ética
Independência
Transparência
Celeridade
Credibilidade
Comprometimento**

UNIDADE RESPONSÁVEL**Superintendência Técnica**

PAULO HENRIQUE NUNES NEVES DA ROCHA

Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo

JOSÉ LUÍS GALVÃO PINTO BONFIM

Gerência de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Institucional

ADRIANNE MÔNICA OLIVEIRA SOUZA – Gerente

JOSENICE COELHO TEIXEIRA

NILZA MARIA AGUIAR

COLABORAÇÃO

CLARISSA CARNEIRO DA ROCHA

Internet: www.tce.ba.gov.br

4ª Avenida, 495, Plataforma V - Centro Administrativo da Bahia

Ed. Cons. Joaquim Batista Neves

Salvador/BA – CEP 41.750-300

Tel.: 31154610 e Fax: 31154609

Ouvidoria

Fone: 31154561

E-mail: ouvidoria@tce.ba.gov.br

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento à obrigação estabelecida no artigo 91, parágrafo 3º, da Constituição Estadual, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia encaminha à Augusta Assembleia Legislativa o Relatório de Atividades referente ao primeiro trimestre de 2012, contendo dados e informações acerca das deliberações do Tribunal Pleno e das Câmaras, acompanhamento das auditorias e da instrução de processos a cargo das unidades competentes, execução orçamentária e financeira do referido período, bem como realizações e projetos relacionados ao desenvolvimento e modernização institucional.

Essas e outras ações estão contempladas no presente Relatório, dispostas em quatro capítulos, nos quais se encontram apresentadas informações relativas a: competência, jurisdição e organização do TCE/BA; atividades de controle externo realizadas no exercício, tanto pelos órgãos deliberativos como pelos órgãos técnicos de fiscalização e auditoria; atividades de desenvolvimento institucional, inclusive na área de tecnologia da informação; e execução orçamentária e financeira.

Encontram-se disponíveis em dois dos Apêndices existentes no Relatório todas as decisões do Tribunal Pleno em termos de Prestações de Contas (Apêndice A) e de Auditorias e Inspeções (Apêndice B).

O Relatório contempla, ainda, as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público Especial junto a este TCE e pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC), autarquia vinculada a este Órgão, assim como os elementos que espelham a execução orçamentária e financeira daquela Autarquia e do Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (FUNTCE).

Neste Relatório Trimestral de Atividades, apresenta-se o acompanhamento do Plano Estratégico (2010-2013) do TCE/BA, visando ampliar a divulgação dos resultados dos trabalhos e aperfeiçoar seus mecanismos internos de controle, sendo discriminadas as principais ações desenvolvidas, cumulativamente, nos exercícios de 2010 a 2012, em consonância com as diretrizes e objetivos estratégicos priorizados.

Destaque-se que, além de cumprir uma obrigação de natureza constitucional, o presente Relatório corresponde a um instrumento de promoção da transparência alusiva à gestão desta Instituição e de comunicação com a sociedade, demonstrando, de forma objetiva, os resultados do controle externo exercido pelo TCE/BA no âmbito da Administração Pública Estadual.

Salvador, 30 de abril de 2012.

ZILTON ROCHA
Conselheiro Presidente

RESUMO

As principais realizações do Tribunal de Contas do Estado da Bahia referentes ao primeiro trimestre de 2012 estão apresentadas a seguir:

Controle Externo

Apreciação pelo Tribunal Pleno de 3 auditorias/inspeções (p.28; 31; 34; 87).

Julgamento de 13 processos de prestação de contas da administração direta e indireta, ensejando 42 decisões, sendo: 40 aprovações, das quais 12 na íntegra, 25 com recomendação e/ou ressalva e 3 com recomendação e/ou ressalva e multa; além de 1 desaprovação com imputação de responsabilidade financeira e multa e 1 desaprovação com multa. Foram apreciados/julgados 5 relatórios de atividades de secretarias e outros órgãos, sendo 1 aprovado na íntegra e 4 aprovados com recomendação e/ou ressalva (p.28 a 33; 84 a 86).

Julgamento/apreciação de 1.456 processos pela Primeira Câmara, sendo 241 relativos a transferências para reserva, 1.167 a aposentadorias, 2 a pensões especiais, 13 a reformas, 33 a atos de admissão de pessoal, com 23 registros e 10 arquivamentos/negação de registro (p.36).

Julgamento/apreciação de 90 processos pela Segunda Câmara, sendo 29 prestações de contas de recursos estaduais atribuídos a municípios, 59 recursos estaduais atribuídos a entidades e instituições e 2 contas de responsáveis por adiantamento (p.36 e 37).

Instrução em andamento, no 1º trimestre de 2012, de 26 prestações de contas de ordenadores de despesa e 24 prestações de contas de administradores, pelas Coordenadorias de Controle Externo (CCEs). Foram instruídos 116 processos de prestação de contas de recursos estaduais atribuídos a entidades, ONGs ou municípios e 26 processos de prestação de contas de responsáveis por adiantamento. Ademais, foram instruídas 11 diligências, encontrando-se outras 18 em instrução, e 2 denúncias, encontrando-se outras 3 em instrução (p.40 e 41).

Instrução, neste trimestre, de 2.053 processos relativos a atos de admissão de pessoal, aposentadoria, pensão, reforma e transferência para reserva (p.40 e 41).

Instrução em andamento no trimestre de: 8 auditorias em projetos co-financiados com recursos externos; 1 auditoria de acompanhamento de licitações, contratos e convênios; e 1 auditoria especial. Além disso, durante o trimestre, permaneceu em fase de instrução 1 auditoria relativa aos exames do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (p.40 e 41).

Desenvolvimento Institucional

Realização pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia, no dia 02/02/2012, de sua primeira sessão plenária ordinária do ano de 2012, presidida pelo Cons. Zilton Rocha, com a presença dos Conselheiros Ridalva Figueiredo (Vice-Presidente), Manoel Castro (Corregedor), Filemon Matos, França Teixeira, Pedro Lino e Antonio Honorato. Nessa oportunidade, de acordo com o estabelecido no Regimento Interno do TCE/BA, a Conselheira Vice-Presidente Ridalva Figueiredo foi indicada Relatora das Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia, referentes ao exercício de 2011 (p.46).

Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, em eventos externos e internos, no 1º trimestre de 2012 (p.46 a 49).

Promoção ou acolhimento pelo TCE/BA, no 1º trimestre de 2012, de eventos institucionais (p.48 a 49).

Início do novo Plano Comunicação do TCE/BA, estreitando-se o relacionamento institucional com a mídia. Assim sendo, o Presidente, Cons. Zilton Rocha, concedeu entrevistas, no 1º trimestre de 2012, para a: Rádio Itaparica, sobre as ações do TCE/BA, com veiculação estadual, em 24/02/2012; Rádio Excelsior, sobre as ações do TCE/BA e os seus benefícios para o cidadão baiano, com veiculação estadual, em 19/03/2012 (p.50).

Início do projeto de divulgação das sessões plenárias do TCE/BA em formato de vídeo. No 1º trimestre de 2012, foram iniciados estudos preliminares para o projeto de gravação, armazenamento, pesquisa e visualização dos vídeos das sessões plenárias do Tribunal no seu Portal *Web*. Foram especificados todos os requisitos técnicos, assim como toda a infraestrutura de armazenamento e de cópias de segurança necessárias à disponibilização do serviço no Portal do TCE/BA. A Assessoria de Comunicação (ASCOM) acompanhou as gravações das sessões plenárias do TCE/BA, além de participar das edições com a TV Assembleia (p.67).

Exame de 381 processos pelo Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, no 1º trimestre de 2012, além do exercício de outras atividades (p.51 e 52).

Elaboração do “Acompanhamento do Plano Estratégico 2010-2013: Ações de 2010 a 2012” (Apêndice D deste Relatório), sendo discriminadas as ações desenvolvidas pelo TCE/BA, cumulativamente, nos exercícios de 2010 a 2012, em consonância com as diretrizes e objetivos estratégicos priorizados (p.53; 91 a 141).

Implementação de projetos especiais com vistas ao desenvolvimento institucional: Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX), Projeto de Aperfeiçoamento e Sistematização do Processo Auditorial (ASPA) e Projeto Multiplicando Experiências (p.55 a 62).

Implementação de ações de educação corporativa, compreendendo a participação dos servidores do TCE/BA em: cursos e eventos internos com 51 inscrições; cursos de Graduação e Pós-graduação com 2 beneficiados; eventos externos, com 28 inscrições. Houve, ainda, 9 inscrições em cursos do Programa Nacional de Capacitação Compartilhada TCU/ISC, do Grupo de Educação Corporativa do PROMOEX (p.63 a 65).

Capacitação relativa ao Sistema de Gerenciamento de Auditoria – SGA para 35 servidores, distribuídos em 3 turmas, objetivando preparar os profissionais de auditoria para utilizar esse novo sistema. O treinamento foi realizado pelo Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo – CEICE, em parceria com o Comitê Gestor do Sistema e com o Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria – CEDASC (p.63).

Treinamento relativo ao ZWCAD para 14 servidores, objetivando capacitar engenheiros e arquitetos para o seu uso como ferramenta auxiliar nas auditorias de obras (p.63).

Execução de ações relativas à Tecnologia da Informação pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria – CEDASC (p.66 a 69).

Desenvolvimento do Projeto do novo Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos do TCE/BA, provisoriamente denominado de e-PROC, que substituirá o atual Sistema Secretaria Geral Informatizada (SEGIN) e terá rotinas próprias para a gestão dos processos e documentos do TCE/BA, tais como protocolo, sorteio, trâmite, notificação, julgamento e arquivamento.

O novo Sistema oferecerá uma nova plataforma tecnológica, moderna e baseada em *softwares* livres para ampliação da informatização das rotinas processuais do Tribunal e ampliará a informatização da rotinas de gerenciamento de processos e documentos e melhorará a produtividade no uso dos recursos tecnológicos os usuários. No 1º trimestre de 2012, foi iniciado o desenvolvimento do modelo de dados e das rotinas de ações comuns do Sistema (p.67).

Reccebimento pela Ouvidoria do TCE/BA de 36 manifestações, sendo 80,5% de pessoas físicas e 16,7% anônimas, tendo sido todas devidamente tratadas, respondidas ou encaminhadas aos órgãos ou setores competentes (p.70).

Realização pela Auditoria Interna (AUDIT) do TCE/BA das seguintes atividades, entre outras: exame da Prestação de Contas e Relatório de Anual de Atividades do TCE/BA, referente ao exercício de 2011; auditoria operacional, em fase de monitoramento, no processo auditorial das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), com o objetivo de verificar seu desempenho na atividade fim deste TCE, identificando oportunidade de melhoria, com foco na eficiência, eficácia e qualidade; auditoria de regularidade no Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 3º quadrimestre de 2011, com o objetivo de verificar o limite estabelecido, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para a Despesa Líquida com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (p. 71).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Natureza das matérias apreciadas/julgadas	29
Quadro 1	Prestações de contas da administração direta julgadas	32
Quadro 2	Prestações de contas da administração indireta julgadas	33
Quadro 3	Relatórios de Atividades apreciados/julgados	33
Quadro 4	Auditorias/inspeções apreciadas	34
Quadro 5	Áreas de atuação das CCEs	39
Quadro 6	Auditorias em projetos co-financiados com recursos externos	42
Quadro 7	Estágio de execução das auditorias em projetos co-financiados	43
Quadro 8	Estágio de execução das auditorias operacionais	44
Quadro 9	Estágio de execução do acompanhamento de licitações, contratos e convênios	44
Quadro 10	Auditorias sobre o cumprimento das normas da LRF	45
Quadro 11	Estágio de execução do acompanhamento da execução orçamentária e financeira	45
Quadro 12	Reuniões institucionais realizadas pela Presidência do TCE/BA no 1º trimestre de 2012	50
Quadro 13	Cursos e eventos internos	63
Quadro 14	Programa Nacional de Capacitação Compartilhada TCU-ISC/Grupo de Educação Corporativa – PROMOEX	64
Quadro 15	Bolsas de estudo vigentes – Pós-graduação	64
Quadro 16	Bolsas de estudo vigentes – Graduação	64
Quadro 17	Eventos externos	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Jurisdicionados do TCE/BA	23
Tabela 2	Processos autuados	26
Tabela 3	Acórdãos e resoluções	28
Tabela 4	Matéria apreciada/julgada pelo Tribunal Pleno	28
Tabela 5	Decisões do Tribunal Pleno	31
Tabela 6	Processos apreciados/julgados pelas Câmaras	36
Tabela 7	Decisões da Segunda Câmara	37
Tabela 8	Condenações e sanções aplicadas	38
Tabela 9	Condenações e sanções recolhidas	38
Tabela 10	Instrução de processos/auditorias pelas CCEs	41
Tabela 11	Processos examinados pelo Ministério Público Especial junto ao TCE/BA – 1º Trim./2012	52
Tabela 12	Tipos de demandas registradas	70
Tabela 13	Meios de contatos utilizados	70
Tabela 14	Perfil do demandante	70
Tabela 15	Recursos previstos e recebidos (TCE/BA)	72
Tabela 16	Detalhamento da despesa empenhada (TCE/BA)	73
Tabela 17	Detalhamento da despesa paga por projeto/atividade (TCE/BA)	74
Tabela 18	Detalhamento da despesa paga por grupo de despesa/elemento (TCE/BA)	75
Tabela 19	Despesas orçadas (FUNTCE)	76
Tabela 20	Detalhamento da receita realizada (FUNTCE)	77
Tabela 21	Disponibilidade financeira (FUNTCE)	77
Tabela 22	Movimentação financeira (FUNTCE)	78
Tabela 23	Despesa empenhada (CEDASC)	79
Tabela 24	Execução da despesa (CEDASC)	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRACOM	Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios
ADAB	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
AGE	Auditoria Geral do Estado
AGERBA	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia
AL	Alagoas
ALBA	Assembleia Legislativa do Estado da Bahia
AM	Amazonas
ANOP	Auditoria de Natureza Operacional
AOP	Auditoria Operacional
ARDP	Auditoria de Despesa com Pessoal
AROP	Auditoria de Obras Públicas
ASCOM	Assessoria de Comunicação
ASP	Aperfeiçoamento e Sistematização do Processo Auditorial
ATEJ	Assessoria Técnico-Jurídica
ATRICON	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas
AUDIN	Sistema de Auditoria Informatizada
AUDIT	Auditoria Interna
BA	Bahia
BAHIAPESCA	Bahia Pesca S/A
BAHIATURSA	Empresa de Turismo do Estado da Bahia S/A
BI	<i>Business Intelligence</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BPM	Batalhão da Polícia Militar
BR	Brasil
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAF	Conselho de Administração e Fiscalização
CAF	Coordenação de Ação Fundiária
CAFIN	Coordenação Administrativa e Financeira
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CBPM	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
CCE	Coordenadoria de Controle Externo
CCEs	Coordenadorias de Controle Externo
CCL	Coordenação Central de Licitação
CCR	Comitê de Capacitação Regional
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CE	Ceará
CEDASC	Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria
CEICE	Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo
CERB	Companhia de Engenharia Rural da Bahia
CET	Condições Especiais de Trabalho
CGTIC	Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação
CGU	Controladoria Geral da União
CIPM	Companhia Independente da Polícia Militar
CIS	Centro Industrial do Subaé
CMA	Coordenação de Modernização
CMO	Coordenação de Modernização
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COBIT	<i>Control Objectives for Information and Related Technology</i>
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

CONSOCIAL	Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social
COPE	Coordenadoria de Projetos Especiais
COPEL	Comissão Permanente de Licitação
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAG	Coordenação de Reforma Agrária
DA	Diretoria Administrativa
DEPAT	Diretoria do Tesouro
DER	Documento Especial de Recolhimento
DERBA	Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia
DESENBÁHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DG	Diretoria Geral
DIFIN	Diretoria de Finanças
DIRAD	Diretoria Administrativa
DIRAF	Diretoria Administrativa e Financeira
DIREC	Diretoria Regional de Educação
DOE	Diário Oficial do Estado
DOP	Diretoria de Orçamento Público
DPE	Defensória Pública do Estado
EaD	Educação a Distância
EBAL	Empresa Baiana de Alimentos S/A
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A
EGBA	Empresa Gráfica da Bahia
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A
e-PROC	Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos
EUA	Estados Unidos da América
FAJ	Fundo de Aparentamento Judiciário
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FPC	Fundação Pedro Calmon
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
FUNDAC	Fundação Estadual da Criança e Adolescente
FUNPREV	Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos Estaduais
FUNSERV	Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais
FUNTCE	Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado da Bahia
GAO	Grupo Temático de Auditoria Operacional
GASEC	Gabinete do Secretário
GEARQ	Gerência de Arquivo e Microfilmagem
GEAV	Gerência de Avaliação de Desempenho
GBID	Gerência de Biblioteca e Documentação
GEC	Grupo de Educação Corporativa
GEDAP	Gerência de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Profissional
GME	Gerência Multiplicando Experiências
GO	Goiás
HEMOBA	Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia
IAT	Instituto Anísio Teixeira
IBAMETRO	Instituto Baiano de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
IBDP	Instituto Brasileiro de Direito Público
IBRAOP	Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas
IF	Inspetoria de Finanças
IMA	Instituto do Meio Ambiente
INGÁ	Instituto de Gestão da Águas e Clima
INTOSAI	Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPM	Índice de Participação dos Municípios
IPRAJ	Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária
IRB	Instituto Rui Barbosa
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
ISC	Instituto Serzedello Corrêa

ITIL	<i>Information Technology Infrastructure Library</i>
JUCEB	Junta Comercial do Estado da Bahia
LCE	Lei Complementar Estadual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LRs	Liberações de Recursos
MAUÁ	Instituto de Artesanato Visconde de Mauá
MG	Minas Gerais
MGP	Metodologia de Gerenciamento de Projetos
MIRANTE	Sistema de Observação das Contas Públicas
MP	Ministério Público
MPC	Ministério Público de Contas
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MT	Mato Grosso
NAGs	Normas Brasileiras de Auditoria Governamental
OLACEFS	Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores
ONGs	Organizações não Governamentais
OS	Ordem de Serviço
PA	Pará
PE	Pernambuco
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S/A
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PM/BA	Polícia Militar da Bahia
PME	Projeto Multiplicando Experiências
PMI	<i>Project Management Institute</i>
POA	Plano Operacional Anual
PPP	Parceria Público-Privada
PR	Paraná
PREMAR	Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias
PRODEB	Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia
PRODECAR	Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado
PRODUZIR	Projeto de Redução da Pobreza Rural da Bahia
PROFIS	Procuradoria Fiscal
PROFORT	Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira
PROGREDIR	Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial do Estado da Bahia
PROMOEX	Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros
PROMOSEFAZ	Programa de Modernização e Transparência da Gestão Fiscal do Estado da Bahia
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
RFB	Receita Federal do Brasil
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SAC	Superintendência de Atendimento ao Cidadão
SAEB	Secretaria da Administração do Estado da Bahia
SAP	Superintendência de Assuntos Penais
SC	Santa Catarina
SCR	Sistema Corporativo
SCT	Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia
SDA	Superintendência de Desenvolvimento Agropecuário
SDP	Solicitação de Propostas
SE	Sergipe
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia
SEAP	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização
SEC	Secretaria da Educação do Estado da Bahia
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
SECON	Serviço de Coordenação e Controle Técnico
SECOPA	Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia

SECULT	Secretaria de Cultura da Bahia
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia
SEDIR	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional da Bahia
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
SEG	Secretaria Geral
SEGIN	Sistema Secretaria Geral Informatizada
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia
SEINP	Secretaria Extraordinária da Indústria Naval e Portuária
SEMARH	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
SEPLEN	Secretaria do Plenário
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia
SERIN	Secretaria de Relações Institucionais do Estado da Bahia
SESAB	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado da Bahia
SFC	Secretaria Federal de Controle Interno
SGA	Sistema de Gerenciamento de Auditoria
SGP	Sistema de Gerenciamento da Programação
SGP	Superintendência de Gestão Pública
SIAV	Sistema de Avaliação Institucional
SICM	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia
SICOF	Sistema de Informações Contábeis e Financeiras
SIGAT	Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária
SIMPAS	Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços do Estado da Bahia
SINAOP	Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas
SIPLAN	Sistema Informatizado de Planejamento
SIR	Superintendência de Irrigação
SIRH	Sistema Integrado de Recursos Humanos
SJCDH	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia
SPA	Superintendência de Política do Agronegócio
SPM	Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado da Bahia
SQC	Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor
SRH	Superintendência de Recursos Humanos
SSA	Superintendência de Serviços Administrativos
SSP	Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUCAB	Superintendência de Construções Administrativas da Bahia
SUDESB	Superintendência de Desportos do Estado da Bahia
SUDIC	Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial
SUTEC	Superintendência Técnica
TAG	Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública
TC	Tribunal de Contas
TCs	Tribunais de Contas
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCE/AL	Tribunal de Contas do Estado de Alagoas
TCE/AM	Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
TCE/BA	Tribunal de Contas do Estado da Bahia
TCE/MG	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
TCE/MT	Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
TCE/PE	Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
TCE/PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TCE/RJ	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TCE/RN	Tribunal de Contas do Estado Do Rio Grande do Norte
TCE/RS	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
TCE/SC	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
TCE/SE	Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

TCE/TO	Tribunal de Contas do Estado de Tocantins
TCM	Tribunal de Contas dos Municípios
TCM/BA	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia
TCM/CE	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará
TCM/GO	Tribunal de Contas do Estado de Goiás
TCM/PA	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TJ	Tribunal de Justiça
TO	Tocantins
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UEL	Unidade de Execução Local
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNIJORGE	Universidade Jorge Amado
UPB	União dos Prefeitos da Bahia
UPF	Unidade Padrão Fiscal
UPFs	Unidades Padrão Fiscal
URBIS	Empresa de Habitação e Urbanização da Bahia S/A

SUMÁRIO

I	COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCE/BA	23
1	COMPETÊNCIA	23
2	JURISDIÇÃO	23
3	ESTRUTURA	24
II	CONTROLE EXTERNO	26
1	PROCESSOS AUTUADOS	26
2	DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL PLENO E DAS CÂMARAS	27
2.1	DECISÕES DO TRIBUNAL PLENO	28
2.1.1	Processos julgados/apreciados	30
2.1.2	Prestações de contas e outras auditorias	32
2.1.2.1	Prestações de contas	32
2.1.2.2	Auditorias/inspeções	34
2.1.3	Consultas e denúncias	34
2.1.3.1	Consultas	34
2.1.3.2	Denúncias	35
2.1.4	Resoluções Normativas	36
2.2	CÂMARAS	36
2.2.1	Decisões da Primeira Câmara	36
2.2.2	Decisões da Segunda Câmara	37
3	CONDENAÇÕES E SANÇÕES APLICADAS	38
4	ACOMPANHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIA	39
4.1	PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIA DE 2012	39
4.1.1	Auditoria em projetos co-financiados com recursos externos	42
4.1.2	Auditoria operacional	44
4.1.3	Acompanhamento de licitações, contratos e convênios	44
4.1.4	Auditoria sobre o cumprimento das normas da LRF	45
4.1.5	Acompanhamento da execução orçamentária e financeira	45
III	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	46
1	INÍCIO DAS ATIVIDADES DO TRIBUNAL PLENO	46
2	RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS	46
2.1	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS	46
2.2	PARTICIPAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO TCE/BA EM EVENTOS NO ESTADO DA BAHIA	47
2.3	PROMOÇÃO DE EVENTOS INTERNOS	48
2.4	REUNIÕES INSTITUCIONAIS REALIZADAS PELA PRESIDÊNCIA DO TCE/BA	50
2.5	MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA	51
3	ACOMPANHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DO TCE/BA (2010-2013)	53
4	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	54

5	PROJETOS ESPECIAIS	55
5.1	PROMOEX	55
5.1.1	Acompanhamento do programa	55
5.1.2	Eventos relacionados ao programa	56
5.1.3	Auditoria Operacional (AOP)	56
5.2	PROJETO ASPA	57
5.2.1	Matriz de Risco	57
5.2.2	Mirante e Trilhas de Auditoria	58
5.2.3	Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA)	58
5.3	PROJETO MULTIPLICANDO EXPERIÊNCIAS (PME)	59
5.3.1	Acordo de Doação – Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT)	59
5.3.2	Acompanhamento do PROFORT	61
5.3.3	Novo projeto com os Tribunais de Contas subnacionais	62
5.3.4	SWAp Bahia	62
5.3.5	Projeto Treinamento e Assistência Técnica ao TCM/CE	62
6	EDUCAÇÃO CORPORATIVA	63
6.1	CURSOS E EVENTOS INTERNOS	63
6.2	PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO COMPARTILHADA TCU-ISC/GRUPO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA – PROMOEX	64
6.3	PROGRAMA DE INCENTIVO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	64
6.3.1	Bolsas de Pós-graduação <i>stricto e lato sensu</i> (especialização e mestrado)	64
6.3.2	Bolsas de Graduação	64
6.4	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS	65
7	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	66
7.1	GOVERNANÇA EM TI	66
7.2	GESTÃO DE INFRAESTRUTURA	66
7.2.1	Elaboração de projeto de distribuição dos equipamentos de impressão no âmbito do TCE e do CEDASC	66
7.2.2	Projeto de divulgação das sessões plenárias do TCE em formato de vídeo	67
7.2.3	Disponibilização dos prontuários dos servidores na intranet	67
7.3	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	67
7.3.1	Desenvolvimento de tecnologia da informação	67
7.3.1.1	Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA)	67
7.3.1.2	Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (e-PROC)	67
7.3.1.3	Integração da ferramenta de <i>Business Intelligence</i> (BI) com o Sistema Mirante	68
7.3.1.3.1	Estudos para ação da Lei <i>Newcomb-Benford</i>	69
7.4	APOIO EM TI ÀS AUDITORIAS DO TCE/BA	69
8	OUVIDORIA	70
9	AUDITORIA INTERNA	71
IV	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	72
1	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA	72
1.1	ORÇAMENTO DO TCE/BA	72
1.2	QUADRO DE COTAS	72
1.3	DESPESA EMPENHADA	73
1.4	DESPESA PAGA	74
1.5	DÍVIDA FLUTUANTE	75

1.6	LICITAÇÕES, CONTRATAÇÕES E CONVÊNIOS	75
2	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TCE/BA (FUNTCE)	76
2.1	ORÇAMENTO DO FUNTCE	76
2.2	RECEITA REALIZADA	77
2.3	DESPESA EMPENHADA	77
2.4	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	77
2.5	MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	78
3	CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA AUDITORIA (CEDASC)	79
3.1	ORÇAMENTO DO CEDASC	79
3.2	DESPESA EMPENHADA	79
3.3	DESPESA PAGA	79
3.4	LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIRETAS	80
	APÊNDICES	81

I COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCE/BA**1 COMPETÊNCIA**

A Constituição Estadual conferiu ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia, em seu art. 91, a atribuição de auxiliar a Assembleia Legislativa no exercício do controle externo, com autonomia administrativa e independência funcional.

Compete ao Tribunal de Contas, dentre outras atribuições, elaborar relatório e emitir parecer prévio sobre as contas governamentais, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos, assim como as concessões de aposentadoria, transferências para reserva, reforma e pensão, apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e dos procedimentos licitatórios, contratos, convênios, ajustes ou termos congêneres.

O Tribunal realiza auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, cabendo-lhe, ainda, responder a consultas sobre questões relativas a matéria sujeita à sua fiscalização e apurar denúncias acerca de irregularidades cometidas no âmbito da Administração Pública.

2 JURISDIÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia tem jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, sobre todas as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. A Tabela 1 demonstra o quantitativo de órgãos, entidades e fundos jurisdicionados, de acordo com as modificações na estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual promovidas pela Lei n.º 12.212/2011:

Tabela 1 – Jurisdicionados do TCE/BA

NATUREZA	QUANTIDADE
ADMINISTRAÇÃO DIRETA¹	36
Órgãos ²	34
Órgão em Regime Especial ³	2
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	43
Autarquias	20
Fundações	6
Agência de Fomento – Soc. Economia Mista	1
Sociedades de Economia Mista	7
Empresas Públicas	6
Fundos	3
TOTAL	79

Fonte: SECON/SUTEC.

¹ O quantitativo é decorrente do agrupamento de unidades por Secretaria de Estado, órgãos diretamente subordinados ao Governador, Ministério Público e demais Poderes do Estado, em função da sistemática de consolidação das prestações de contas, aprovada pela Resolução n.º 63/2003 do TCE/BA.

² Secretarias, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público, Gabinete do Governador, Vice-Governadoria, Casa Civil, Casa Militar do Governador e Defensoria Pública.

³ Polícia Militar e o Instituto Anísio Teixeira (IAT).

3 ESTRUTURA

O Tribunal de Contas possui como órgãos colegiados o Tribunal Pleno, a Primeira e a Segunda Câmaras, sendo integrado por sete Conselheiros nomeados pelo Governador do Estado e escolhidos na forma estabelecida na Constituição Estadual e na Lei Complementar n.º 005/1991.

Compete à Presidência as funções inerentes à direção da Casa e aos Conselheiros, além das suas atribuições judicantes, a supervisão das Coordenadorias de Controle Externo.

Atuam, junto ao TCE/BA, o Ministério Público Especial e a Procuradoria Geral do Estado, inclusive com a presença de seus representantes nas sessões plenárias.

Com a promulgação da Lei Estadual n.º 10.547, de 27/12/2006, foi criado na estrutura do TCE/BA o Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas dispõe de uma Secretaria Geral, que tem como objetivo o controle e a execução das atividades relativas ao trâmite de processos e ao fluxo de documentos e informações.

Compete às seis Coordenadorias de Controle Externo a execução das auditorias, mediante a formação de equipes multidisciplinares, e à Coordenadoria de Projetos Especiais a prospecção de parcerias para o aprimoramento do controle externo, o monitoramento dos projetos especiais em implementação e a racionalização e o aperfeiçoamento da metodologia de auditoria.

À Superintendência Técnica cabe a articulação entre as Coordenadorias de Controle Externo, visando à uniformização e sistematização de procedimentos, além de outras atividades relativas ao aperfeiçoamento do processo auditorial, através da coordenação dos trabalhos do Comitê de Auditoria.

O Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo objetiva fomentar, apoiar e executar projetos e atividades nas áreas de desenvolvimento institucional e profissional, assim como orientar os processos de planejamento estratégico e operacional e de avaliação de desempenho.

O TCE/BA conta, ainda, com a Assessoria Técnico-Jurídica, a Diretoria Administrativa e Financeira, a Inspeção de Finanças, a Assessoria de Comunicação, a Ouvidoria e a Auditoria Interna.

O Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria, autarquia vinculada ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia, é responsável por estudos e pesquisas de novas tecnologias para o controle externo, prestando suporte técnico especializado ao processo auditorial e articulando-se com instituições públicas e privadas, com vistas ao aprimoramento da gestão pública.

Em 28/06/2006, foi sancionada a Lei Complementar n.º 27, que instituiu o Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (FUNTCE), com a finalidade de obter recursos para o aperfeiçoamento técnico-profissional do TCE/BA.

Conforme artigo 276 da Resolução n.º 98/2006, o Conselho Deliberativo do Fundo utilizará a estrutura administrativa do Tribunal de Contas para a materialização de suas atividades, contando com as seguintes funções: Supervisão Administrativa, Supervisão de Execução Orçamentária-Financeira e Supervisão Operacional.

II CONTROLE EXTERNO**1 PROCESSOS AUTUADOS**

A Tabela 2 apresenta, a seguir, a quantidade de processos autuados no primeiro trimestre de 2012:

Tabela 2 – Processos autuados

NATUREZA	QUANTIDADE
	1º Trimestre
Prestação de Contas de Administrador e/ou Ordenador de Despesa	64
Tomada de Contas de Administrador e/ou Ordenador de Despesa	-
Relatório de Atividades de Secretário de Estado	28
Prestação de Contas do Governo	-
Recurso	97
Embargos de Declaração	-
Matéria Administrativa	1
Auditoria e Inspeção	3
Consulta	2
Denúncia	2
Aposentadoria	1.303
Admissão de Pessoal	18
Transferência para Reserva e Reforma	232
Pensão Especial e Previdenciária	-
Despesa de Caráter Sigiloso	-
Tomada de Contas - Prefeituras, Entidades e Instituições	2
Comprovação/Prestação/Tomada de Contas Rec. Est. Atrib. a Ent. e Instit.	31
Comprovação/Prestação/Tomada de Contas Rec. Est. Atrib. a Municípios	53
Comprovação/Prestação/Tomada de Contas - Adiantamento	5
Convênio	-
Contrato	-
Reclamação	2
Acompanhamento de Licitação	-
TOTAL	1.843

Fonte: Secretaria Geral/SEGIN.

Cabe ressaltar que do total de 1.843 processos autuados no primeiro trimestre 70,70% foram de aposentadoria.

2 DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL PLENO E DAS CÂMARAS

As competências constitucionais e legais conferidas ao Tribunal de Contas concretizam-se com as decisões do Tribunal Pleno e das Câmaras, obedecendo ao que preceituam, respectivamente, os artigos 4º e 5º do seu Regimento Interno.

As deliberações do Tribunal Pleno e das Câmaras formalizam-se, nos termos do art. 100 do Regimento Interno, em acórdão, resolução, provimento e parecer prévio.

Os acórdãos representam deliberações de caráter jurisdicional para as matérias julgadas pelo Tribunal Pleno. As resoluções são representativas das apreciações, pelo Tribunal Pleno, de auditorias e inspeções, consultas, reclamações, denúncias, dentre outras, e também das decisões das Câmaras.

Durante o primeiro trimestre de 2012, foram realizadas 13 sessões ordinárias e 1 especial do Tribunal Pleno e 12 sessões das Câmaras, sendo 6 da Primeira e 6 da Segunda Câmara. O Tribunal Pleno e as Câmaras apreciaram e julgaram, neste trimestre, 1.666 processos, além de 22 moções.

A Tabela 3 sintetiza o quantitativo de acórdãos e resoluções proferidos em processos incluídos em pauta, no primeiro trimestre de 2012:

Tabela 3 – Acórdãos e resoluções

COLEGIADO	1º TRIMESTRE	
	Acórdão	Resolução
Tribunal Pleno	64	14
Primeira Câmara	-	1.456
Segunda Câmara	-	90
TOTAL	64	1.560

Fonte: Secretaria Geral.

As deliberações do Tribunal, assim como as atas das sessões, podem ser acessadas em: <http://www.tce.ba.gov.br>.

2.1 DECISÕES DO TRIBUNAL PLENO

Nas 13 sessões ordinárias realizadas pelo Tribunal Pleno, durante o primeiro trimestre de 2012, foram apreciados/julgados 78 processos de matérias de sua competência, além de 10 moções, conforme demonstrado na Tabela 4, onde constam todas as matérias apreciadas/julgadas pelo Tribunal Pleno:

Tabela 4 – Matéria apreciada/julgada pelo Tribunal Pleno

NATUREZA	QUANTIDADE
	1º Trim.
Prestação de Contas	13
Relatório de Atividades	5
Recurso/Embargo	46
Auditoria/Inspeção	3
Matéria Administrativa	2
Reclamação	4
Denúncia	4
Consulta	1
SUBTOTAL	78
Moções	10
TOTAL	88

Fonte: Secretaria Geral.

O Gráfico 1 representa a distribuição percentual dos processos e demais matérias apreciadas pelo Tribunal Pleno no primeiro trimestre, por natureza:

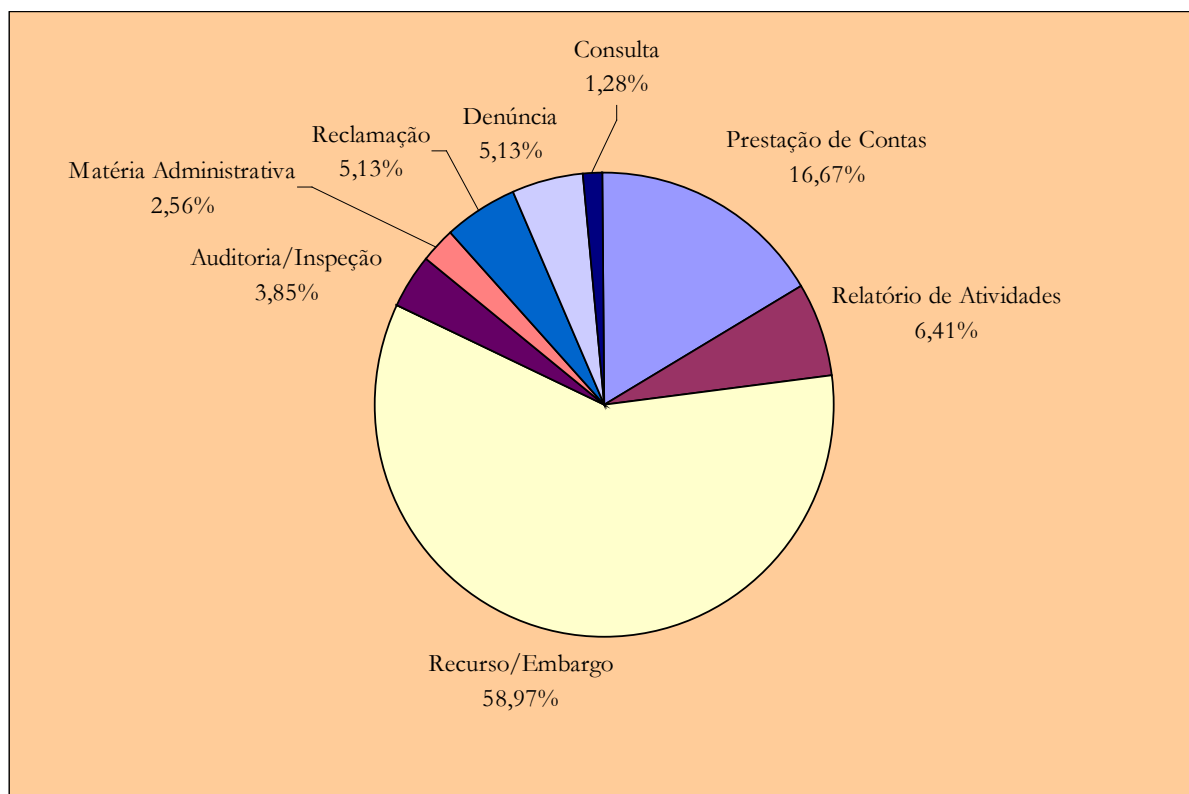


Gráfico 1 – Natureza das matérias apreciadas/julgadas

2.1.1 Processos julgados/apreciados

As decisões do Tribunal de Contas referem-se, dentre outros, aos processos de prestação de contas, auditoria e inspeção. Nestes, o Tribunal realiza exames de várias naturezas – financeira, contábil, orçamentária, patrimonial, operacional etc. –, incluindo as auditorias em programas e sistemas governamentais, projetos co-financiados com recursos externos e na receita pública do Estado.

A Tabela 5 demonstra as decisões plenárias em matéria de prestação de contas de ordenadores de despesa, administradores e relatórios de atividades de Secretários de Estado, recursos, auditorias/inspeções, consultas, reclamações e denúncias, durante o primeiro trimestre de 2012. Ressalte-se que, na referida Tabela, não estão relacionadas as decisões sobre matérias administrativas nem as moções.

Tabela 5 - Decisões do Tribunal Pleno

DECISÃO	MATÉRIA							
	PRESTAÇÃO DE CONTAS	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	RECURSO	AUDITORIA/INSPEÇÃO	CONSULTA	RECLAMAÇÃO	DENÚNCIA	TOTAL
Aprovação	12	1	-	-	-	-	-	13
Aprovação c/ recomendação e/ou ressalva	25	4	-	-	-	-	-	29
Aprovação c/ recomendação e/ou ressalva e multa	3	-	-	-	-	-	-	3
Desaprovação c/ resp. financ. e multa	1	-	-	-	-	-	-	1
Desaprovação	-	-	-	-	-	-	-	-
Desaprovação c/ multa	1	-	-	-	-	-	-	1
Arquivamento sem baixa de responsabilidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Conhecimento	-	-	-	-	1	-	-	1
Não-conhecimento	-	-	21	-	-	-	1	22
Provimento	-	-	10	-	-	-	-	10
Não-Provimento	-	-	8	-	-	-	-	8
Processar revisão de ofício	-	-	3	-	-	-	-	3
Provimento Parcial	-	-	4	-	-	-	1	5
Arquivamento	-	-	-	1	-	4	-	5
Decisão Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Rejeição	-	-	-	-	-	-	-	-
Improcedência	-	-	-	-	-	-	1	1
Diligência	-	-	-	-	-	-	-	-
Anexar prestação de contas	-	-	-	2	-	-	1	3
TOTAL	42	5	46	3	1	4	4	105

Fonte: Secretaria Geral.

2.1.2 Prestações de contas e outras auditorias

2.1.2.1 Prestações de contas

Das 13 prestações de contas julgadas no primeiro trimestre, 7 processos referem-se à administração indireta e 6 à administração direta do Estado (gerando 42 decisões, apresentadas na Tabela 5 e nos Quadros 1 e 2, por força da sistemática de consolidação das prestações de contas da administração direta em exames conjuntos⁴).

Quadro 1 – Prestações de contas da administração direta julgadas

ÓRGÃO	UNIDADE	EXERCÍCIO
1º TRIMESTRE		
Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI) <i>15 decisões</i>	Gabinete do Secretário (GASEC) Diretoria Geral (DG) Coordenação de Modernização (CMA) Diretoria de Orçamento Público (DOP) Diretoria Administrativa (DA) – períodos: de 01/01 a 01/06/2005; e 02/06 a 31/12/2005 Diretoria de Finanças (DIFIN) Superintendência de Desenvolvimento Agropecuário (SDA) Superintendência de Irrigação (SIR) Superintendência de Política do Agronegócio (SPA) Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) – períodos: de 01/01 a 22/03/2005; e 23/03 a 31/12/2005 Coordenação de Ação Fundiária (CAF) Coordenação de Reforma Agrária (CRAG) Coordenação Administrativa e Financeira (CAFIN)	2005
Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (SEINFRA) <i>1 decisão</i>	Diretoria Geral (DG)	2009
Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR) <i>1 decisão</i>	Diretoria Geral (DG)	2008
Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) <i>1 decisão</i>	Diretoria Geral (DG)	2010
Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB) <i>12 decisões</i>	Diretoria Geral (DG) Diretoria Administrativa (DIRAD) – períodos: de 01/01 a 12/03/2005; e 12/03 a 31/12/2005 Superintendência de Gestão Pública (SGP) – períodos: de 01/01 a 04/01/2005; e de 04/01 a 31/12/2005 Superintendência de Serviços Administrativos (SSA) Superintendência de Atendimento ao Cidadão (SAC) Superintendência de Recursos Humanos (SRH) Coordenação de Modernização (CMO) Coordenação de Gestão de Tecnologias da Informação e Comunicação (CGTIC) Coordenação Central de Licitação (CCL) Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (FUNSERV)	2005
Polícia Militar do Estado da Bahia (PM/BA) <i>5 decisões</i>	2º Batalhão da Polícia Militar (BPM) 20ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) 24ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) 34ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) 44ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM)	2001

Fonte: Secretaria Geral.

⁴ O quantitativo considera a sistemática de consolidação das prestações de contas da administração direta, instituída pela Resolução n.º 63/2003.

Quadro 2 – Prestações de contas da administração indireta julgadas

ENTIDADE	EXERCÍCIO
1º TRIMESTRE	
Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia (AGERBA)	2007
Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia (AGERBA)	2008
Hospital Geral de Camaçari	2000
Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC)	2004
Superintendência de Construções Administrativas da Bahia (SUCAB)	2007
Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB)	2009
Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB)	2008

Fonte: Secretaria Geral.

Devido à sistemática de consolidação das prestações de contas da administração direta, o julgamento/apreciação dos 13 processos de prestação de contas supracitados (incluindo administração direta e indireta) gerou 42 decisões, relacionadas na Tabela 5, sendo 12 pela aprovação na íntegra, 25 pela aprovação com recomendação e/ou ressalva e 3 pela aprovação com recomendação e/ou ressalva e multa, além de 1 desaprovação com imputação de responsabilidade financeira e multa e 1 desaprovação com multa.

Foram também apreciados/julgados 5 Relatórios de Atividades de secretarias e outros órgãos, quais sejam:

Quadro 3 – Relatórios de Atividades apreciados/julgados

ÓRGÃO	EXERCÍCIO	DELIBERAÇÃO
1º TRIMESTRE		
Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN)	2009	Aprovado com recomendações e ressalvas
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	2009	Aprovado com ressalva
Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT)	2007	Aprovado com recomendações
Secretaria Extraordinária da Indústria Naval e Portuária (SEINP)	2009	Aprovado
Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia (SEPROMI)	2010	Aprovado com recomendações e ressalvas

Fonte: Secretaria Geral.

As prestações de contas e os relatórios de atividades julgados no primeiro trimestre de 2012 encontram-se relacionados no Apêndice A deste Relatório, onde constam: número do processo, entidade/órgão/unidade, exercício, Conselheiro Relator, Conselheiro Revisor e deliberação.

2.1.2.2 Auditorias/inspeções

Atendendo ao que preceitua o art. 53, § 1º, da Resolução Regimental n.º 012/1993, do TCE/BA, foram apreciadas, no primeiro trimestre de 2012, 3 auditorias/inspeções, conforme relacionado a seguir:

Quadro 4 – Auditorias/inspeções apreciadas

ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE/PROGRAMA/PROJETO	TOTAL
1º TRIMESTRE	
Acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) Poderes Estaduais Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público 2º Quadrimestre de 2011 Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA)	3
Diretoria Administrativa e Financeira (DIRAF) Inspetoria de Finanças (IF) Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre de 2011	
Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT) Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC)	

Fonte: Secretaria Geral.

As deliberações acerca dessas auditorias/inspeções estão descritas no Apêndice B deste Relatório, onde estão evidenciados: número do processo, entidade/órgão/unidade/programa/projeto, Conselheiro Relator e deliberação.

2.1.3 Consultas e denúncias

2.1.3.1 Consultas

As consultas formuladas e devidamente fundamentadas pelos chefes de Poder, dirigentes dos sistemas de controle interno de cada Poder, Secretários de Estado, dirigentes de órgãos e entidades da administração direta e indireta, relativas a matérias de competência deste Tribunal, têm prioridade de instrução pelos órgãos técnicos e de apreciação pelo Tribunal Pleno sobre as demais matérias da pauta da sessão. As decisões proferidas pelo Tribunal têm caráter normativo e força obrigatória, importando em prejulgamento. Durante o primeiro trimestre de 2012 foi apreciado um processo de consulta.

Processo: TCE/006882/2011

Consulente: Carlos Alberto Lopes Brasileiro

Resolução: 004/2012

Deliberação: À unanimidade, pela admissibilidade da Consulta e, no mérito, informar ao Consulente que não é possível a utilização de conta bancária específica de convênio para movimentação de recursos aportados pelo Estado, na condição de conveniente, em montante superior à contrapartida pactuada originalmente com o ente federal (concedente) no referido instrumento, ressalvada a celebração de aditivo que, promovendo as devidas alterações qualitativas e quantitativas, contemple-os.

2.1.3.2 Denúncias

A qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é permitido apresentar denúncia sobre irregularidades referindo-se a administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da Administração. As denúncias devem ser circunstanciadas com a indicação precisa dos atos e fatos apontados e dos indícios a que se referem as ilegalidades e irregularidades. No primeiro trimestre de 2012, foram apreciados quatro processos de denúncia.

Processo: TCE/001860/2008**Relator:** Cons. Filemon Matos**Denunciado:** Paulo Fernando Bezerra, Rolando Pacheco, Ary Pereira de Oliveira, Júlia Karina Galvão Morais Teles e Juliana Brito Costa Cafezeiro**Deliberação:** À unanimidade, conhecer do feito, em razão da presença dos pressupostos de admissibilidade fixados nos arts. 31 e 32 da Lei Complementar n.º 12/1997, julgando parcialmente procedente a Denúncia, para recomendar à Secretaria de Segurança Pública (SSP) a adoção de prazo razoável para a deflagração de processos licitatórios e a justificativa de preço, inclusive, com apresentação de orçamentos ou de consulta aos preços de mercado nos processos de contratação direta, em obediência ao art. 65, § 3º, inciso VIII, da Lei n.º 9.433/2005, determinando a juntada dos autos, por cópia, às contas consolidadas da SSP, exercícios de 2007 e 2008, e o encaminhamento, também por cópia, à Procuradoria Geral do Estado (PGE), órgão responsável pelo Controle Interno de legalidade da Administração Pública Estadual, com fulcro no art. 193, *caput* e § único do Regimento Interno deste Tribunal.**Processo: TCE/001201/2007****Relator:** Cons. Pedro Lino**Denunciado:** Marcos Venícios Santos Teles**Deliberação:** À unanimidade, conhecer e julgar procedente a presente Denúncia, determinando a anexação desses autos à Prestação de Contas do Convênio n.º 181/2004 (TCE/003782/2007), para a instrução e julgamento pela 2ª Câmara deste Tribunal.**Processo: TCE/003394/2011****Relator:** Cons. Manoel Castro**Denunciado:** Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA)**Deliberação:** Por maioria de votos, julgar improcedente a presente Denúncia, sem prejuízo de recomendar ao Gestor do DERBA que, nos próximos procedimentos licitatórios, faça constar a necessária “planilha de composição dos custos unitários”, de modo a precaver-se da possibilidade de suspensão dos certames por força de decisão judicial.**Processo: TCE/002659/2010****Relator:** Subst. Cons. Inaldo Araújo**Denunciado:** Diretoria Regional de Educação (DIREC) 07**Deliberação:** Por maioria de votos, à luz dos elementos e informações constantes do processo, não conhecer da Denúncia formulada, por não atender aos requisitos estabelecidos pelo art. 32 da Lei Complementar n.º 005/1991 e também pelo fato denunciado não ter se materializado, comunicando-se à Coordenadoria de Controle Externo competente para que faça, se assim julgar relevante e na forma da programação anual aprovada por este Plenário, o devido acompanhamento da matéria, no âmbito das auditorias regulares deste Tribunal de Contas.

2.1.4 Resoluções Normativas

As resoluções de caráter normativo referem-se a disciplinamento de matéria sujeita à jurisdição do Tribunal, funcionamento e aprovação de regimento interno, além de matéria de natureza administrativa.

No primeiro trimestre de 2012, não houve resoluções normativas.

Registre-se, contudo, que o Tribunal Pleno aprovou, em dezembro de 2011, a Resolução n.º 92/2011 que dispôs sobre o “Plano de Diretrizes do Tribunal de Contas do Estado da Bahia para o exercício de 2012”.

2.2 CÂMARAS

No primeiro trimestre de 2012, a Primeira e a Segunda Câmaras apreciaram e julgaram 1.546 processos, conforme destacado na Tabela 6:

Tabela 6 – Processos apreciados/julgados pelas Câmaras

CÂMARA/ NATUREZA DO PROCESSO	QUANTIDADE
	1º Trim.
PRIMEIRA CÂMARA	1.456
Aposentadoria	1.167
Pensão Especial	2
Atos de Admissão de Pessoal (registro)	23
Atos de Admissão de Pessoal (arquivamento/negando registro)	10
Transferência para Reserva	241
Reforma	13
Diligência Externa	-
SEGUNDA CÂMARA	90
Prest. Contas Rec. Est. Atribuídos a Entidades e Instituições	59
Prest. Contas Rec. Estaduais Atribuídos a Municípios	29
Contas de Resp. por Adiantamento	2
Acompanhamento de Licitação	-
Contrato	-
Convênio	-
TOTAL	1.546

Fonte: Secretaria Geral.

2.2.1 Decisões da Primeira Câmara

Os 1.167 processos de aposentadoria apreciados/julgados pela Primeira Câmara no primeiro trimestre representam 80,15% do total de 1.456 processos, sendo 909 considerados em conformidade com a lei; 26 legais ressalvada parcela referente ao adicional por tempo de serviço; 196 legais ressalvada parcela referente às Condições Especiais de Trabalho (CEI); 35 legais acolhendo a composição do órgão de origem e conf. registro de cálculo ratificado pela 6ª CCE; e 1 renúncia de aposentadoria.

2.2.2 Decisões da Segunda Câmara

Das prestações de contas de recursos estaduais atribuídos a municípios, 79,3% foram aprovadas (44,8% aprovadas com ressalva e/ou recomendação e 34,5% aprovadas na íntegra).

Ainda em relação às prestações de contas de recursos estaduais atribuídos a municípios: 10,3% foram arquivadas; 3,5% foram desaprovadas; e 6,9% tiveram decisão interna.

Em relação às prestações de contas de recursos estaduais atribuídos a entidades e instituições, 93,2% foram aprovadas (40,7% aprovadas com ressalva e/ou recomendação e 52,5% aprovadas na íntegra).

Ainda em relação às prestações de contas de recursos estaduais atribuídos a entidades e instituições: 3,4% foram convertidas em diligência; 1,7% foram arquivadas; e 1,7% tiveram decisão interna.

Das prestações de contas de responsável por adiantamento, 100,0% foram arquivadas.

No primeiro trimestre de 2012, não foram apreciados/julgados contratos e convênios.

Na Tabela 7 estão apresentados os resultados dos julgamentos da Segunda Câmara por natureza do processo:

Tabela 7 – Decisões da Segunda Câmara

RESULTADO DE JULGAMENTO	MATÉRIA						TOTAL
	CONTAS RESP. ADIANTAMENTO	REC. EST. ATRIB. A ENTIDADE E INSTITUIÇÃO	REC. EST. ATRIB. A MUNICÍPIOS	ACOMP. LICITAÇÃO	CONTRATO	CONVÊNIO	
Aprovado	-	31	10	-	-	-	41
Aprov. c/ ressalva e/ou recomendação	-	24	13	-	-	-	37
Aprovado c/ multa	-	-	-	-	-	-	-
Desaprovado c/ débito e multa	-	-	-	-	-	-	-
Desaprovado c/ débito	-	-	-	-	-	-	-
Desaprovado c/multa	-	-	-	-	-	-	-
Desaprovado	-	-	1	-	-	-	1
Diligência	-	2	-	-	-	-	2
Débito	-	-	-	-	-	-	-
Arquivado	2	1	3	-	-	-	6
Regular	-	-	-	-	-	-	-
Irregular	-	-	-	-	-	-	-
Iliquidáveis	-	-	-	-	-	-	-
Decisão interna	-	1	2	-	-	-	3
TOTAL	2	59	29	-	-	-	90

Fonte: Secretaria Geral.

3 CONDENAÇÕES E SANÇÕES APLICADAS

O Tribunal de Contas julga quite, em crédito ou em débito o responsável por prestação ou tomada de contas. Havendo débito, condena o responsável ao recolhimento aos cofres públicos das parcelas impugnadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, podendo ainda aplicar-lhe multa.

As condenações e sanções aplicadas no primeiro trimestre de 2012 estão apresentadas na Tabela 8.

Tabela 8 – Condenações e sanções aplicadas

Em R\$1,00

NATUREZA	QUANT.		DÉBITO	MULTA	TOTAL
	(A)	(B)			
Prestação de Contas de Ordenador de Despesas	1	4	2.528,00	3.573,90	6.101,90
Prestação de Contas de Administrador	2	3	-	4.971,00	4.971,00
Relatório de Atividades	-	-	-	-	-
Prestação de Contas de Responsável por Adiantamento	-	-	-	-	-
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Entidades e Instituições	-	-	-	-	-
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Municípios	3	3	41.883,26	8.971,00	50.854,20
TOTAL	6	10	44.411,26	17.515,90	61.927,10

Fonte: Secretaria Geral.

Notas:

(A) - Quantitativo de processos.

(B) - Quantitativo de responsáveis.

As condenações e sanções recolhidas no primeiro trimestre de 2012 estão apresentadas na Tabela 9.

Tabela 9 – Condenações e sanções recolhidas

Em R\$ 1,00

NATUREZA	QUANT.		DÉBITO	MULTA	TOTAL
	(A)	(B)			
Prestação de Contas de Ordenador de Despesas	1	1	-	2.025,49	2.025,49
Prestação de Contas de Administrador	-	-	-	-	-
Prestação de Contas de Responsável por Adiantamento	-	-	-	-	-
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Instituições	-	-	-	-	-
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Municípios	-	-	-	-	-
TOTAL	1	-	-	2.025,49	2.025,49

Fonte: Secretaria Geral.

Notas:

(A) - Quantitativo de processos.

(B) - Quantitativo de responsáveis.

4 ACOMPANHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIA

4.1 PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIA DE 2012

Os trabalhos auditoriais a cargo das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs) são distribuídos de acordo com as áreas de atuação dos órgãos/entidades jurisdicionados. Dessa forma, tem-se a configuração apresentada no Quadro 5 para as unidades do TCE/BA responsáveis pela realização das auditorias nos órgãos da administração direta e entidades da administração indireta⁵:

Quadro 5 – Áreas de atuação das CCEs

1ª CCE	2ª CCE	3ª CCE	4ª CCE	5ª CCE	6ª CCE
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
SEINFRA	SESAB	SEFAZ	SSP	SETRE	SAEB
SEDUR	SICM	SJCDH	PM/BA	SEDES	Casa Civil
SERIN	SEINP	SEAP	SEDIR	SEC	Casa Militar
TJ		SEPLAN	MP	IAT/SEC	Gab. Governador
SECTI		SETUR	SEMARH	SECOPA	Gab. Vice-Governador
		SEAGRI	Assembleia Legislativa(ALBA)		DPE
			PGE		SEPROMI
					SECULT
					SPM
					SECOM
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA					
SEINFRA	SESAB	SEFAZ	SEDIR	SETRE	SAEB
AGERBA (1)	HEMOBA (2)	DESENBÁHIA (3)	CAR (5)	SUDES (1)	PRODEB (4)
DERBA (1)	SICM	URBIS (5)	SEMARH	MAUÁ (1)	DETRAN (1)
BAHIAGÁS (4)	IBAMETRO (1)	SEPLAN	CERB (4)	SEDES	FUNSERV (6)
SEDUR	CIS (1)	SEI (1)	INEMA (1)	FUNDAC (2)	FUNPREV (6)
CONDER (5)	JUCEB (1)	SETUR		SEC	CASA CIVIL
EMBASA (4)	SUDIC (1)	BAHIATURSA (4)		UNEB (1)	EGBA (5)
SUCAB (1)	CBPM (4)	SEAGRI		UEFS (1)	SECULT
TJ	EBAL (5)	EBDA (5)		UESC (1)	IPAC (1)
IPRAJ (1)		ADAB (1)		UESB (1)	FUNCEB (2)
FAJ (6)		BAHIAPESCA (4)			FPC (2)
SECTI					SECOM
FAPEB (2)					IRDEB (2)
TCE					
CEDASC (1)					

Fonte: SUTEC/SECON.

- (1) Autarquia.
- (2) Fundação.
- (3) Agência de Fomento (Sociedade de Economia Mista).
- (4) Sociedade de Economia Mista.
- (5) Empresa Pública.
- (6) Fundo.

⁵ O Quadro 5 está de acordo com as alterações constantes da Resolução n.º 060/2011 deste TCE/BA, de 16/08/2011, tendo em vista as modificações na estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual promovidas pela Lei n.º 12.212/2011.

No primeiro trimestre de 2012, encontravam-se sob exame pelas Coordenadorias de Controle Externo (CCEs) 26 prestações de contas de ordenadores de despesa e 24 prestações de contas de administradores. Foram instruídos 116 processos de prestação de contas de recursos estaduais atribuídos a entidades, ONGs ou municípios e 26 processos de prestação de contas de responsáveis por adiantamento. Ademais, foram instruídas 11 diligências (encontram-se outras 18 em instrução) e 2 denúncias (encontrando-se outras 3 em instrução).

Encontravam-se em instrução no trimestre: 8 auditorias em projetos co-financiados com recursos externos; 1 auditoria de acompanhamento de licitações, contratos e convênios; e 1 auditoria especial. Além disso, durante o trimestre, permaneceu em fase de instrução 1 auditoria relativa aos exames do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)⁶.

Foram instruídos até o final do trimestre, 2.053 processos relativos a atos de admissão de pessoal, aposentadoria, pensão, reforma e transferência para reserva.

Na Tabela 10 está apresentado, de forma resumida, o quantitativo de processos instruídos, em fase de instrução e a instruir, no encerramento do primeiro trimestre de 2012:

⁶ Conforme discriminado no “Quadro 10 – Auditorias sobre o cumprimento das normas da LRF”.

Tabela 10 – Instrução de processos/auditorias pelas CCEs

NATUREZA	INSTRUÍDOS	EM INSTRUÇÃO	A INSTRUIR	TOTAL
AUDITORIAS DE REGULARIDADE				
Prestação de Contas de Governo	-	1	-	1
Relatório de Atividades de Secretário de Estado	-	-	29	29
Prestação de Contas de Ordenador de Despesa	-	26	9	35
Prestação de Contas de Administrador	2	24	19	45
Acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF ⁽¹⁾	-	1	2	3
Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira	-	-	9	9
Auditoria de Obras Públicas	-	2	-	2
Auditoria de Despesa com Pessoal	-	-	2	2
Acompanhamento das Licitações, Contratos e Convênios	-	1	11	12
Cálculo do Índice de Participação dos Municípios (IPM)	-	-	1	1
Despesa de Caráter Sigiloso	-	-	2	2
Tomada de Contas	10	-	-	10
Prestação de Contas Rec. Estad. Atrib. a Entidades/ONGs ou Municípios ⁽²⁾	116	131	112	359
Prestação de Contas de Responsável por Adiantamento ⁽²⁾	26	8	-	34
Auditoria em Projetos Co-financiados com Recursos Externos	-	8	1	9
Auditoria Especial	-	1	1	2
ATOS DE PESSOAL				
Admissão de Pessoal ⁽³⁾	48	-	-	48
Aposentadoria, Pensão, Reforma, Transferência para Reserva ⁽³⁾	2.005	-	-	2.005
DENÚNCIAS E DILIGÊNCIAS				
Denúncias	2	3	-	5
Diligências	11	18	10	39
AUDITORIAS OPERACIONAIS				
Auditoria Operacional Ambiental	-	-	-	-
Auditoria Operacional em Programas Governamentais	-	-	3	3
Auditoria Operacional em Órgãos e Entidades	-	-	4	4
TOTAL	2.220	224	215	2.659

Fonte: Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).

Notas:

(1) As auditorias realizadas em 2011, relativas aos exames da Lei de Responsabilidade Fiscal (totalizando 12 ordens de serviço), são agrupadas em três relatórios quadrimestrais.

(2) Fonte: SEGIN.

(3) Fonte: Gerência 6D.

4.1.1 Auditoria em projetos co-financiados com recursos externos

Em atendimento ao convênio firmado com a Controladoria Geral da União (CGU), através da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), bem como ao Termo de Referência específico do Contrato de Empréstimo no qual o Estado da Bahia é mutuário, o Tribunal vem auditando projetos de investimentos co-financiados por organismos internacionais.

Estão relacionados no Quadro 6 os Contratos e Acordos de Empréstimo, assim como os Acordos de Doação, cujas auditorias integraram o programa de trabalho das CCEs para 2012:

Quadro 6 – Auditorias em projetos co-financiados com recursos externos Em US\$1.00

CONTRATO/ACORDO DE EMPRÉSTIMO	VALOR TOTAL	CCE
Contrato de Empréstimo BIRD 7.411-BR – Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias (PREMAR)	186,000,000	1ª
Contrato de Empréstimo BID n.º 1.738/OC -BR – Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial do Estado da Bahia (PROGREDIR)	16,667,000	1ª
Contrato de Empréstimo BIRD n.º 7.344 -BR – Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes no Estado da Bahia - Viver Melhor II	82,160,000	1ª
Contrato de Empréstimo BID n.º 1.727/OC-BR – Programa de Modernização e Transparência da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROMOSEFAZ II) – referente ao 2º semestre de 2010	24,000,000	3ª
Contrato de Empréstimo BID n.º 1.727/OC -BR - Programa de Modernização e Transparência da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROMOSEFAZ II) – referente ao 1º semestre de 2011	24,000,000	3ª
Acordo de Empréstimo BIRD n.º 7.327-BR – Projeto de Redução da Pobreza Rural da Bahia (PRODUZIR III)	75,000,000	4ª
Acordo de Empréstimo FIDA 696 - BR – Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas Mais Carentes do Estado da Bahia (PRODECAR)	60,000,000	4ª
Acordo de Doação BIRD TF 090274 – Projeto de Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga – Mata Branca	23,060,000	4ª
Acordo de Doação BIRD TF 093842 – Projeto de Inclusão de Comunidades Remanescentes de Quilombolas e Povos Tradicionais	877,617	4ª

Fontes: Gerências de Auditoria e Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).

O estágio de execução das auditorias em projetos co-financiados com recursos de acordos de empréstimo e doações e seus respectivos objetivos encontram-se evidenciados no Quadro 7 a seguir:

Quadro 7 – Estágio de execução das auditorias em projetos co-financiados

OS	ÓRGÃO/ ENTIDADE	OBJETIVO	ESTÁGIO
SGA 35/12	CAR SEDIR	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras do Projeto Mata Branca, de forma a emitir parecer sobre sua posição em 31/12/2011, atentando para a adequação dos controles internos relativos aos registros contábeis, financeiros e patrimoniais e a realização de despesas consoante os termos do contrato de empréstimo, o manual operacional, leis e regulamentos aplicáveis.	Iniciada 4ª CCE
SGA 36/12	CAR SEDIR	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras do Projeto de Inclusão de Comunidades Remanescentes de Quilombolas e Povos Tradicionais, de forma a emitir parecer sobre sua posição em 31/12/2011, atentando para a adequação dos controles internos relativos aos registros contábeis, financeiros e patrimoniais e a realização de despesas consoante os termos do contrato de empréstimo, o manual operacional, leis e regulamentos aplicáveis.	Iniciada 4ª CCE
SGA 37/12	CAR SEDIR	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras do Acordo de Empréstimo n.º 696-BR-PRODECAR, de forma a emitir parecer sobre sua posição em 31/12/2011, atentando para a adequação dos controles internos relativos aos registros contábeis, financeiros e patrimoniais e a realização de despesas consoante os termos do acordo de empréstimo, o manual operacional, leis e regulamentos aplicáveis.	Iniciada 4ª CCE
SGA 38/12	CAR SEDIR	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras do Acordo de Empréstimo n.º 7.732-BR-PRODUZIR III, de forma a emitir parecer sobre sua posição em 31/12/2011, atentando para a adequação dos controles internos relativos aos registros contábeis, financeiros e patrimoniais e a realização de despesas consoante os termos do acordo de empréstimo, o manual operacional, leis e regulamentos aplicáveis.	Iniciada 4ª CCE
SGA 46/12	SECTI DG/UGP	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras, a aplicação dos recursos, atentando para a eficiência do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial do Estado da Bahia, e se as despesas foram realizadas de acordo com as normas e exigências do BID e legislação aplicável.	Iniciada 1ª CCE
SGA 47/12	SEDUR CONDER	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras do Projeto de Desenvolvimento Integrado em áreas Carentes no Estado da Bahia e a conformidade das despesas com as normas e exigências do BIRD, além de avaliar o seu desempenho, quanto aos aspectos de economia, eficiência e eficácia.	Iniciada 1ª CCE
SGA 49/12	SEINFRA DERBA	Auditoria do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias (PREMAR).	Iniciada 1ª CCE
SGA 68/12	SEFAZ	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras e a aplicação dos recursos do Contrato de Empréstimo n.º 1727/OC-BR, referentes ao exercício de 2011, atentando para a eficácia do Programa, e se as despesas foram realizadas de acordo com as normas e exigências do BIRD e da legislação aplicável.	Iniciada 3ª CCE
-	SEFAZ	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras e a aplicação dos recursos do Contrato de Empréstimo n.º 1727/OC-BR, referentes ao 1º semestre de 2012, atentando para a eficácia do Programa, e se as despesas foram realizadas de acordo com as normas e exigências do BIRD e da legislação aplicável.	Não iniciada 3ª CCE

Fontes: Gerências de Auditoria e os Sistemas SGP, SGA e AUDIN.

4.1.2 Auditoria operacional

A programação de auditoria do exercício de 2012 previu a realização de 7 auditorias operacionais, conforme disposto no Quadro 8 a seguir:

Quadro 8 – Estágio de execução das auditorias operacionais

OS	NATUREZA DA AUDITORIA OPERACIONAL	PROGRAMA/ÓRGÃO/ENTIDADE	ESTÁGIO
-	Programa Governamental	Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (SEINFRA)	Não iniciada
-	Programa Governamental	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB)	Não iniciada
-	Programa Governamental	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia (SEDES)	Não iniciada
-	Em Órgãos e Entidades	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP)	Não iniciada
-	Em Órgãos e Entidades	Polícia Militar da Bahia (PM/BA) – Departamento de Pessoal	Não iniciada
-	Em Órgãos e Entidades	Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP)	Não iniciada
-	Em Órgãos e Entidades	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (SEMARH)	Não iniciada

Fonte: Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).

4.1.3 Acompanhamento de licitações, contratos e convênios

Foram previstas, para o exercício 2012, 12 auditorias relativas ao acompanhamento de licitações, contratos e convênios, cujos estágios de execução estão evidenciados no Quadro 9.

Quadro 9 – Estágio de execução do acompanhamento de licitações, contratos e convênios

OS	PROGRAMA/ENTIDADE	ESTÁGIO
-	Tribunal de Justiça do Estado Bahia (TJ/BA)	Não iniciada
-	Mobilidade Urbana – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) – Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR)	Não iniciada
-	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM)	Não iniciada
-	Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia – SEDUR (2 auditorias)	Não iniciada
-	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (DESENBAHIA)	Não iniciada
-	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A (EBDA)	Não iniciada
-	Empresa de Turismo do Estado da Bahia S/A (BAHIATURSA)	Não iniciada
-	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)	Não iniciada
-	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB (2 auditorias)	Não iniciada
SGA 57/12	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB (1 auditoria)	Em instrução

Fonte: Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).

4.1.4 Auditoria sobre o cumprimento das normas da LRF

Com a finalidade de realizar auditorias para verificar o atendimento às exigências da Lei Complementar n.º 101/2000, a denominada “Lei de Responsabilidade Fiscal” (LRF), encontram-se previstas as auditorias relacionadas na sequência, cujos estágios de realização estão destacados no Quadro 10:

Quadro 10 – Auditorias sobre o cumprimento das normas da LRF ⁽¹⁾

GERÊNCIA	PRODUTO	ESTÁGIO
3A	LRF – 3º Quadrimestre 2011	Em instrução
3A	LRF – 1º Quadrimestre 2012	Não iniciada
3A	LRF – 2º Quadrimestre 2012	Não iniciada
3B	LRF – 3º Quadrimestre 2011	Em instrução
3B	LRF – 1º Quadrimestre 2012	Não iniciada
3B	LRF – 2º Quadrimestre 2012	Não iniciada
3C	LRF – 3º Quadrimestre 2011	Em instrução
3C	LRF – 1º Quadrimestre 2012	Não iniciada
3C	LRF – 2º Quadrimestre 2012	Não iniciada
6A	LRF – 1º Quadrimestre 2012	Não iniciada
6A	LRF – 2º Quadrimestre 2012	Não iniciada
6C	Assembleia Legislativa, Ministério Público, Poderes Executivo e Judiciário (2011)	Em instrução

Fontes: Gerências de Auditoria e Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).

Nota:

(1) As auditorias previstas para realização em 2012, referentes aos exames da LRF (totalizando doze ordens de serviço), foram agrupadas em três relatórios quadrimestrais, conforme explicitado na Tabela 10.

4.1.5 Acompanhamento da execução orçamentária e financeira

A programação de auditoria do exercício de 2012 previu a realização de 9 auditorias de acompanhamento da execução orçamentária e financeira, consoante o Quadro 11 a seguir:

Quadro 11 – Estágio de execução do acompanhamento da execução orçamentária e financeira

OS	ÓRGÃO/ENTIDADE	ESTÁGIO
-	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI)	Não iniciada
-	Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP) – 2 auditorias programadas	Não iniciada
-	Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC)	Não iniciada
-	Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)	Não iniciada
-	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)	Não iniciada
-	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC)	Não iniciada
-	Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB)	Não iniciada
-	Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB)	Não iniciada

Fontes: Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).

III DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1 INÍCIO DAS ATIVIDADES DO TRIBUNAL PLENO

Em sessão ordinária presidida pela Cons. Ridalva Figueiredo, foi eleita, no dia 20/12/2011, pelo Tribunal Pleno, a nova mesa diretora do Tribunal de Contas do Estado da Bahia para o biênio 2012-2013, com a seguinte composição: Presidente, Cons. Zilton Rocha; Vice-Presidente, Cons. Ridalva Figueiredo; Corregedor, Cons. Manoel Castro. A nova mesa diretora foi empossada em 09/01/2012, em sessão especial do Plenário do TCE/BA.

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia realizou, no dia 02/02/2012, sua primeira sessão plenária ordinária do ano de 2012, presidida pelo Cons. Zilton Rocha, com a presença dos Cons. Ridalva Figueiredo (Vice-Presidente), Manoel Castro (Corregedor), Filemon Matos, França Teixeira, Pedro Lino e Antonio Honorato.

Nessa oportunidade, de acordo com o estabelecido no Regimento Interno do TCE/BA, a Conselheira Vice-Presidente, Ridalva Figueiredo, foi indicada Relatora das Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia, referentes ao exercício de 2011.

Constou também da pauta da 1ª sessão ordinária do ano a eleição dos Substitutos de Conselheiros, para o exercício de 2012, sendo eleitos os auditores Almir Pereira da Silva, Inaldo da Paixão Santos Araújo, Jayme Baleeiro Neto, Josué Lima de França, Lilian Damasceno Ferreira Santos e Pedro Humberto Teixeira Barreto.

Também foram indicados: para Ouvidor, Paulo Sérgio Pacheco de Figueiredo; e para Auditor Interno, Antonio Geraldo Conceição Braga.

2 RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

2.1 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS

Reunião com o BIRD, ATRICON e IRB sobre o PROFORT II

Os Conselheiros Zilton Rocha, Presidente do TCE/BA, e Manoel Castro, Corregedor, participaram, nos dias 15 e 16/03/2012, de reunião, em Brasília/DF, com o coordenador financeiro do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) no Brasil, Joseph Muribu Kizito. Participaram ainda do Encontro o Conselheiro Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto (TCE/MT), Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), e Severiano Costandrade Aguiar (TCE/TO), Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB).

O propósito da reunião foi discutir as atividades previstas na Nota Conceitual relativa ao Projeto de Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT II), que tem como objetivo o aperfeiçoamento e a consolidação do novo modelo de contabilidade aplicada ao setor público brasileiro. Outra meta do PROFORT II é possibilitar a disseminação e a aplicação das Normas de Auditoria no âmbito governamental brasileiro em observância às normas recomendadas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

Outros eventos externos

O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, participou, no 1º trimestre de 2012, do encontro técnico de cooperação entre os tribunais envolvidos na fiscalização de ações destinadas à Copa de 2014, realizado em Natal/RN, em 21/03/2012.

2.2 PARTICIPAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO TCE/BA EM EVENTOS NO ESTADO DA BAHIA

1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social (CONSOCIAL)

A sociedade deve exercer um papel crucial no acompanhamento e controle da gestão pública, independentemente das funções inerentes às instituições governamentais. A mensagem marcou a 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social (CONSOCIAL), que ocorreu nos dias 29 e 30/03/2012, em Salvador/BA.

O Evento, que abordou o tema “A Sociedade no Acompanhamento e Controle da Gestão Pública”, reuniu representantes de várias comunidades do interior da Bahia, além de lideranças regionais. O objetivo principal foi discutir 20 propostas relativas ao controle da gestão, as quais serão submetidas à apreciação do governo federal visando à transparência e a um maior controle social.

A mesa diretora foi assim composta: Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha; Conselheiro Manoel Castro, Corregedor do TCE/BA; Secretário da Fazenda do Estado, Carlos Martins Marques de Santana; e a Auditora Geral do Estado da Bahia e Presidente do CONSOCIAL, Mirian Tereza Machado Guerreiro de Freitas, dentre outras autoridades.

Ao fazer o primeiro pronunciamento da Conferência, o Cons. Zilton Rocha chamou a atenção para o importante momento vivido pela sociedade brasileira no processo de consolidação da democracia.

Outros eventos no Estado da Bahia

O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, participou, no 1º trimestre de 2012, da Conferência Livre sobre Controle Social da Gestão Tributária, realizada em Salvador/BA, no dia 31/03/2012, sendo um dos integrantes da mesa do Evento. Em sua explanação, ele traçou, em linhas gerais, a função de controle externo do TCE, comentando o sistema de tributação no Brasil.

2.3 PROMOÇÃO DE EVENTOS INTERNOS

Processo de elaboração das Diretrizes do TCE/BA para o biênio 2012-2013

Em janeiro de 2012, o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, iniciou uma série de encontros com os servidores da Casa com o propósito de discutir as linhas gerais que nortearão a gestão do biênio 2012-2013. Os encontros foram realizados de forma setorial, com vistas a possibilitar uma interlocução mais objetiva e direta com cada área estratégica do Tribunal.

No dia 24/01/2012, no Auditório da União dos Municípios da Bahia (UPB), o Presidente do TCE/BA se reuniu com cerca de 300 servidores da atividade controladora, momento em que enfatizou a necessidade de otimizar a gestão de pessoas, de fortalecer a comunicação com o público interno e externo, bem como de promover uma maior divulgação das ações do TCE/BA junto à sociedade.

De forma sequencial e complementar, foram realizados encontros do Presidente e sua equipe com as Coordenadorias de Controle Externo (iniciando-se as oficinas de Trilhas de Auditoria, que subsidiarão o planejamento das auditorias) e com os servidores vinculados à Secretaria Geral, à Diretoria Administrativa e Financeira, à Superintendência Técnica, ao Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo, à Coordenadoria de Projetos Especiais, à Ouvidoria, à Assessoria Técnico-Jurídica, à Assessoria de Comunicação, à Corregedoria, ao Ministério Público Especial e ao CEDASC.

Encontro Técnico de Auditoria Operacional

O TCE/BA e o Instituto Rui Barbosa (IRB) promoveram, no dia 26/03/2012, o Encontro Técnico de Auditoria Operacional, cujo objetivo foi tratar da consolidação dos trabalhos realizados pelos Tribunais de Contas brasileiros, no âmbito das auditorias operacionais focadas na área de meio ambiente. Os trabalhos são acompanhados pelo Grupo Temático de Auditoria Operacional do PROMOEEX.

Audidores representantes de 31 TCs do Brasil participaram do Encontro. O Evento foi aberto pelo Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, que salientou o relevante papel das auditorias operacionais para o fortalecimento dos Tribunais de Contas.

O Secretário de Fiscalização de Avaliação de Programas de Governo do Tribunal de Contas da União (TCU), Carlos Alberto Sampaio de Freitas, apresentou a palestra “A Importância do Monitoramento das Auditorias”.

Na 2ª etapa do Encontro, na sala de treinamento do CEICE, os auditores se reuniram para discutir o Projeto de Sustentabilidade em Auditoria Operacional. Foi o momento de falar sobre suas experiências e apresentar as programações. Pelas manifestações dos participantes, fica claro que parte significativa dos TCs contemplará auditoria operacional na programação de 2012. Os auditores conheceram ainda a Proposta de Resolução Diretrizes de Procedimentalização de Auditoria Operacional.

1ª reunião do Comitê de Auditoria do TCE/BA em 2012

Servidores do TCE/BA participaram, dia 28/03/2012, da 1ª reunião do Comitê de Auditoria do TCE/BA, realizada na Sala de Treinamento do CEICE. O objetivo foi planejar as ações do Comitê para 2012, além de debater e aprofundar questões comuns às coordenadorias e uniformizar procedimentos. Após a abertura da reunião, feita pelo Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, os participantes se debruçaram sobre assuntos de relevância para o Tribunal. No fim do encontro, foi criada a matriz de responsabilização, uma espécie de relação dos temas para enfrentamento e solução e seus respectivos voluntários, que assumiram o compromisso de estudar melhor os itens a fim de buscar soluções.

Os temas escolhidos foram: Termos de Outorga/Contrato de Subvenção; Contratos de Gestão; Prescrição/Decadência e Segurança Jurídica; Plano de ação/TAG/TAC; Classificação de Irregularidades e Gradação de Multas; Instruções Convênios e Instrumentos Congêneres; Avaliação de Desempenho/Produtividade; Instrução de Atos de Pessoal; Matriz de Responsabilização; Papel da PROCONTAS; Distribuição/Julgamento Liminar; Queixas para Ouvidoria; Julgamentos de Causas Repetitivas.

2.4 REUNIÕES INSTITUCIONAIS REALIZADAS PELA PRESIDÊNCIA DO TCE/BA

No 1º trimestre de 2012, além de participar dos eventos relacionados anteriormente, a Presidência do TCE/BA realizou reuniões institucionais, destacando-se:

Quadro 12 – Reuniões institucionais realizadas pela Presidência do TCE/BA no 1º trimestre de 2012

DATA	AUTORIDADE(S)/INSTITUIÇÃO/ASSUNTO	LOCAL
23/02/2012	Auditora Geral do Estado Assunto: Convênio para o Sistema de Ouvidoria.	Gabinete da Presidência do TCE/BA
29/02/2012	Procurador Geral do Estado Assunto: Execução de títulos	Gabinete da Presidência do TCE/BA
07/03/2012	Assessoria de Comunicação da Petrobrás - Regional Norte e Nordeste Assunto: TV <i>on line</i> e Mídia <i>Clipping</i> .	Gabinete da Presidência do TCE/BA
19/03/2012	Conselheiro Pedro Lino, Superintendência Técnica e 5ª CCE Assunto: Auditoria Especial - Fonte Nova.	CEICE - TCE/BA
20/03/2012	Conselheiro Pedro Lino, Superintendência Técnica, 5ª CCE e o representante da Escola Politécnica da UFBA Assunto: Auditoria Especial - Fonte Nova	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
29/03/2012	Comissão de Estudo sobre os Títulos Executivos do TCE/BA	Gabinete da Presidência do TCE/BA

Fonte: Gabinete da Presidência do TCE/BA.

Ademais, o TCE/BA iniciou um novo Plano Comunicação, estreitando o seu relacionamento institucional com a mídia. Assim sendo, o Presidente, Cons. Zilton Rocha, concedeu as seguintes entrevistas, no 1º trimestre de 2012:

- para a Rádio Itaparica, sobre as ações do TCE/BA, com veiculação estadual, em 24/02/2012;
- para a Rádio Excelsior, sobre as ações do TCE/BA e os seus benefícios para o cidadão baiano, com veiculação estadual, em 19/03/2012.

A Assessoria de Comunicação (ASCOM) acompanhou as gravações das sessões plenárias do TCE/BA, além de participar das edições com a TV Assembleia.

2.5 MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA

O Ministério Público Especial de Contas (MPC), no primeiro trimestre de 2012, deu enfoque às análises e à emissão de pareceres nos processos de recursos atribuídos a instituições e municípios, priorizando, notadamente em janeiro de 2012, o trâmite desses Processos para julgamento pela 2ª Câmara do TCE/BA.

Nesse período, de acordo com o Ato Conjunto n.º 01, de 29/02/2012, do Presidente do TCE/BA e do Procurador-Geral do Estado da Bahia, o MPC se fez representar e participou ativamente das discussões e reuniões do Grupo de Trabalho constituído para elaboração de procedimentos necessários à expedição de títulos executivos pelo TCE/BA.

Além dessas ações, no primeiro trimestre de 2012, o Ministério Público de Contas realizou as seguintes atividades:

- participações de Procuradores de Contas nos seguintes eventos:
 - Seminário “A Defesa Técnica no Processo de Contas”, realizado no dia 09/03/2012, no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS), em Porto Alegre/RS;
 - VI Fórum Nacional dos Procuradores do Ministério Público de Contas, realizado nos dias 14 a 16/03/2012, no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), em Natal/RN;
- participação, de um de seus assessores, no *Workshop* “Parcerias Público-Privadas no Setor da Saúde”, promovido pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), nos dias 12 e 13/03/2012;
- atendimento das partes interessadas nos Processos da alçada do TCE/BA que estão localizados no MPC.

Além dessas atividades, no primeiro trimestre de 2012, o Ministério Público de Contas se fez presente em todas as reuniões das 1ª e 2ª Câmaras e do Plenário do TCE/BA e emitiu parecer acerca das matérias de sua competência, como a seguir demonstrado:

Tabela 11 – Processos examinados pelo Ministério Público Especial junto ao TCE/BA – 1º Trim./2012

NATUREZA	N.º DE PROCESSOS
	1º TRIMESTRE
Recursos Atribuídos a Entidades e Municípios	121
Recurso – Apelação/Revisão	67
Reclamação	2
Denúncia	5
Contas de Administrador	19
Auditoria e Inspeção	29
Contas de Ordenador	12
Termo de Convênio	2
Consulta	3
Tomada de Contas	35
Admissão de Pessoal	77
Aposentadoria	1
Relatório de Atividades de Secretários de Estado	8
TOTAL	381

Fonte: Sistema Secretária Geral Informatizada (SEGIN).

3 ACOMPANHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DO TCE/BA (2010-2013)

A Resolução n.º 92/2011 dispôs sobre o Plano de Diretrizes do TCE/BA para o exercício de 2012, sendo priorizados 12 Objetivos Estratégicos, integrantes das perspectivas “Processos Internos”, “Pessoas e Inovação” e “Orçamento e Estrutura”, tendo em vista a continuidade administrativa e os novos desafios que se apresentam nos cenários interno e externo. Foram selecionadas 38 Diretrizes Estratégicas, materializadas por meio de planos operacionais.

Procurou-se conferir maior alinhamento entre os Planos Estratégico, de Diretrizes e Operacional, a partir da introdução de mecanismos destinados a assegurar que o programa de trabalho (metas e produtos) das unidades deste TCE reflita, no seu conjunto, os rumos ditados pelo Plenário através do citado Plano de Diretrizes.

Registre-se, ainda, que o Plano Operacional, desde 2011, contempla, as metas do Ministério Público Especial junto a este Tribunal, em razão da nomeação e posse dos seus Procuradores a partir de fevereiro de 2011.

Assim, visando enfatizar a transparência de seus procedimentos, aumentar a divulgação dos resultados dos trabalhos e aperfeiçoar seus mecanismos internos de controle, foi elaborado o “**Acompanhamento do Plano Estratégico 2010-2013: Ações de 2010 a 2012**” (Apêndice D), sendo discriminadas as ações desenvolvidas pelo TCE/BA, cumulativamente, nos exercícios de 2010 a 2012, em consonância com as diretrizes e objetivos estratégicos priorizados.

4 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

No que se refere à avaliação de desempenho foram desenvolvidas, no primeiro trimestre de 2012, as seguintes atividades:

- implementação de ações visando à consolidação do Plano Operacional Anual, referente ao exercício de 2012, contemplando as metas consignadas pelas unidades técnico-administrativas do TCE/BA e do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC) no Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP), conforme as diretrizes estabelecidas no Plano de Diretrizes, aprovado mediante a Resolução n.º 092/2011;
- realização do processo de avaliação de desempenho institucional e das equipes de trabalho, a partir do alcance das metas das unidades do TCE/BA e do CEDASC, estabelecidas no Plano Operacional Anual para o exercício de 2011 e suas respectivas alterações;
- realização do processo de avaliação de desempenho individual dos servidores do TCE/BA e do CEDASC, referente ao exercício de 2011, com a utilização do Sistema de Avaliação Institucional (SIAV);
- início da elaboração do relatório consolidado da avaliação de desempenho institucional, da equipe de trabalho e individual do exercício de 2011, com apuração dos pontos de produtividade para efeito de pagamento da parcela variável pelo exercício do controle externo, devida a partir de abril de 2012.

5 PROJETOS ESPECIAIS

O TCE/BA vem dando continuidade à execução de três projetos especiais, quais sejam: Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX); Projeto de Aperfeiçoamento e Sistematização do Processo Auditorial (ASPA); Projeto Multiplicando Experiências (PME).

No primeiro trimestre de 2012, foram desenvolvidas as seguintes atividades no âmbito de cada um dos projetos.

5.1 PROMOEX

O PROMOEX visa à modernização do sistema de controle externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros. Participam desse Programa a Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), o Instituto Rui Barbosa (IRB), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que cofinancia 60% do valor total do programa (US\$121,4 milhões). O mutuário do contrato de empréstimo com o BID é a União e os recursos de contrapartida são providos por cada Estado, sendo o Programa executado em duas fases de três anos cada. Na sua primeira fase, previu recursos no valor de US\$64,4 milhões, que beneficiará 32 Tribunais de Contas (estaduais, municipais e do Distrito Federal).

Em 03/04/2006, foi celebrado convênio entre o Tribunal de Contas do Estado da Bahia e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a liberação dos recursos da primeira fase, no montante de R\$5,8 milhões. No dia 06/04/2009, foi assinado o primeiro termo aditivo ao convênio, alterando o valor total do projeto do TCE/BA para R\$4,1 milhões em função da desvalorização cambial.

Em novembro e dezembro de 2011, foram assinados termos aditivos aos convênios firmados com a ATRICON e o IRB, respectivamente, prorrogando o prazo de vigência dos referidos termos até 31/12/2012, com o objetivo da manutenção do apoio técnico e financeiro à execução do PROMOEX.

5.1.1 Acompanhamento do programa

Em janeiro de 2012, foram elaborados e encaminhados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) o Relatório de Progresso, relativo ao 2º semestre de 2011, e o Relatório Justificativa de Gastos referente ao 4º trimestre de 2011.

Nos dias 19 e 20/03/2012, o Coordenador Geral e a Coordenadora Administrativa e Financeira da UEL do PROMOEEX deste TCE participaram da reunião das UELs do PROMOEEX promovida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em Brasília/DF, que teve como objetivo discutir as estratégias para execução do PROMOEEX, tendo em vista sua prorrogação até o final de 2012, os procedimentos relacionados à prestação de contas final e à disseminação dos resultados alcançados até 2011.

Em 30/03/2012, foram encaminhados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) o Projeto revisado, o Plano Operacional Anual (POA) de 2012 e o Plano de Aquisições.

5.1.2 Eventos relacionados ao programa

Em fevereiro de 2012, foi ministrado, nas dependências do TCE/BA, curso de ferramenta CAD para 14 servidores, com o objetivo de auxiliar os engenheiros e arquitetos na auditoria de obras públicas.

Nos dias 15 e 16/03/2012, três servidores da Diretoria Administrativa e Financeira participaram do Curso sobre Contratações Específicas - Aspectos Polêmicos e Controvertidos, realizado em Aracaju/SE.

Em conformidade com as ações do Programa Nacional de Educação Compartilhada dos Tribunais de Contas, o Grupo de Educação Corporativa – GEC/PROMOEEX promoveu, em parceria com o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), uma série de cursos em áreas indicadas pelos próprios tribunais. O Tribunal de Contas do Estado da Bahia esteve presente nos seguintes cursos:

- de 12 a 15/03/2012, duas servidoras participaram do Curso de Jurisprudência e Prática sobre a Responsabilização de Agentes perante os Tribunais de Contas – PROMOEEX – GEC, em Brasília/DF;
- de 12 a 16/03/2012, dois servidores participaram do Curso de Auditoria de Obras Públicas – PROMOEEX – GEC, em Brasília/DF;
- de 19 a 23/03/2012, quatro servidores participaram do Curso de Auditoria Operacional (ANOP), em Brasília/DF.

5.1.3 Auditoria Operacional (AOP)

A realização de Auditoria Operacional (Desempenho ou Gestão) é uma das ações consideradas prioritárias no âmbito do PROMOEEX, principalmente no que se refere à avaliação dos aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da administração pública.

As atividades técnicas dessa modalidade de auditoria vêm sendo desenvolvidas pelo Grupo Temático de Auditoria Operacional (GAO), cuja coordenação está a cargo do Coordenador da UEL/PROMOEEX do TCE/BA.

Pesquisa realizada junto aos 33 Tribunais de Contas brasileiros, em setembro/2005, pertinente às práticas adotadas sobre o tema de Auditoria Operacional, evidenciou que 19 Tribunais, o equivalente a 58% do total, nunca tinham realizado esta modalidade de auditoria.

Atualmente, 29 TCs, representando 88% do total, realizam auditorias operacionais. Este percentual supera a meta nacional do programa, de que 75% dos TCs tivessem implantadas auditorias operacionais até o final da sua primeira fase.

O Grupo Temático de Auditoria Operacional (GAO), sob a coordenação do Instituto Rui Barbosa (IRB), vem dando continuidade aos trabalhos realizados, além da oferta de capacitação a distância e treinamento presencial para as equipes de auditoria. Sob a supervisão do Grupo Temático de Auditoria Operacional, já foram realizadas as auditorias nas áreas de educação, saúde e de saneamento. Atualmente, encontra-se em fase de conclusão a auditoria operacional na área de meio ambiente.

Em 26/03/2012, foi realizado em Salvador/BA, Encontro Técnico de Auditoria Operacional promovido pelo Instituto Rui Barbosa, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

O Encontro teve como objetivo tratar da consolidação das auditorias operacionais realizadas pelos TCs na área de meio ambiente e da programação de auditoria operacional para o presente exercício, cujos trabalhos serão monitorados pelo Grupo Temático de Auditoria Operacional, no âmbito do PROMOEX. Participaram desse Evento representantes de 31 TCs do Brasil.

Durante o referido Encontro foi apresentado e divulgado o resultado da Auditoria Operacional na área de Saneamento.

5.2 PROJETO ASPA

O Projeto Aperfeiçoamento e Sistematização do Processo Auditorial (ASPA) tem por objetivo a racionalização e sistematização do processo auditorial, através da elaboração de estudos que visam à avaliação e ao aprimoramento de metodologias de trabalho, bem como à manualização de práticas auditoriais.

5.2.1 Matriz de Risco

Reconhecendo a necessidade de direcionar esforços auditoriais para objetos prioritários e relevantes, em consequência das crescentes demandas e complexidade das estruturas e operações envolvidas, um dos objetivos estratégicos priorizados para o biênio 2012/2013 diz respeito à atuação do Tribunal de forma seletiva e tempestiva, consignando para tanto duas diretrizes vinculantes: privilegiar auditorias em área de risco, materialidade e relevância, e privilegiar auditorias tempestivas.

No primeiro trimestre de 2012, a Matriz de Risco foi revisada e sua aplicação foi ampliada para todas as Secretarias, visando à seleção de unidades para exame *in loco*, no âmbito das contas consolidadas da administração direta estadual, relativas ao exercício de 2011.

Também foi revisada e aplicada a Matriz de Risco para a programação das auditorias tempestivas de 2012, em consonância com as diretrizes já abordadas. Essa Matriz objetivou a seleção de auditorias tempestivas através do *ranking* dos jurisdicionados, sob o ponto de vista da materialidade, relevância e riscos envolvidos, devendo-se ressaltar que os fatores considerados poderão – e deverão – ser reavaliados em análises futuras, a depender da disponibilidade de informações, devendo o processo ser continuamente aprimorado.

5.2.2 Mirante e Trilhas de Auditoria

No segundo trimestre de 2011, foi constituído o Grupo de Trabalho Mirante BI, designado para desenvolver trilhas de auditoria utilizando o Sistema Mirante e recursos de *Business Intelligence* (BI), com vistas a, no primeiro momento, racionalizar os exames de prestação de contas consolidadas da administração direta. Conta com a participação de profissionais das áreas de auditoria (CCEs), tecnologia da informação (CEDASC) e sistematização do processo auditorial (ASPA).

O Grupo Mirante apresentou, para as Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), no encontro técnico realizado no início do exercício de 2012, o novo Módulo do Sistema Mirante que contém as trilhas de auditoria desenvolvidas no exercício de 2011 para uso nas auditorias de prestação de contas quais sejam: “Observância à Modalidade de Licitação”, “Concentração de Diárias”, “Contratação Temporária de Pessoal” e “Mapeamento de Despesa”, bem como os oito relatórios desenvolvidos no âmbito dessas trilhas.

No primeiro trimestre de 2012, o Grupo começou a trabalhar com as seguintes trilhas: “Processos de Compra Homologados para Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar”, “Pagamentos Realizados a Fornecedor em Data Posterior ao Impedimento de Licitar e Contratar” e “Indícios de Colúio em Licitações Devido ao Fato das Empresas Participantes Possuírem Sócios em Comum”. O trabalho relativo à primeira trilha ficou prejudicado, em decorrência da falta de integração entre o Sistema Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços do Estado da Bahia (SIMPAS) e o Sistema de Informações Contábeis e Financeiras (SICOF), o qual poderá ser retomado após o saneamento da situação.

5.2.3 Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA)

O SGA tem por objetivo básico melhorar o controle, acompanhamento e execução das auditorias realizadas pelo controle externo do TCE/BA, através da automatização, padronização e racionalização dos procedimentos auditoriais.

No primeiro trimestre de 2012, foram desenvolvidas as seguintes atividades relacionadas com o referido Sistema:

- monitoramento do Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), no que se refere à utilização dos programas padrões de auditoria, TAGs, Papeis de Trabalho (Área de Trabalho, Anexos, Apêndices, Achados, Amostras), Consolidado, Produto;
- revisão dos programas de auditoria “Informações Gerais, Fase de Planejamento” e “Exame da Despesa, Fase de Planejamento”;
- início das análises necessárias para a elaboração de programas de auditoria da administração indireta;

- início das análises necessárias para a elaboração de programas de auditoria da área de pessoal;
- inclusão no SGA do programa “Informações Gerais, Fase de Execução”;
- atualização dos modelos de papel de trabalho e relatório da fase de Planejamento no SGA com a inserção das TAGs.

Além das atividades anteriormente descritas foram criadas as seguintes naturezas de auditoria no Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP): Auditoria de Obras Públicas (AROP) e Despesa com Pessoal (ARDP).

5.3 PROJETO MULTIPLICANDO EXPERIÊNCIAS (PME)

O Projeto Multiplicando Experiências (PME) objetiva contribuir para o fortalecimento do sistema de controle externo do Brasil, mediante o estabelecimento de parcerias com outras instituições de fiscalização e organismos multilaterais de financiamento.

5.3.1 Acordo de Doação – Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT)

O Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), por meio do seu Fundo de Desenvolvimento Institucional, concedeu, em 14/12/2009, uma doação ao Governo do Estado da Bahia, no montante de US\$400 mil, para implementação pelo TCE/BA do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), cujos investimentos se destinam, basicamente, ao reforço do processo auditorial através de estudos metodológicos e capacitação.

O Projeto objetiva o fortalecimento do TCE/BA e de dois outros Tribunais de Contas subnacionais com expertise em auditoria, visando melhorar a sua função de auditoria e mecanismos de controle, bem como valorizar suas capacidades para oferecer assistência técnica e transferência de conhecimentos para três outros Tribunais de Contas. Para tanto, integram o Projeto os seguintes componentes e respectivas atividades:

1. Diagnóstico dos Tribunais de Contas subnacionais (questionário de capacidades institucionais; *workshop*; verificação *in loco* e validação das respostas; metodologia de revisão pelos pares);
2. Fortalecimento Institucional dos TCs (mapeamento de processos auditoriais; análise das políticas institucionais, procedimentos e práticas para recrutamento, treinamento, promoção e melhoria organizacional; pesquisa sobre experiências no estabelecimento de unidades de auditoria operacional; treinamento em auditoria; parceria com a Academia);
3. Fortalecimento do relacionamento com o Legislativo Estadual e com a sociedade civil (identificação de boas práticas).

A seguir são abordados os principais temas relacionados ao Projeto em comento, ocorridos no primeiro trimestre de 2012.

Componente 1 – Diagnóstico dos Tribunais de Contas Subnacionais

Em decorrência de pesquisa diagnóstica realizada, ao final do exercício de 2010, junto aos Tribunais de Contas subnacionais e tendo em vista as validações efetuadas em 2011, com base em proposta de metodologia de revisão pelos pares construída pela equipe do Projeto⁷, passaram a participar do PROFORT os Tribunais de Contas dos Estados de Pernambuco (TCE/PE) e de Santa Catarina (TCE/SC), como parceiros que, juntamente com o TCE/BA, multiplicarão conhecimentos e experiências no campo auditorial aos Tribunais de Contas dos Municípios dos Estados do Ceará (TCM/CE) e de Goiás (TCM/GO), e do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM).

Componente 2 – Fortalecimento Institucional dos Tribunais de Contas

Conforme abordado no Relatório do 4º trimestre de 2011, no que tange à atividade 2.1 “Mapeamento de Processos Auditoriais”, em 26/12/2011, foi enviada a Solicitação de Propostas (SDP) 001/2011, convidando as empresas constantes da Lista Curta a apresentar propostas, com vistas ao fornecimento de serviços de consultoria técnica para mapear e redesenhar processos auditoriais com foco no exame das contas de governo, com treinamento e transferência de tecnologia.

Em 26/01/2012, foram apresentadas propostas por duas das seis empresas que compuseram a Lista Curta, sendo procedida a avaliação da proposta técnica, por comissão composta por integrantes da Comissão Permanente de Licitação (COPEL), da Gerência ASPA e da Gerência do PME. O Relatório de Avaliação Técnica de Consultores foi enviado ao BIRD em 06/03/2012, visando à sua não objeção, o que ocorreu no dia 08/03/2012. Atualmente encontra-se em fase de análise a proposta financeira.

Em relação à Atividade 2.2 “Análise de Políticas Institucionais, Procedimentos e Práticas para Recrutamento, Treinamento, Promoção e Melhoria Organizacional”, foi recebida em 04/01/2012 a não objeção do Banco Mundial ao Relatório para Formação da Lista Curta e Seleção de Empresa para os referidos serviços técnicos, assim como à SDP 01/2012.

Dessa forma, considerando as especificidades da modalidade de seleção adotada – Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor (SQC), foi enviada à empresa posicionada em primeiro lugar na lista curta a Solicitação de Propostas, convidando-a a encaminhar sua proposta técnico-financeira até 01/03/2012, estando em fase de avaliação por comissão composta por integrantes da COPEL, CEICE e da Gerência do PME.

Com relação a “Treinamento em Auditoria”, Atividade 2.4 do PROFORT, no que se refere ao Curso de Auditoria de Fraudes, em função da não aceitação pelos concorrentes de exigências contidas nas diretrizes do Banco, uma vez que estes possuíam vínculo com a administração pública, não foi possível concluir o processo seletivo iniciado em 2011. Assim, a convite da Presidência deste Tribunal, a Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) concederá um especialista do seu quadro para ministrar o referido curso no período de 07 a 11/05/2012.

⁷ Metodologia de Revisão pelos Pares disponibilizada nos *sites* do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA).

Ainda quanto a esse Curso, foram mantidos contatos com a Controladoria-Geral da União (CGU) visando à inclusão de palestra sobre a experiência daquela Instituição nas ações de combate à corrupção e, mais especificamente, no desenvolvimento de trilhas de auditoria, sendo emitido Ofício neste sentido em 21/03/2012, pela Presidência deste TCE.

Também no âmbito da Atividade 2.4, no período de 26 a 30/03/2012, foi iniciada a assistência técnica ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM/GO), na realização de dois exames de contas. A equipe responsável por prestar a referida assistência técnica é composta por dois profissionais de auditoria deste Tribunal, um do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE) e outro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), parceiros do Projeto.

Quanto à Atividade 2.5 “Parceria com a Academia”, cujo objetivo é estabelecer uma estratégia conjunta com as universidades, de forma a assegurar o ensino sustentável das normas brasileiras de auditoria e de contabilidade aplicáveis ao setor público, em 27/02/2012 foi assinado contrato com consultor individual, dando início às suas atividades.

Componente 3 – Fortalecimento do Relacionamento com o Legislativo Estadual e com a Sociedade Civil

Em conjunto com a Assessoria de Comunicação (ASCOM) e com a Ouvidoria deste Tribunal, foi elaborado o Termo de Referência n.º 01/2012, objetivando a contratação de consultor nacional, a fim de elaborar estratégias para promover o fortalecimento do relacionamento do Tribunal de Contas com o Legislativo Estadual e com a sociedade civil, de forma a estabelecer uma relação produtiva e mutuamente benéfica, sendo enviado ao Banco em 23/03/2012 para não objeção.

5.3.2 Acompanhamento do PROFORT

No dia 29/02/2012, foi realizada, na sede deste TCE, missão de gerenciamento financeiro do PROFORT, sendo efetuado o acompanhamento orçamentário, contábil, financeiro e operacional do Projeto, por Especialista do BIRD.

Ainda no primeiro trimestre de 2012, foi submetida ao Banco Mundial a revisão do Plano de Aquisições, sendo fornecida, pelo BIRD, sua não objeção no dia 27/03/2012.

Em 31/01/2012, foi encaminhado Relatório de Progresso do PROFORT à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), referente ao período de 01/03/2010 a 31/12/2012, conforme solicitado por aquela Secretaria, e de acordo com a cláusula terceira do Acordo Subsidiário firmado entre o Governo do Estado da Bahia e este TCE.

5.3.3 Novo projeto com os Tribunais de Contas subnacionais

Foi revisada e ampliada a Nota Conceitual do novo projeto, a ser financiado com recursos do Banco Mundial, que visa ao fortalecimento de competências auditoriais, de forma corporativa e continuada, com foco no aprimoramento metodológico das auditorias e capacitação, e com lastro nas novas normas de contabilidade pública e nas normas de auditoria governamental brasileiras recomendadas pelo Instituto Rui Barbosa (IRB).

O mencionado projeto pretende alcançar o conjunto dos Tribunais de Contas subnacionais, que deverão atuar na transferência desses conhecimentos (normas contábeis e auditoriais), contando com a participação de atores com propósitos comuns.

Com o propósito de apresentar formalmente esse projeto ao BIRD, foi realizada reunião no escritório do Bando Mundial em Brasília/DF, contando com a presença do Coordenador de Gerenciamento Financeiro do Banco, Sr. Joseph Mubiru Kizito, dos Presidentes do IRB e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON), Conselheiros Severiano José Costandrade de Aguiar e Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto, respectivamente, do Presidente do TCE/BA, Conselheiro Zilton Rocha, do Corregedor desta Corte, Conselheiro Manoel Castro, e de duas servidoras da Coordenadoria de Projetos Especiais (COPE).

5.3.4 *SWAp* Bahia

O TCE/BA está inserido dentre os beneficiários do empréstimo a ser concedido pelo BIRD ao Estado da Bahia, na modalidade *SWAp* (Enfoque Setorial Amplo), cujo foco reside nas áreas de saúde e recursos hídricos, além do fortalecimento institucional da área de planejamento e monitoramento do Estado.

No dia 22/03/2012, a equipe da Gerência Multiplicando Experiências/Coordenadoria de Projetos Especiais participou da missão do BIRD, realizada na SEPLAN, com vistas aos ajustes finais para a elaboração do Manual Operativo do Projeto.

Foi informada a posição do trâmite do Projeto, que, naquela data, se encontrava na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), devendo daí seguir para a Casa Civil e, posteriormente, para aprovação pelo Senado Federal. O prazo final para a celebração do acordo de empréstimo é 02/05/2012, devendo a liberação de parcela dos recursos ocorrer logo após a sua assinatura.

5.3.5 Projeto Treinamento e Assistência Técnica ao TCM/CE

Dando continuidade às ações previstas no Convênio de Cooperação Técnica n.º 006/2011, entre o TCE/BA e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM/CE), foi celebrado neste trimestre o seu 2º Termo Aditivo, objetivando acrescentar uma visita técnica ao Plano de Trabalho anexo ao 1º Aditivo, com a finalidade de acompanhar o teste piloto da pesquisa a ser realizada na fase de execução da auditoria operacional, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, sendo realizada, nos dias 15 e 16/03/2012, a segunda visita técnica relacionada com esta auditoria.

6 EDUCAÇÃO CORPORATIVA

No primeiro trimestre de 2012, a Gerência de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Profissional (GEDAP) iniciou sua programação anual realizando ações internas de capacitação, articulando a participação de servidores nas ações do Programa Nacional de Capacitação Compartilhada TCU/TCs/Grupo de Educação Corporativa – PROMOEX, abrindo processo seletivo para o Programa de Incentivo à Educação Superior e proporcionando a participação dos servidores em eventos externos.

6.1 CURSOS E EVENTOS INTERNOS

- **Treinamento em Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA).** O curso teve como objetivo capacitar os profissionais de auditoria para utilizarem o novo Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), que está sendo implantado no TCE/BA. No primeiro trimestre de 2012, foram treinados 35 servidores da 2ª CCE, distribuídos em 3 turmas. O treinamento foi realizado em parceria com o Comitê Gestor do Sistema e com o CEDASC.
- **Treinamento no ZWCAD.** O curso teve por objetivo capacitar engenheiros e arquitetos para utilização do ZWCAD 2D como ferramenta auxiliar nas auditorias de obras, proporcionando o desenvolvimento das habilidades necessárias para utilização de seus recursos. Foram inscritos 16 servidores, sendo que 14 concluíram o treinamento, tendo em vista a ocorrência de 2 desistências.

Quadro 13 – Cursos e eventos internos

CURSO/EVENTO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	N.º DE INSCRIÇÕES
Treinamento em Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA) - Turma 14	30/01 a 07/02/2012	32 horas	9
Treinamento em Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA) - Turma 15	30/01 a 08/02/2012	32 horas	9
Treinamento em Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA) - Turma 16	13/02 a 01/03/2012	32 horas	17
Treinamento Ferramenta ZWCAD	02/02 a 01/03/2012	20 horas	16 ⁽¹⁾
TOTAL			51

Fonte: CEICE/GEDAP.

Nota (1): Foram inscritos 16 servidores, sendo que 14 concluíram o treinamento, tendo em vista a ocorrência de 2 desistências.

6.2 PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO COMPARTILHADA TCU-ISC/GRUPO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA – PROMOEEX

Quadro 14 – Programa Nacional de Capacitação Compartilhada TCU-ISC/Grupo de Educação Corporativa - PROMOEEX

CURSO/EVENTO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	N.º DE INSCRIÇÕES
Curso de Jurisprudência e Prática sobre a Responsabilização de Agentes perante os Tribunais de Contas	12 a 15/03/2012	28 horas	2
Curso de Auditoria em Obras Públicas	12 a 16/03/2012	35 horas	2
Curso de Auditoria Operacional	19 a 23/03/2012	35 horas	4
Curso de Auditoria de Tecnologia da Informação	19 a 23/03/2012	35 horas	1
TOTAL			9

Fonte: CEICE/GEDAP.

6.3 PROGRAMA DE INCENTIVO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

No período de 19 a 26/03/2012 foram abertas as inscrições para o Programa de Incentivo à Educação Superior, instituído pelo Ato n.º 085, de 22/03/2006. Cumprida a fase de inscrição, chegaram à GEDAP três solicitações, sendo uma para Graduação e duas para Pós-Graduação. Seguindo o trâmite, o expediente foi encaminhado à Presidência, visando a apreciação final e, se for o caso, posterior autorização da concessão das bolsas de estudo.

Encontram-se em vigência duas bolsas de estudos, sendo uma de graduação e uma de especialização, conforme discriminado a seguir.

6.3.1 Bolsas de Pós-graduação *stricto e lato sensu* (especialização e mestrado)

Quadro 15 – Bolsas de estudo vigentes – Pós-graduação

CURSO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	BENEFICIADOS
Especialização em Direito Previdenciário	Instituto Excelência Ltda. (Juspodivm)	1
TOTAL		1

Fonte: CEICE/GEDAP.

6.3.2 Bolsas de Graduação

Quadro 16 – Bolsas de estudo vigentes – Graduação

CURSO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	BENEFICIADOS
Psicologia	Universidade Jorge Amado (UNIJORGE)	1
TOTAL		1

Fonte: CEICE/GEDAP.

6.4 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS

No primeiro trimestre de 2012, 28 servidores participaram de eventos técnico-institucionais externos (cursos/seminários/palestras), com apoio do TCE/BA, conforme detalhado a seguir.

Quadro 17 – Eventos externos

EVENTO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	PERÍODO	LOCAL	N.º DE PARTICIPANTES
Treinamento Fiduciário Banco Mundial	Banco Mundial	05 a 09/03/2012	Recife/PE	5
<i>Workshop</i> Acompanhamento de Concessões/PPPs: Gestão e Auditoria de Contratos	Secretaria da Fazenda, <i>World Bank Institute - International Finance Corporation</i> (IFC) e a Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)	06 a 09/03/2012	Salvador/BA	18
16º Curso de Capacitação e Certificação em Ouvidoria	Associação Brasileira de Ouvidoria – Seção Santa Catarina e a OMD Soluções para Ouvidorias	13 a 15/03/2012	Florianópolis/SC	2
Contratações Específicas – Aspectos Polêmicos e Controvertidos	JAM Jurídica Editoração e Eventos Ltda.	15 e 16/03/2012	Aracaju/SE	3
TOTAL				28

Fonte: CEICE/GEDAP.

7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

7.1 GOVERNANÇA EM TI

O CEDASC continua aplicando e disseminando os conceitos dos códigos das melhores práticas de tecnologia da informação, com foco na governança em tecnologia da informação, que consiste num conjunto de boas práticas de gestão organizacional capazes de assegurar que os investimentos em sistemas, equipamentos e serviços estejam alinhados com os objetivos e as diretrizes estratégicas do Tribunal de Contas, mediante um modelo de referência para gestão de TI, como técnicas e práticas de gerência de projetos e serviços baseadas em *Control Objectives for Information and Related Technology (COBIT)*, *Information Technology Infrastructure Library (ITIL)* e *Project Management Institute (PMI)* em todo o seu portfólio de projetos e serviços.

Neste sentido, foi realizada, em março de 2012, capacitação de servidores do CEDASC na primeira versão da Metodologia de Gerenciamento de Projetos (MGP), desenvolvida com base nos processos e boas práticas documentados pelo PMI. Essa capacitação, com carga de 12 horas, teve como principal objetivo disseminar o uso da metodologia dentro das diretorias e gerências da Autarquia, trazendo como principal benefício o uso de processos, práticas, conceitos e ferramentas padrões no gerenciamento de projetos.

7.2 GESTÃO DE INFRAESTRUTURA

7.2.1 Elaboração de projeto de distribuição dos equipamentos de impressão no âmbito do TCE e do CEDASC

Devido à Diretriz “Desenvolver Política de Redução de Gastos”, do Planejamento Estratégico do TCE/BA (2010 – 2013), foi inserida, no Plano Operacional dos exercícios 2011 e 2012, a elaboração do Projeto de “Racionalização do Uso dos Equipamentos de Suprimentos de Tecnologia da Informação”.

O resultado desse trabalho foi encaminhado à Presidência do TCE/BA que, determinou ao CEDASC e à Diretoria Administrativa e Financeira (DIRAF), a ampliação dos estudos, no sentido de se promover uma redistribuição física dos equipamentos de impressão, considerando o quantitativo de servidores, por unidade técnica e administrativa, natureza dos trabalhos e volume de impressões.

Nesse sentido, o CEDASC realizou internamente a redistribuição e a diminuição do quantitativo desses equipamentos em seus diversos setores, resultando na redução das impressoras instaladas de 10 para 5, sem prejuízo para as atividades da Autarquia.

7.2.2 Projeto de divulgação das sessões plenárias do TCE em formato de vídeo

No período foram iniciados estudos preliminares para o projeto de gravação, armazenamento, pesquisa e visualização dos vídeos das sessões plenárias do Tribunal no seu Portal *Web*.

Foram especificados todos os requisitos técnicos, tais como, formato dos vídeos, padrões de nomenclatura e particionamento, que deverão ser atendidos para a disponibilização dos vídeos, assim como toda a infraestrutura de armazenameno e de cópias de segurança necessárias à disponibilização do serviço no Portal do TCE/BA.

7.2.3 Disponibilização dos prontuários dos servidores na intranet

No período foram realizadas reuniões técnicas do CEDASC com a Gerência de Arquivo e Microfilmagem (GEARQ) do Tribunal, com o intuito de levantar e documentar os requisitos para definição da melhor solução tecnológica, a fim de disponibilizar a consulta dos prontuários dos servidores na intranet.

Em tal levantamento, verificou-se a necessidade de atualização da atual ferramenta utilizada para indexação e consulta de documentos digitalizados e mantidos na GEARQ. Assim, estão sendo prospectadas, no mercado especializado, novas soluções para melhorar a disponibilização de tal serviço para os servidores do TCE/BA.

7.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

7.3.1 Desenvolvimento de tecnologia da informação

Na sequência estão apresentadas as atividades realizadas no âmbito dos projetos desenvolvidos pelo CEDASC.

7.3.1.1 Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA)

No período foi realizada a capacitação dos auditores da 2ª CCE, contemplando tanto as funcionalidades do Sistema quanto a difusão das boas práticas de auditoria aplicadas no seu desenvolvimento. Assim, todas as Coordenadorias de Controle Externo já estão usando o SGA para apoiar as auditorias, com a implementação de uma nova sistemática de revisão, padronização e racionalização do processo de trabalho auditorial do TCE/BA, ao tempo em que, o uso do antigo sistema (AUDIN) foi definitivamente encerrado.

7.3.1.2 Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (e-PROC)

No período, tanto o CEDASC como a Secretaria Geral aceleraram o Projeto de desenvolvimento do novo Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos do TCE/BA, provisoriamente denominado de e-PROC, com o uso da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas da Autarquia.

O e-PROC substituirá o atual Sistema Secretaria Geral Informatizada (SEGIN) e terá rotinas próprias para a gestão dos processos e documentos do TCE/BA, tais como protocolo, sorteio, trâmite, notificação, julgamento e arquivamento.

O novo sistema oferecerá uma nova plataforma tecnológica, moderna e baseada em *softwares* livres para ampliação da informatização das rotinas processuais do Tribunal e ampliará a informatização da rotinas de gerenciamento de processos e documentos e melhorará a produtividade no uso dos recursos tecnológicos os usuários.

No período foi iniciado o desenvolvimento do modelo de dados e das rotinas de ações comuns do Sistema.

7.3.1.3 Integração da ferramenta de *Business Intelligence* (BI) com o Sistema Mirante

Encontra-se em desenvolvimento a integração do Módulo de Convênios do Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante) com recursos de *Business Intelligence* (BI).

No período ocorreram reuniões técnicas com o TCE/BA para definição das trilhas de auditoria a serem implantadas no Sistema, tais como:

- indício de conluio pela participação em licitações de empresas com sócios em comum;
- processos de compra homologados para fornecedores impedidos de licitar e contratar;
- pagamentos realizados a fornecedor em data posterior ao impedimento de licitar e contratar.

Foram também realizados encontros com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB), para tratar da obtenção de dados originários do Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH) de forma automática, trazendo os seguintes benefícios:

- maior agilidade na disponibilização de informações para uso no Módulo *Business Intelligence* do Mirante;
- maior confiabilidade no envio e carga dos dados no Sistema.

Outrossim, com o objetivo de aperfeiçoar o cruzamento de dados e a utilização dos recursos de BI, estão em curso com o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA) tratativas para a obtenção de dados funcionais e de vínculos do servidores de prefeituras e câmaras municipais do Estado.

Em relação à capacitação no uso dos recursos do Sistema, o Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo (CEICE) identificou a necessidade de realização de treinamento envolvendo desde as informações mais básicas sobre o seu uso e finalidade até a utilização dos recursos avançados dos módulos de “Execução Orçamentária e Financeira”, “Licitações”, “Contratações Diretas”, “Convênios” e “Pessoal”.

Assim, está sendo elaborado um calendário de capacitação para uso do Sistema Mirante com a finalidade de atender às necessidades do Tribunal. O calendário deverá prever capacitação para o nível básico, intermediário e avançado, contemplando o período de 2012 a 2013.

7.3.1.3.1 Estudos para ação da Lei *Newcomb-Benford*

Com o objetivo de oferecer meios para otimizar os resultados obtidos com a utilização de ferramenta de *Business Intelligence*, foram iniciados estudos para aplicação da Lei *Newcomb-Benford*, que fornece meios estatísticos para identificar desvios nos valores observados em pagamentos, a partir da base de dados do Sistema de Informações Contábeis e Financeiras (SICOF), com a finalidade de subsidiar as decisões e encaminhamentos dos esforços de auditoria.

Após a conclusão dos estudos, os resultados serão apresentados ao TCE/BA, visando à verificação da sua aplicabilidade para fins de elaboração de matriz de riscos e orientação do planejamento de auditoria.

7.4 APOIO EM TI ÀS AUDITORIAS DO TCE/BA

No primeiro trimestre, o CEDASC prestou suporte técnico especializado ao processo auditorial a cargo do TCE/BA, compreendendo:

- análise de diferenças entre os dados de precatórios da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ), de agosto de 2010 e janeiro de 2010;
- comparação entre os dados de precatórios do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) com a SEFAZ, referente a dezembro de 2010;
- dados de cargos comissionados dos servidores da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC);
- relatório de quantitativo e gastos com servidores contratados através do Regime Especial de Direito Administrativo (REDA);
- relatório contendo os 100 maiores Convênios firmados em 2010 e vigentes em 2011;
- acompanhamento das recomendações da auditoria no Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária (SIGAT).

8 OUVIDORIA

No primeiro trimestre de 2012, a Ouvidoria recebeu 36 manifestações. Destas, 86,1% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e queixas, conforme discriminado na Tabela 12.

Foram registradas denúncias formais que ingressaram através do protocolo geral do TCE/BA, com o objetivo de acompanhamento e cotejamento com as demandas existentes, correspondendo a 5,5% do total.

Tabela 12 – Tipos de demandas registradas

TIPO	QUANTITATIVO	%
Informação	16	44,4
Queixa	15	41,7
Denúncia	2	5,5
Reclamação	1	2,8
Sugestão	1	2,8
Elogio	1	2,8
TOTAL	36	100,0

Fonte: Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública (TAG).

Em relação ao meio de acesso à Ouvidoria, a *internet* foi o mais utilizado com 75,0%, conforme relacionado na Tabela 13.

Tabela 13 – Meios de contatos utilizados

MEIO DE ACESSO	QUANTITATIVO	%
Internet	27	75,0
Telefone	6	16,7
E-mail	3	8,3
TOTAL	36	100,0

Fonte: Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública (TAG).

A maioria das demandas (80,5%) foi procedente de pessoa física, enquanto que as demandas anônimas corresponderam a 16,7%, como apresentado na Tabela 14.

Tabela 14 – Perfil do demandante

PERFIL	QUANTITATIVO	%
Pessoa Física	27	80,5
Anônimo	6	16,7
Servidor Público	3	2,8
TOTAL	36	100,0

Fonte: Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública (TAG).

Registre-se que todas as manifestações recebidas pela Ouvidoria foram devidamente tratadas, respondidas ou encaminhadas aos órgãos ou setores competentes, garantindo a inexistência de qualquer espécie de pendência.

9 AUDITORIA INTERNA

O Cons. Manoel Castro, Corregedor do TCE/BA, eleito para o biênio 2012-2013, coordenou no primeiro trimestre de 2012, o processo de indicação do novo Chefe da Auditoria Interna (AUDIT), em consonância com o disposto no art. 12 da Lei Complementar Estadual n.º 12/2006.

Em 2012, o Cons. Manoel Castro inovou no processo seletivo ao dividi-lo em três etapas: elaboração de projeto de trabalho; entrevista; e apresentação pública dos candidatos da lista tríplice, integrada pelos três técnicos mais votados na eleição interna.

Em sessão plenária de 02/02/2012, o Cons. Manoel Castro indicou Antonio Geraldo Conceição Braga, nomeado Chefe da AUDIT pelo Ato n.º 102/2012.

No primeiro trimestre de 2012, a AUDIT realizou as seguintes atividades:

- exame da Prestação de Contas e Relatório de Anual de Atividades do TCE/BA, referente ao exercício de 2011;
- auditoria operacional, em fase de monitoramento, no processo auditorial das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), com o objetivo de verificar seu desempenho na atividade fim deste TCE, identificando oportunidade de melhoria, com foco na eficiência, eficácia e qualidade;
- auditoria de regularidade no Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 3º quadrimestre de 2011, com o objetivo de verificar o limite estabelecido, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para a Despesa Líquida com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.

IV EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA

1.1 ORÇAMENTO DO TCE/BA

A Lei n.º 12.503, de 29/12/2011, publicada no DOE de 30/12/2011, que aprovou o Orçamento do Estado da Bahia para o exercício de 2012, estimou as receitas e fixou as despesas do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) em R\$131.370.112,00. No que se refere às despesas então fixadas, R\$128.069.112,00 são para Despesas Correntes, inclusive Pessoal e Encargos, e R\$3.301.000,00 para Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento deste Tribunal é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320/1964, e obedece às normas estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias n.º 12.222, de 18/07/2011, e pelo Ato n.º 001, de 02/01/2012, da Presidente do Tribunal, que “Aprova o Orçamento Analítico do Tribunal de Contas do Estado da Bahia para o exercício de 2012”.

A movimentação orçamentária e financeira deste TCE/BA, durante o primeiro trimestre de 2012, encontra-se apresentada na sequência.

1.2 QUADRO DE COTAS

Foi repassado pela Diretoria do Tesouro (DEPAT) o total de R\$33.711.000,00, para o período de janeiro a março do corrente exercício, mediante liberações de recursos (LRs) vinculadas a Pessoal e Encargos Sociais e Demais Despesas, Fonte 00. Ressalte-se que os valores referentes às Fontes 13, 31 e 37 correspondem a recursos de terceiros, e não se encontram inseridos no total acima, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 15 – Recursos previstos e recebidos (TCE/BA) R\$1,00

VINCULAÇÃO RECURSO	FONTE	PREVISTO		RECEBIDO	
		R\$	%	R\$	%
Pessoal	00	30.000.000,00	88,24	30.000.000,00	88,92
Demais despesas	00	3.711.000,00	10,92	3.711.000,00	11,00
SUBTOTAL	00	33.711.000,00	99,16	33.711.000,00	99,92
PROMOEX/CEF	31	46.000,00	0,14	1.111,03	0,00
FUNTCE	13	97.500,00	0,29	22.603,21	0,07
TCE/BRADESCO	13	96.750,00	0,28	-	-
TCE/BIRD	37	45.000,00	0,13	3.204,36	0,01
TOTAL		33.996.250,00	100,00	33.737.918,60	100,00

Fonte: Sistema Betha Sapo/IF.

1.3 DESPESA EMPENHADA

O total da despesa empenhada no primeiro trimestre atingiu o montante de R\$36.372.289,65, relativo aos empenhos apropriados até 31 de março, neles incluídos os saldos dos empenhos por estimativa, visando atender a compromissos relativos à prestação de serviços ao Tribunal.

A execução orçamentária da despesa acumulada até o primeiro trimestre de 2012, correspondente a 27,69% do total do Orçamento (R\$131.370.112,00), gera um saldo para o período de abril a dezembro de R\$94.997.822,35, correspondendo a 72,31% da despesa autorizada para o exercício.

Desdobrando a despesa empenhada no primeiro trimestre, por projeto/atividade, tem-se:

Tabela 16 – Detalhamento da despesa empenhada (TCE/BA) R\$1,00

PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA EMPENHADA	
	R\$	%
Auditoria e Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado	20.586.139,65	56,60
Desenvolvimento e Suporte Institucional do TCE	56.968,35	0,16
Realização de Concurso Público	-	-
Apreciação, Julgamento e Divulgação dos Resultados do Controle Externo	5.795.854,28	15,93
Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do TCE – FUNTCE	-	-
Construção do Anexo à Sede dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios	-	-
Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos	367.985,26	1,01
Encargos com Concessionárias de Serviços Públicos	161.820,89	0,45
Administração de Pessoal e Encargos	7.235.408,70	19,89
Encargos com Benefícios Especiais	4.084,00	0,01
Modernização do Sistema de Controle Externo do Estado – PROMOEX	73.032,49	0,20
Comunicação Legal	81.459,00	0,22
Reforma das Instalações Físicas do Prédio sede do TCE	-	-
Assistência Médica e Odontológica dos Servidores e Empregados Públicos	605.290,18	1,66
Auxílio Transporte e Alimentação aos Servidores e Empregados Públicos	1.107.722,83	3,05
Encargos com Locação de Mão de Obra	296.524,02	0,82
TOTAL	36.372.289,65	100,00

Fonte: Sistema Betha Sapo/IF/SICOF/SEFAZ.

1.4 DESPESA PAGA

Os pagamentos relativos à execução orçamentária do exercício, realizados durante o primeiro trimestre, atingiram o total de R\$36.047.431,43.

Por projeto/atividade, os pagamentos realizados no primeiro trimestre estão representados na Tabela 17.

Tabela 17 – Detalhamento da despesa paga por projeto/atividade (TCE/BA) R\$1,00

PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA PAGA	
	R\$	%
Auditoria e Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado	20.554.007,21	57,02
Desenvolvimento e Suporte Institucional do TCE	37.235,04	0,10
Realização de Concurso Público	-	-
Apreciação, Julgamento e Divulgação dos Resultados do Controle Externo	5.794.048,55	16,07
Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do TCE – FUNTCE	-	-
Construção do Anexo à Sede dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios	-	-
Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos	189.539,12	0,53
Administração de Pessoal e Encargos	7.235.408,70	20,07
Encargos com Benefícios Especiais	4.084,00	0,01
Modernização do Sistema de Controle Externo do Estado – PROMOEX	41.331,26	0,12
Comunicação Legal	45.473,40	0,13
Encargos com Locação de Mão de Obra	296.524,02	0,82
Reforma das Instalações Físicas do Prédio Sede do TCE	-	-
Assistência Médica e Odontológica dos Servidores e Empregados Públicos	584.290,18	1,62
Auxílio Transporte e Alimentação aos Servidores e Empregados Públicos	1.107.722,83	3,07
Encargos com Concessionárias de Serviços Públicos	157.767,12	0,44
TOTAL	36.047.431,43	100,00

Fonte: Sistema Betha Sapo/IF/SICOF/SEFAZ.

Por grupo/elemento de despesa, os pagamentos realizados no primeiro trimestre estão representados na Tabela 18, na sequência.

Tabela 18 – Detalhamento da despesa paga por grupo de despesa/elemento (TCE/BA) R\$1,00

GRUPO DE DESPESA/ ELEMENTO	DESPESA PAGA	
	R\$	%
PESSOAL E ENCARGOS	34.102.847,92	94,60
Pessoal Ativo – TCE	34.102.847,92	94,60
Contratação p/ prazo determinado – P. Civil	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.942.583,51	5,39
Serviços Terceiros – P. Jurídica	1.319.466,74	3,66
Contribuições	-	-
Diárias	76.377,82	0,21
Material de Consumo	35.599,15	0,10
Locação de Mão-de-obra	296.524,02	0,82
Passagens e Despesas com Locomoção	42.466,12	0,12
Indenizações e Restituições	3.915,71	0,01
Serviços Terceiros – P. Física	3.250,00	0,01
Despesas de Exercícios Anteriores	370,00	0,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	351,00	0,00
Comunicação Legal	45.473,40	0,13
Serviço de Consultoria	-	-
Auxílio - Transporte	101.055,55	0,28
Auxílio - Alimentação	13.650,00	0,04
Outros Benefícios Assistenciais	4.084,00	0,01
Realização de Concurso Público	-	-
INVESTIMENTOS	2.000,00	0,01
Equipamentos e Material Permanente	2.000,00	0,01
TOTAL	36.047.431,43	100,00

Fonte: Sistema Betha Sapo/IF/SICOF/SEFAZ.

1.5 DÍVIDA FLUTUANTE

A dívida fluante a cargo deste Tribunal, inscrita em Restos a Pagar e Depósitos do exercício de 2011, é de R\$183.323,94, da qual já foi pago o valor de R\$141.623,28, restando um saldo de R\$41.700,66.

1.6 LICITAÇÕES, CONTRATAÇÕES E CONVÊNIOS

As licitações e contratações realizadas e os principais convênios celebrados no primeiro trimestre de 2012 pelo TCE/BA encontram-se relacionados no Apêndice C deste Relatório.

2 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TCE/BA (FUNTCE)

2.1 ORÇAMENTO DO FUNTCE

A Lei nº 12.503, de 29/12/2011, que aprovou o Orçamento do Estado da Bahia para o exercício de 2012, estimou as receitas e fixou as despesas do Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (FUNTCE) em R\$370.000,00, estas alocadas na Atividade 2141 – Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do TCE e no Projeto 3982 – Realização de Concurso Público, conforme detalhamento da Tabela 19.

Tabela 19 – Despesas orçadas (FUNTCE) R\$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR	
	R\$	%
Atividade 2141 – Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do TCE		
Material de Consumo	40.000,00	14,29
Passagens e Despesa com Locomoção	57.000,00	20,36
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	60.000,00	21,43
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	113.000,00	40,35
Obrigações Tributárias e Contributivas	10.000,00	3,57
SUBTOTAL	280.000,00	100,00
Projeto 3982 – Realização de Concurso Público		
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	90.000,00	100,00
SUBTOTAL	90.000,00	100,00
TOTAL	370.000,00	100,00

Fonte: Sistema Informatizado de Planejamento (SIPLAN).

Conforme estabelece o art. 279 do Regimento Interno do TCE/BA, a administração financeira do FUNTCE obedece, no que couber, às disposições da Lei Federal n.º 4.320/1964, da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF), da legislação pertinente a contratos e licitações, bem como às instruções e normas fixadas pelo TCE/BA.

No que se refere às receitas do FUNTCE, o art. 278 do Regimento Interno estabelece que serão recolhidas à conta do Fundo, por meio de Documento Especial de Recolhimento (DER), de acordo com o código específico.

A movimentação orçamentária e financeira do FUNTCE, durante o primeiro trimestre de 2012, encontra-se apresentada na sequência.

2.2 RECEITA REALIZADA

No transcurso do primeiro trimestre de 2012, foram realizadas receitas no montante de R\$22.603,21, distribuído na forma da Tabela 20.

Tabela 20 – Detalhamento da receita realizada (FUNTCE) R\$1,00

MÊS	RECEITA REALIZADA					
	TAXAS	MULTAS	CERTIDÕES	FINANCEIRAS	TOTAL	%
Janeiro	135,33	2.025,49	-	4.937,87	7.098,69	31,41
Fevereiro	140,88	1.985,50	-	4.185,65	6.312,03	27,92
Março	485,24	4.087,76	-	4.619,49	9.192,49	40,67
TOTAL	761,45	8.098,75	-	13.743,01	22.603,21	100,00
%	3,37	35,83	-	60,80	100,00	

Fontes: Extratos Bradesco.

2.3 DESPESA EMPENHADA

No primeiro trimestre de 2012 não foram empenhadas despesas no âmbito do FUNTCE.

2.4 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Em 31/03/2012, a disponibilidade financeira do FUNTCE alcançou o montante de R\$602.454,04, que se encontra depositado no Banco Bradesco segundo a forma apresentada na Tabela 21.

Tabela 21 – Disponibilidade financeira (FUNTCE) R\$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR	
	R\$	%
Conta-Corrente	5.202,84	0,86
Aplicação Financeira	597.251,20	99,14
TOTAL	602.454,04	100,00

Fontes: Extratos Bradesco.

2.5 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

A movimentação financeira do FUNTCE, no período, pode ser assim resumida:

Tabela 22 – Movimentação financeira (FUNTCE) R\$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR	
	R\$	%
Saldo bancário em 31/12/2011	579.850,83	96,25
(+) Receitas janeiro de 2011		
- depósitos (multas, taxas e certidões)	2.160,82	0,36
- rendimento de aplicação financeira	4.937,87	0,82
(-) Despesas de janeiro de 2012	-	-
Saldo em 31/01/2012	586.949,52	97,43
(+) Receitas fevereiro de 2011		
- depósitos (multas, taxas e certidões)	2.126,38	0,35
- rendimento de aplicação financeira	4.185,65	0,69
(-) Despesas de fevereiro de 2012	-	-
Saldo em 28/02/2012	593.261,55	98,47
(+) Receitas março de 2011		
- depósitos (multas, taxas e certidões)	4.573,00	0,76
- rendimento de aplicação financeira	4.619,49	0,77
(-) Despesas de março de 2012	-	-
Saldo em 31/03/2012	602.454,04	100,00

Fontes: Extratos Bradesco.

Nota:

(1) Valor estornado pelo Bradesco.

Os recursos do FUNTCE continuam sendo aplicados no CDB Fácil Bradesco, que se trata de um Certificado de Depósito Bancário, emitido pelo Bradesco, com rentabilidade composta diretamente por um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A referida aplicação é indicada ao investidor com perfil conservador, oferece rentabilidade com liquidez diária e possibilita a baixa automática mediante autorização do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

3 CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA AUDITORIA (CEDASC)

3.1 ORÇAMENTO DO CEDASC

O orçamento aprovado pela Lei n.º 12.503/2011, de 29/12/2011, consignou para o CEDASC o valor de R\$13.081.000,00, cujas dotações encontram-se detalhadas no orçamento analítico, apreciado pelo Conselho de Administração e Fiscalização (CAF) e aprovado através do Ato CAF n.º 01/2012, publicado no DOE de 05/01/2012.

Demonstra-se a seguir a execução orçamentária e financeira no período.

3.2 DESPESA EMPENHADA

As despesas empenhadas no período somaram R\$ 2.661.766,38, cuja distribuição por categoria econômica e por programas, projetos e atividades, apresentou a seguinte composição:

Tabela 23 – Despesa empenhada (CEDASC)

R\$1,00

PROGRAMA DE GOVERNO/ PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA EMPENHADA				
	PESSOAL	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL	%
161 – Aperfeiçoamento do Controle Externo Estadual	0,00	307.747,69	50.791,00	358.538,69	13,47
7380 – Implementação de Novas Soluções Tecnológicas para o TCE	-	53.000,00	-	53.000,00	1,99
1206 – Modernização da Gestão do CEDASC	-	44.000,00	-	44.000,00	1,65
3888 – Aquisição de Equip. de Tecnologia da Informação para o TCE	-	-	50.791,00	50.791,00	1,91
4046 – Funcionamento dos Sistemas de Informação do TCE	-	210.747,69	-	210.747,69	7,92
500 – Ações de Apoio Administrativo do Poder Legislativo	1.828.207,11	475.020,58	0,00	2.303.227,69	86,53
2000 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos	-	134.802,58	-	134.802,58	5,06
2001 – Administração de Pessoal e Encargos	1.828.207,11	-	-	1.828.207,11	68,69
2002 – Manutenção dos Serviços de Informática	-	264.718,00	-	264.718,00	9,95
2009 – Encargos com Benefícios Especiais	-	-	-	-	-
2013 – Auxílios Transp. e Alim. Servidores e Empregados Públicos	-	51.500,00	-	51.500,00	1,93
2018 – Encargos com Concessionárias de Serviços Públicos	-	12.000,00	-	12.000,00	0,45
2020 – Comunicação Legal	-	12.000,00	-	12.000,00	0,45
TOTAL EMPENHADO NO 1.º TRIMESTRE	1.828.207,11	782.768,27	50.791,00	2.661.766,38	100,00
TOTAL ACUMULADO NO EXERCÍCIO	1.828.207,11	782.768,27	50.791,00	2.661.766,38	

Fonte: Sistema de Informações Contábeis, Orçamentárias e Financeiras (SICOF).

3.3 DESPESA PAGA

As despesas pagas no primeiro trimestre somaram R\$2.264.503,28, cujo detalhamento por projeto/atividade apresenta-se comparado, na Tabela 24, com os valores autorizados no orçamento e os empenhados neste trimestre:

Tabela 24 – Execução da despesa (CEDASC)

R\$1,00

PROGRAMA DE GOVERNO/PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA		
	AUTORIZADA	EMPENHADA	PAGA
161 – Aperfeiçoamento do Controle Externo Estadual	2.840.000,00	358.538,69	162.573,06
7380 – Implementação de Novas Soluções Tecnológicas para o TCE	650.000,00	53.000,00	21.259,88
1206 – Modernização da Gestão do CEDASC	300.000,00	44.000,00	-
3888 – Aquisição de Equip. de Tecnologia da Informação para o TCE	700.000,00	50.791,00	45.541,00
5344 – Realização de Concurso Público	-	-	-
4046 – Funcionamento dos Sistemas de Informação do TCE	1.190.000,00	210.747,69	95.772,18
500 – Ações de Apoio Administrativo do Poder Legislativo	10.241.000,00	2.303.227,69	2.101.930,22
2000 – Manutenção dos Serv. Técnicos e Administrativos	455.000,00	134.802,58	50.589,74
2001 – Administração de Pessoal e Encargos	8.557.000,00	1.828.207,11	1.828.207,11
2002 – Manutenção dos Serviços de Informática	922.000,00	264.718,00	164.249,11
2009 – Encargos com Benefícios Especiais	4.000,00	-	-
2013 – Auxílios Transp. e Alimentação dos Serv. Públicos	230.000,00	51.500,00	46.373,38
2018 – Encargos com Concessionárias de Serv. Públicos	35.000,00	12.000,00	6.505,48
2020 – Comunicação Legal	38.000,00	12.000,00	6.005,40
TOTAL DA ENTIDADE	13.081.000,00	2.661.766,38	2.264.503,28

Fonte: Sistema de Informações Contábeis, Orçamentárias e Financeiras (SICOF) e Sistema Informatizado de Planejamento (SIPLAN).

3.4 LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIRETAS

O CEDASC priorizou as suas contratações utilizando a modalidade de licitação denominada “Pregão”, a qual, inegavelmente, garante maior transparência e economia à Administração, dentre outros aspectos positivos, por permitir a disputa de preços pelos licitantes, e pela simplificação do processo administrativo.

Desta forma, no primeiro trimestre de 2012, foram realizados 5 procedimentos licitatórios, todos na modalidade “Pregão Presencial”, devidamente concluídos e homologados até 31/03/2012. A importância total licitada foi de R\$630.938,00. Destacam-se entre os objetos licitados, os suprimentos de *toners* e cartuchos de impressoras, bem como acessórios e componentes de computador.

Foram realizadas 14 dispensas de licitação, com fulcro no art. 59, inciso II, da Lei Estadual n.º 9.433/2005, conhecidas como “dispensas de baixo valor”, no total de R\$41.176,66, com destaque para a contratação de suporte e atualização de *software* de manipulação de dados (ACL) e treinamento em certificação digital.

Quanto às inexigibilidades de licitação, com fulcro no art. 60, *caput*, da Lei Estadual n.º 9.433/2005, foram realizados 2 procedimentos, com total de R\$62.180,00, para pagamento de despesas com as publicações oficiais no Diário Oficial do Estado, editado pela Empresa Gráfica da Bahia (EGBA), e de despesas com serviços de telefonia fixa, prestados pela Telemar Norte Leste S/A.

APÊNDICES

APÊNDICES

A, B e C

APÊNDICE A - JULGAMENTO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE ADMINISTRADOR, ORDENADOR DE DESPESA E SECRETÁRIO DE ESTADO

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE	EXERC.	RELATOR/REVISOR	DELIBERAÇÃO
TCE/000337/06	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI) Gabinete do Secretário (GASEC) Diretoria Geral (DG) Coordenação de Modernização (CMA) Diretoria de Orçamento Público (DOP) Diretoria Administrativa (DA) Diretoria de Finanças (DIFIN) Superintendência de Desenvolvimento Agropecuário (SDA) Superintendência de Irrigação (SIR) Superintendência de Política do Agronegócio (SPA) Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) Coordenação de Ação Fundiária (CAF) Coordenação de Reforma Agrária (CRAG) Coordenação Administrativa e Financeira (CAFIN)	2005	Cons. Antonio Honorato Subst.Cons.Almir Pereira da Silva	Por maioria de votos: a) aprovar as prestações de contas, exercício de 2005, da Coordenação de Modernização (CMA), Superintendência de Desenvolvimento Agropecuário (SDA), Superintendência de Irrigação (SIR), Superintendência de Política do Agronegócio (SPA), Coordenação de Ação Fundiária (CAF), Coordenação de Reforma Agrária (CRAG) e da Coordenação Administrativa e Financeira (CAFIN), com base no art. 24, inciso I, da Lei Complementar n.º 005/1991, liberando de responsabilidade os respectivos Gestores, por nada ter sido apontado pela auditoria, restando, portanto, evidenciada a regularidade da execução orçamentária, financeira e patrimonial; b) aprovar com ressalvas as prestações de contas, exercício de 2005, do Gabinete do Secretário (GASEC), da Diretoria de Orçamento Público (DOP) e da Diretoria de Finanças (DIFIN), conforme previsto no art. 24, inciso I, da Lei Complementar n.º 005/1991, acrescentando as devidas recomendações para que sejam regularizados os fatos mencionados no Relatório de Auditoria, liberando de responsabilidade os respectivos Gestores e dando-se quitação aos responsáveis por adiantamentos; c) aprovar as prestações de contas, exercício de 2005, da Diretoria Geral (DG) e da Diretoria Administrativa (DA), nos períodos de 01/01 a 01/06/2005 e 02/06 a 31/12/2005, com ressalvas quanto aos pontos registrados, acrescentando a aplicação de multa pecuniária no valor equivalente a 15 UPFs aos Gestores da Diretoria Geral, e da Diretoria Administrativa do período de 01/01 a 01/06/2005, tendo em vista as reincidências cometidas, nos moldes dos arts. 24, inciso I, e 35, inciso I, ambos da Lei Complementar n.º 005/1991, e recomendações para a adoção de medidas para a regularização dos fatos constatados, liberando de responsabilidade o Gestor da Diretoria Administrativa (DA), período de 02/06 a 31/12/2005, dando quitação aos responsáveis por adiantamentos, com exceção daqueles mencionados no item específico do Relatório de Auditoria; d) desaprovar, considerando o conjunto das ocorrências e a gravidade e a materialidade dos pontos referentes à execução dos contratos de serviços de topografia, a prestação de contas, exercício de 2005, da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão em regime especial da administração direta, períodos de 01/01 a 22/03/2005 e 23/03 a 31/12/2005, acrescentando a aplicação de multa pecuniária no valor equivalente a 30 UPFs aos Gestores dos dois períodos, nos termos dos arts. 24, inciso II, e 35, inciso I, ambos da Lei Complementar n.º 005/1991, e imputação de responsabilidade financeira no montante de R\$2.528,00 ao Gestor do segundo período, de acordo com o art. 35, inciso III, do mesmo diploma legal, e recomendações para a adoção de medidas para a regularização dos fatos constatados, dando quitação aos responsáveis por adiantamentos.
TCE/000144/10	Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (SEINFRA) Diretoria Geral (DG)	2009	Cons. Manoel Castro Cons. Antonio Honorato	À unanimidade, aprovar as contas, liberando de responsabilidade a Gestora e julgando quites os responsáveis pelos adiantamentos concedidos no exercício e regularmente comprovados.
TCE/000411/10	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) Relatório de Atividades	2009	Cons. Filemon Matos Cons. França Teixeira	Por maioria de votos, aprovar as contas com ressalva, quanto à ausência da avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e execução dos Programas de Governo constantes do Orçamento Anual, bem como dos resultados de eficácia, eficiência e economia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e recomendações para o saneamento e acompanhamento das ocorrências apontadas pela auditoria nas unidades da estrutura da Secretaria e fortalecimento do sistema de controle interno, de forma a que se proceda à devida avaliação das metas, liberando de responsabilidade os então Titulares da Pasta, como prevê o art. 7º da Lei Complementar n.º 005/1991.
TCE/000361/09	Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR) Diretoria Geral (DG)	2008	Cons. Antonio Honorato Cons. Filemon Matos	Por maioria de votos, aprovar as contas, com recomendações para que as prestações de contas sejam formalizadas de maneira completa, em atendimento ao quanto estabelecido na Resolução n.º 63/2003 deste TCE, bem como para que sejam aprimorados os controles internos relativos à execução dos convênios firmados por essa Secretaria, liberando de responsabilidade a Gestora, e dando quitação aos responsáveis pelos adiantamentos considerados regulares.
TCE/000451/08	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia (AGERBA)	2007	Cons. Antonio Honorato Cons. Zilton Rocha	À unanimidade, aprovar com ressalvas as contas, recomendando a regularização imediata dos contratos emergenciais, sem que tenham sido configuradas as situações de emergência e sem terem sido precedidos do devido processo de dispensa licitatória, bem como o saneamento das demais falhas e imprecisões apontadas no correspondente Relatório de Auditoria, conferindo quitação aos responsáveis por adiantamentos e liberando de responsabilidade, por maioria de votos, o Gestor. Em relação aos contratos emergenciais, devem ser notificados a Entidade e seu Gestor para a adoção de providências imediatas, na forma do art. 4º, inciso X, alínea b, do Regimento Interno deste Tribunal, sob pena de glosa dessas despesas nos exercício futuros.

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE	EXERC.	RELATOR/REVISOR	DELIBERAÇÃO
TCE/000830/11	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) Diretoria Geral (DG)	2010	Cons. Pedro Lino Cons. Manoel Castro	A unanimidade, aprovar as contas, com as recomendações formuladas às fls. 128/129 dos presentes autos, e, por maioria de votos, com ressalvas quanto ao pagamento de encargos financeiros (multa e juros) incidentes sobre as contas de consumo em atraso, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar n.º 005/91 e o art. 123, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, liberando de responsabilidade o Gestor.
TCE/000419/09	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia (AGERBA)	2008	Cons. Manoel Castro Cons. Pedro Lino	À unanimidade, aprovar as contas, com recomendações e ressalvas, liberando de responsabilidade, por maioria de votos, o Gestor.
TCE/000544/10	Procuradoria Geral do Estado (PGE) Relatório de Atividades	2009	Cons. Filemon Matos Cons. Ridalva Figueiredo	Por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, aprovar as contas, prestadas através de Relatório de Atividades, com ressalva quanto à ausência da avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e execução dos Programas de Governo constantes do Orçamento Anual, bem como quanto aos resultados de eficácia, eficiência e economia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, liberando de responsabilidade o Titular da Pasta, como prevê o art. 7º da Lei Complementar n.º 005/1991.
TCE/000805/08	Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT) Relatório de Atividades	2007	Cons. Antonio Honorato Cons. Manoel Castro	Por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, recepcionar os presentes autos como Prestação de Contas, e, pelo voto médio, aprovar com recomendações, liberando de responsabilidade o então Titular da Pasta.
TCE/008983/02	Hospital Geral de Camaçari	2000	Cons. Pedro Lino Cons. Filemon Matos	A unanimidade, aprovar as contas com ressalvas, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar n.º 005/1991 e do art. 122, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, principalmente em razão da omissão na aplicação de multa por atraso no fornecimento do objeto de diversas contratações, deficiência no controle dos materiais de consumo e inobservância aos princípios da legalidade e razoabilidade no que concerne às práticas adotadas nos procedimentos licitatórios, liberando de responsabilidade o Gestor, e outorgando quitação aos responsáveis por adiantamentos considerados regulares.
TCE/000356/06	Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB) Diretoria Geral (DG) Diretoria Administrativa (DIRAD) Superintendência de Gestão Pública (SGP) Superintendência de Serviços Administrativos (SSA) Superintendência de Atendimento ao Cidadão (SAC) Superintendência de Recursos Humanos (SRH) Coordenação de Modernização (CMO) Coordenação de Gestão de Tecnologias da Informação e Comunicação (CGTIC) Coordenação Central de Licitação (CCL) Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (FUNSERV)	2005	Cons. Pedro Lino Cons. Filemon Matos	Por maioria de votos: a) aprovar com ressalvas, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar n.º 005/1991 e art. 122, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, as contas da Diretoria Geral (DG), diante das falhas constantes do item IV do Relatório de Auditoria; da Superintendência de Gestão Pública (SGP), período de 04/01/2005 a 31/12/2005, por falhas na contratação da FAPES, via dispensa de licitação, para modernização da gestão e dos processos de trabalho da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB); da Superintendência de Serviços Administrativos (SSA), em razão das falhas apontadas nos itens VI.3.13, VI.4.1.6, VI.4.1.7, VI.4.1.8; da Diretoria Administrativa (DIRAD), período de 12/03/2005 a 31/12/2005, em razão das irregularidades apontadas nos itens VI.3.3, VI.3.4, VI.3.10, VI.4.2.1.1, VI.4.2.2.1; da Superintendência de Atendimento ao Cidadão (SAC), diante das irregularidades registradas nos itens VI.3.4, VI.3.5, VI.3.11, VI.4.2.1.1, VI.4.2.2.2, VI.4.2.3.8, VI.4.2.3.9 e VI.4.3.a; da Superintendência de Recursos Humanos (SRH), tendo em vista os achados constantes dos itens VI.1, VI.3.8, VI.3.9 e VI.4.2.3.11; da Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), diante das irregularidades constantes dos itens VI.3.1, VI.3.2.a, VI.4.2.3.1, VI.4.2.3.12, VI.4.2.3.13 e VI.4.2.3.14; e do Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (FUNSERV), períodos de 01/01/2005 a 31/07/2005 e de 31/07/2005 a 31/12/2005, por serviços atestados e pagos antes da efetiva realização do serviço, pagamento de despesa em valor superior ao devido, ausência de contratos gerando pagamento por indenização, irregularidades na execução do Contrato n.º 042/2001 com a Pro-Saúde, objetivando a operacionalização do Hospital da Polícia Militar, irregularidade na formalização de contratos, subcontratação nos contratos de empresas de auditoria médicas e prestação de serviços sem amparo contratual, liberando de responsabilidade os respectivos Gestores; b) aprovar, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar n.º 005/1991 e art. 122, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, as contas da Diretoria Administrativa (DIRAD), período de 01/01/2005 a 12/03/2005, e da Superintendência de Gestão Pública (SGP), período de 01/01/2005 a 04/01/2005, por não haver comprovação de que, no curto período de exercício do cargo, tenha concorrido para as falhas apontadas nas contas de 2005; da Coordenação de Modernização (CMO), e da Coordenação Central de Licitação (CCL), em face de não constarem, no exame realizado pelos auditores, achados que imputem responsabilidade aos referidos titulares, liberando de responsabilidade os respectivos Gestores.

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE	EXERC.	RELATOR/REVISOR	DELIBERAÇÃO
TCE/000499/05	Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC)	2004	Subst. Cons. Inaldo Araújo Cons. Filemon Matos	Por maioria de votos, aprovar com ressalvas as contas, recomendando o saneamento das falhas e imprecisões apontadas no correspondente Relatório de Auditoria, liberando de responsabilidade o Gestor.
TCE/002950/10	Secretaria Extraordinária da Indústria Naval e Portuária (SEINP) Relatório de Atividades	2009	Cons. Filemon Matos Subst. Cons. Inaldo Araújo	Por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, recepcionar os presentes autos como Prestação de Contas e, por maioria de votos, aprová-las, liberando de responsabilidade o então Titular da Pasta, como prevê o art. 7º da Lei Complementar n.º 005/1991.
TCE/000355/08	Superintendência de Construções Administrativas da Bahia (SUCAB)	2007	Cons. Pedro Lino Cons. Filemon Matos	À unanimidade, aprovar as contas com as ressalvas identificadas no Relatório de Auditoria (itens III, V.1.1, V.1.2, V.1.3, V.3.1.1.1, V.4.4.1 e V.5.1) e recomendações, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar n.º 005/1991, combinado com o art. 123, inciso II, do Regimento Interno deste TCE, liberando de responsabilidade o Gestor, outorgando quitação aos responsáveis pelos adiantamentos concedidos e comprovados no período, tidos por regulares com a instrução.
TCE/000147/10	Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB)	2009	Cons. Manoel Castro Cons. Pedro Lino	Por maioria de votos, aprovar as contas com recomendações, na forma do voto do Conselheiro Relator, liberando de responsabilidade os Gestores.
TCE/000471/10	Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia (SEPROMI) Relatório de Atividades	2010	Cons. Filemon Matos Cons. Pedro Lino	Por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, recepcionar os presentes autos como Prestação de Contas e, por maioria de votos, aprovar com ressalva, quanto à ausência da avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e da execução dos Programas de Governo constantes do Orçamento Anual, bem como dos resultados de eficácia, eficiência e economia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e recomendações para que controles sejam implantados e/ou aprimorados, objetivando evitar a reincidência das falhas apontadas pela Auditoria na unidade orçamentária/gestora afeta à Secretaria, liberando de responsabilidade a então Titular da Pasta, como prevê o art. 7º da Lei Complementar n.º 005/1991.
TCE/002683/02	Polícia Militar do Estado da Bahia (PM/BA) 2º Batalhão da Polícia Militar (BPM) 20ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) 24ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) 34ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) 44ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM)	2001	Cons. Pedro Lino Cons. Filemon Matos	À unanimidade, aprovar as contas do 2º BPM, 20ª CIPM, 24ª CIPM, 34ª CIPM e da 44ª CIPM, com as ressalvas identificadas no Relatório de Auditoria, fls. 222, 224, 225 e 226, liberando de responsabilidade os respectivos Gestores, outorgando quitação aos responsáveis pelos adiantamentos concedidos e comprovados no período, tidos por regulares com a instrução, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar n.º 005/1991, combinado com o art. 123, inciso II, do Regimento Interno deste TCE.
TCE/001937/09	Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB)	2008	Cons. Pedro Lino Cons. França Teixeira	Por maioria de votos, aprovar as contas com as ressalvas e recomendações constantes do parecer do Ministério Público de Contas (fls. 638/639 dos autos), aplicando multa no valor de R\$1.000,00 (hum mil reais) ao Gestor, diante da precariedade do controle interno relativo aos adiantamentos e da formalização de aditivos contratuais, sem evidenciar o quantitativo alterado do objeto, com fundamento no art. 24, inciso I, combinado com o art. 35, inciso I, da Lei Complementar n.º 005/1991, bem como no art. 122, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Fontes: Atas do Tribunal Pleno (SEG/SEPLEN).

APÊNDICE B - APRECIÇÃO DAS AUDITORIAS/INSPEÇÕES

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE/ PROGRAMA/PROJETO	RELATOR	DELIBERAÇÃO
TCE/007920/11	Acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) Poderes Estaduais Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público 2º Quadrimestre de 2011	Cons. Filemon Matos	À unanimidade, ao tomar conhecimento da Auditoria de Acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que concerne aos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, 2º quadrimestre de 2011, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público: 1 – Encaminhar cópias da Auditoria e desta Resolução: a) à Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ), para adoção de providências necessárias ao saneamento das situações relatadas pela auditoria; b) ao Presidente da Assembleia Legislativa, à Presidente do Tribunal de Justiça e ao Procurador Geral do Estado, para conhecimento; 2 – Determinar a disponibilização do Relatório de Auditoria do presente processo no Portal deste Tribunal de Contas, considerando os procedimentos explicitados na LRF quanto ao dever de dar ampla divulgação do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária; 3 – Determinar a anexação dos autos à Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo do Estado da Bahia, do exercício de 2011, a ser encaminhada a esta Casa.
TCE/000833/12	Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) Diretoria Administrativa e Financeira (DIRAF) Inspetoria de Finanças (IF) Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre de 2011	Cons. Manoel Castro	À unanimidade, encaminhar cópia do presente Relatório de Gestão Fiscal ao Conselheiro Presidente, para que determine a ampla divulgação do seu conteúdo, conforme previsão contida no art. 55, § 2º, da LRF, arquivando o original do processo, na forma do voto do Conselheiro Relator.
TCE/005781/09	Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT) Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC)	Subst. Cons. Inaldo Araújo	À unanimidade, tomando conhecimento desta Auditoria, determinar a juntada deste processo às contas do exercício de 2009 do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), entidade vinculada à Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT); recomendar, na forma sugerida pelo Ministério Público, ao atual Diretor Geral do IPAC e ao Secretário de Cultura, que sejam implementadas as providências corretivas das ilegalidade e irregularidades apontadas pela Auditoria desta Corte, caso ainda não tenham sido corrigidas, nos termos do art. 147 do Regimento Interno deste TCE/BA; e publicar o Relatório de Auditoria e esta decisão no Portal deste TCE.

Fontes: Atas do Tribunal Pleno (SEG/SEPLEN).

APÊNDICE C – Licitações e contratações realizadas no primeiro trimestre de 2012
Quadro 1 – Licitações

MODALIDADE	N.º	OBJETO	CREADOR(ES)
MARÇO			
Pregão Presencial	1	Aquisição de rádio transceptor motorola	Dixan Comércio e Serviço Ltda

Fonte: DIRAF.

Quadro 2 – Dispensas de licitação simplificadas

N.º	DATA	OBJETO	CREADOR(ES)
JANEIRO			
1	06/01/12	Contratação de serviços de Mestre de Cerimônia para a solenidade de posse da nova Mesa Diretora do TCE/BA, conforme Solicitação n.º 01/2012	MC. Gilberto Vitória
2	06/01/12	Contratação de serviços de receptivo com seis pessoas, devidamente uniformizadas, para a solenidade de posse da nova Mesa Diretora do TCE/BA, conforme Solicitação n.º 02/2012	Ribeiro Viagens Turismo e Eventos Ltda.
3	06/01/12	Aquisição de arranjo de flores para a solenidade de posse da nova Mesa Diretora do TCE/BA, conforme Solicitação n.º 03/2012	Jorginho Flores e Plantas
4	06/01/12	Contratação de serviços de cobertura filmica, com duas câmeras e gravação de áudio, para a solenidade de posse da nova Mesa Diretora do TCE/BA, com entrega de dez DVDs, em estojos personalizados	Foto Express Ltda.
5	19/01/12	Contratação de serviço de diagramação e editoração gráfica para produção do Informe do TCE, edição especial sobre a posse da Mesa Diretora para o biênio 2012/2013, conforme especificações constantes da Solicitação n.º 11/2012	VB Art Editora Comunicação e Eventos
FEVEREIRO			
6	14/02/12	Aquisição de material para substituição e ampliação dos quadros de força para transformação de entrada de aparelhos de ar-condicionado de bifásico para trifásico do térreo e subsolo, conforme Solicitação n.º 42/2012	65 Comércio de Materiais Elétricos Ltda.
7	15/02/12	Aquisição de 01 aparelho de fax com cortador automatico de papel, discagem no painel, programação em visor de cristal líquido, conforme especificações na Solicitação n.º 39/2012	Galmac Comércio de Máquinas Ltda.
8	15/02/12	Serviço de envelopamento de contra-cheques, conforme Solicitação n.º 26/2012	Edna Maria da Silva (Studio 22)
9	28/02/12	Contratação do serviço de impressão gráfica para a produção de 1.000 exemplares do informe TCE, conforme especificações na Solicitação n.º 10/2012	Prodois Gráfica e Editora Ltda.
10	28/02/12	Aquisição de 96 latas de leite em pó integral e 750 quilos de açúcar cristal refinado, conforme Solicitação n.º 41/2012	Máxima Distribuidora Ltda.

Quadro 2 - Dispensas de licitação simplificadas (continuação)

MARÇO			
11	15/03/12	Aquisição de um aparelho de fax com as especificações da Solicitação n.º 89/2012	Galmaq Comércio de Máquinas Ltda.
12	22/03/12	Locação de ônibus com ar-condicionado, com capacidade para 50 a 60 pessoas, para transportar os participantes do Encontro Técnico de Auditoria Operacional, sediado do TCE/BA	Limptranbahia Ltda.
13	29/03/12	Aquisição de material para manutenção de ar-condicionado, conforme Solicitação n.º 92/2012	Centraltec Climatização Ltda.

Fonte: DIRAF.

Quadro 3 – Inexigibilidade de Licitação

N.º	DATA	OBJETO	CREDOR(ES)
FEVEREIRO			
1	14/02/12	Aquisição de assinatura anual da revista “Isto é”, para os Gabinetes do Cons. Antonio França Teixeira, Cons. Manoel Castro e Gerência de Biblioteca e Documentação (GEBID), conforme Solicitação n.º 14/2012	Editora Brasil 21Ltda.
2	15/02/12	Assinatura do Jornal “O Estado de São Paulo”, para os Gabinetes do Cons. Pedro Lino e Cons. Ridalva Figueiredo, conforme Solicitação n.º 51/2012	S.A. O Estado de São Paulo
3	28/02/12	Renovação de assinatura dos seguintes periódicos: Revista “Construção Mercado”, Revista “Techne”, Revista “Arquitetura e Urbanismo”, para a GEBID, conforme Solicitação n.º 48/2012	Editora Revista dos Tribunais Ltda.
4	29/02/12	Renovação de assinatura anual do periódico, Tabela PINI de Custos de Construção, para a GEBID, conforme Solicitação n.º 47/2012	PSE Ltda.
MARÇO			
5	01/03/12	Inscrição de dois servidores no Evento “16º Curso de Capacitação e Certificação em Ouvidoria”, realizado em Florianópolis/SC, no valor de R\$1.700,00	OMD Capacitação Profissional S/S Ltda.
6	02/03/12	Renovação de assinatura da Revista “Veja” para os Gabinetes dos Conselheiros Filemon Matos, Antonio Honorato, Pedro Lino, Ridalva Figueiredo e para a GEBID, conforme Solicitação n.º 66/2012	Marize Comércio de Assinaturas Ltda.
7	02/03/12	Renovação de assinatura da Revista Carta Capital, para o Gabinete do Cons. Zilton Rocha e GEBID, conforme Solicitação n.º 67/2012	Vip Comércio de Assinaturas Ltda.
8	09/03/12	Renovação da assinatura anual da Revista JAM Jurídica + CD Rom, para a GEBID, conforme Solicitação n.º 96/2012	JAM - Jurídica Editoração e Eventos Ltda.

Quadro 3 – Inexigibilidade de Licitação (continuação)

N.º	DATA	OBJETO	CREDOR(ES)
MARÇO			
9	12/03/12	Inscrições de servidores no evento “Contratações Específicas - Aspectos Polêmicos e Controvertidos”, sendo uma de cortesia, realizado em Aracaju/SE, em março de 2012, no valor de R\$1.990,00 cada, totalizando R\$3.980,00	JAM - Jurídica Editoração e Eventos Ltda.
10	22/03/12	Inscrição de um servidor no Evento “II CONAGESP - Congresso Nacional de Gestão Pública”, em Brasília/DF, a ser realizado nos dias 03 e 04/04/2012, no valor de R\$3.500,00	LNG - Organização de Eventos Ltda.
11	22/03/12	Assinatura anual da LEX - Legislação Federal e Marginalia, referente ao exercício de 2012, conforme Solicitação n.º 120/2012	Lex Editora S.A.
12	23/03/12	Inscrição de uma servidora no Evento “Curso Completo de Capacitação em Pregão Presencial Eletrônico”, a ser realizado em São Paulo, no período de 16 a 24/04/2012, no valor de R\$2.850,00	Vianna e Consultores Associados Ltda.

Fonte: DIRAF.

Quadro 4 - Contratos, convênios e termos aditivos

N.º	TIPO	DATA	OBJETO	PARTE(S)
JANEIRO				
1	C	07/01/12	Fornecimento de combustível para a frota do TCE/BA	Ecopostos Combustíveis e Serviços Ltda.
1A	TA 1/12	24/01/12	Seguro de vida dos Servidores	Mapfre Vera Cruz
FEVEREIRO				
1	TA 2/12	24/02/12	Ligação local	Telemar Norte Leste S.A.
1	C	27/02/12	Serviço de consultoria	Sérgio Ricardo Góes Oliveira
MARÇO				
1	TA 1/12	23/03/12	Fornecimento de vale refeição aos Servidores do TCE	Ticket Serviços S/A
2	TA 3/12	07/03/12	Prorrogação e ajuste de preço	Net Scan Digital Ltda.
3	TA 4/12	23/03/12	Prorrogação e ajuste de preço	Thyssenkrupp Elevadores S/A

Fonte: DIRAF.

Legenda:

TA = Termo Aditivo

C = Contrato

APÊNDICE D

Acompanhamento do Plano Estratégico 2010-2013: Ações de 2010 a 2012.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Celebração de Acordo Subsidiário entre o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) e o Estado da Bahia, em 24/02/2010, visando estabelecer as condições para o adequado cumprimento do objeto do Acordo de Doação n.º TF095683, datado de 14/12/2009, firmado entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), disponibilizando ao Estado, na forma de doação, o montante de US\$400,000.00 (quatrocentos mil dólares) para a implementação do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT) pelo TCE/BA. - Realização, no dia 03/03/2010, da oficina de estudos que reuniu representantes do TCE/BA, do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC), dos Tribunais de Contas dos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Tocantins, Alagoas e Pará, do Instituto Rui Barbosa e do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, na sala de treinamento do TCE/BA, para subsidiar estudos de viabilidade técnica e econômica, com vistas à adoção de solução tecnológica para monitoramento de planos estratégicos, que atendam às necessidades dos tribunais de contas brasileiros. - Celebração do 2º Termo Aditivo ao Convênio n.º 04/2009, em 23/03/2010, com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), tendo por objeto a prestação de assistência técnica para a realização da primeira auditoria financeira do Segundo Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais. Essa assistência técnica, prestada pelo TCE/BA, consistiu no assessoramento presencial e a distância à equipe do TCE/MG, na conclusão do planejamento, bem como nas fases de execução e elaboração de relatório da referida auditoria. O objeto do citado Convênio foi concluído em junho de 2010. - Participação regular de servidores em reuniões ordinárias e demais atividades da Rede de Controle do Estado da Bahia. Foi celebrado, em 07/04/2010, o 1º Termo Aditivo, tendo como objeto a inclusão de partícipes ao Acordo de Cooperação Técnica (assinado em 17/09/2009, durante o I Fórum de Rede de Controle na Bahia) firmado entre diversos órgãos públicos e entidades no Estado da Bahia (a exemplo do TCE/BA, TCM/BA, Secretaria da Fazenda do Estado, Ministério Público do Estado, Procuradoria Geral do Estado, Auditoria Geral do Estado, Advocacia Geral da União no Estado da Bahia, Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Estado da Bahia, Controladoria Geral da União na Bahia, Superintendências da Polícia Federal, da Receita Federal, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal), para formação de rede de âmbito estadual com vistas à articulação de ações de fiscalização, combate à corrupção, controle social e interação das redes nos âmbitos estadual e federal.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação de representantes do TCE/BA no Encontro de Planejamento Estratégico nos Tribunais de Contas, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 15 e 16/04/2010. - Exposição realizada pelo Secretário Ney Jorge Campello, da Secretaria Extraordinária para Assuntos da Copa do Mundo 2014, sobre os trabalhos em desenvolvimento com vistas a preparar Salvador para ser uma das 12 cidades-sede do Mundial da FIFA, abordando pontos sobre infraestrutura, segurança, telecomunicações, turismo e hotelaria, além de tratar sobre o Plano Diretor da Copa (PDC) e sobre a Matriz de Responsabilidades (dos governos Federal, Estadual e Prefeitura de Salvador), entre outros assuntos, no dia 22/04/2010, no Plenário do TCE/BA. - Participação do TCE/BA, representado pelo Conselheiro Zilton Rocha, no IX Encontro do Colégio de Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas do Brasil, ocorrido nos dias 29 e 30/04/2010, em Recife/PE. Durante o evento, foi eleita a nova diretoria do Colégio e, para a Secretaria Geral, um auditor do TCE/BA, bem como para integrar o Conselho Consultivo da Entidade, criado naquela ocasião, a Ouvidora do TCE/BA. - Participação da Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, a convite do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro Ubiratan Aguiar, da solenidade de abertura do evento “Parcerias Estratégicas e o Modelo de Fiscalização da Copa 2014”, que ocorreu em Brasília, no dia 11/05/2010, no auditório Ministro Pereira Lima, na sede do TCU. - Celebração de Protocolo de Execução, em 11/05/2010, relativo ao acompanhamento das ações governamentais para a Copa do Mundo de 2014, tendo como partícipes o TCU e Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, em número de dezesseis. O referido Protocolo objetivou especificar atividades relativas à articulação de esforços, formação de parcerias e troca de informações, por meio do estabelecimento de compromissos e ações conjuntas, para viabilizar a fiscalização dos recursos públicos aplicados para a Copa do Mundo 2014. Foram realizadas ações, com destaque para a capacitação “Formação Geral para Controle dos Investimentos em Infraestrutura para a Copa 2014” (ocorrida em Brasília-DF, outubro/2010), com a participação de treze servidores do TCE/BA nos cursos de Auditoria de Obras, de Controle de Parcerias Público-Privadas e de Fiscalização Ambiental.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas da União (TCU), em 11/05/2010, objetivando fiscalizar a aplicação de recursos públicos nos órgãos e entidades estaduais e municipais do Estado da Bahia, bem como realizar intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, aperfeiçoamento e especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e atividades complementares de interesses comuns. Foram realizadas ações de cooperação nas áreas de fiscalização e capacitação, a exemplo da participação de servidores daquele Órgão em eventos técnicos promovidos pelo TCE/BA como o <i>Workshop</i> sobre Auditoria de Obras Públicas (julho/2010) e o Encontro denominado “A Experiência do TCU na Instrução e Julgamento de Processos de Contas” (outubro/2010). - Participação, no período de 08 a 15/05/2010, de representante do TCE/BA no Encontro Control del gasto em contextos de austeridad: una oportunidad para la eficiencia, que teve lugar em Sevilha/Espanha, realizando contatos com o <i>Instituto de Estudios Fiscales</i> (IEF), vinculado ao Ministério de Economia e Fazenda da Espanha, com a <i>Cámara de Cuentas da Andalucía</i> e com o <i>Instituto de Estudios sobre la Hacienda Pública de Andalucía</i> (IEHPA), com vistas a prospectar cursos de aperfeiçoamento em Auditoria Operacional destinados aos membros do Grupo Temático de Auditoria Operacional (GAO), no âmbito do PROMOEX, e aos monitores dos trabalhos dos tribunais de contas participantes do Programa. - Participação do TCE/BA no 2º Seminário Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas: Comunicação – Instrumento de Controle Social, realizado em Palmas/TO, no período de 07 a 09/06/2010. - Entrega do Relatório e Parecer Prévio, referentes às Contas do Poder Executivo do exercício de 2009, pela Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Deputado Marcelo Nilo, em 17/06/2010. O Conselheiro Antonio Honorato, Relator do Processo, apresentou em sessão plenária do TCE/BA, em 08/06/2010, o Relatório e o Parecer Prévio das Contas do Poder Executivo, relativas ao exercício de 2009, quando foi efetuada a sua apreciação. Nesta mesma sessão, o TCE/BA emitiu Parecer Prévio pela aprovação com recomendações das referidas Contas, por maioria de votos. - Realização de Curso de Auditoria Governamental, por dois instrutores do TCE/BA, de 02 a 06/08/2010, no âmbito do Projeto Multiplicando Experiências, no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Celebração de Convênio de Cooperação Técnica n.º 01/2010 com o Instituto Rui Barbosa (IRB), em 09/08/2010, tendo como objeto o apoio institucional à execução do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), com Doação do Banco Mundial. - Participação de servidores do TCE/BA no I Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, realizado na Fundação Escola Superior de Controle Externo (ESCOEX), em Campo Grande/MS, no período de 11 a 13/08/2010. - Participação de servidores do TCE/BA no Encontro de Capacitação em Gestão de Pessoas, realizado em Brasília/DF, nos dias 16 a 18/08/2010, promovido pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e pelo Grupo Temático de Gestão de Pessoas (GGP) do PROMOEEX, com o apoio do Instituto Rui Barbosa. O Encontro teve como objetivo proporcionar o compartilhamento de conhecimentos e informações acerca da atuação em Gestão de Pessoas, propiciando a atualização na área e o cumprimento das metas mínimas previstas para o Subcomponente 2.6 do PROMOEEX. - Participação de servidores do TCE/BA, nos dias 13 e 14/09/2010, do Fórum Técnico sobre os temas “Registro de Atos e Fiscalização de Pessoal e Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre Contas de Governo”, organizado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, com apoio do IRB, da ATRICON, dos Grupos Deliberativo e Técnico do PROMOEEX e da Direção Nacional do Programa junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). - Participação da Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, acompanhada dos Conselheiros Pedro Lino, Manoel Castro e Zilton Rocha, do II Encontro Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado em Brasília/DF, no período de 15 a 16/09/2011. A abertura do evento, cujo tema foi “Ética, Transparência e Integração”, foi realizada pelo Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar, e teve, também, como conferencista o Ministro Carlos Ayres Brito, do Supremo Tribunal Federal (STF). Foram discutidos temas como: a integração e fortalecimento dos Tribunais de Contas e a atualização do Código de Ética dos Tribunais de Contas. Na ocasião, reuniu-se o Colégio de Presidentes dos Tribunais de Contas. - Celebração, em 05/10/2010, do Contrato de Prestação de Serviços n.º 18/2010 com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), tendo como objeto a prestação, pelo SERPRO, de serviço de tecnologia da informação, consubstanciado na disponibilização do acesso à sua rede, para utilização pelo TCE/BA de informações do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), residentes na base de dados da Receita Federal do Brasil (RFB).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recebimento de visita técnica ao TCE/BA, em 07/10/2010, do filósofo Patrick Viveret, ex-Conselheiro do Tribunal de Contas da França, que discorreu sobre o programa <i>Dialogue en Humanités</i>, desenvolvido pela Fundação France Liberé, com apoio da Unesco, que reúne intelectuais de todo o mundo para discutir os desafios da humanidade. Participaram do encontro a Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, e os Conselheiros Filemon Matos, Pedro Lino, Manoel Castro e Zilton Rocha. - Celebração, em 07/10/2010, do Termo Aditivo n.º 16/2010 ao Convênio de Cooperação Técnica n.º 02/2006 entre o TCE/BA e a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, para acrescer o Plano de Trabalho n.º 01 que passou a compor o Anexo 1 do referido Convênio, tendo como objeto a disponibilização mútua de área física para a instalação de equipamentos de tecnologia da informação com acesso à Rede Governo, para o aperfeiçoamento e modernização dos sistemas de cópias de segurança de dados e sistemas dos Convenientes. - Celebração dos Convênios n.ºs 03/2010 e 04/2010, respectivamente, com o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA) e com o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), pelo TCE/BA e o CEDASC, em novembro de 2010, para cessão de uso do Sistema Corporativo (SCR), utilizado para fornecer informações de uso comum e permitir autenticações de acesso dos usuários às demais soluções tecnológicas do TCE/BA; do Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP), utilizado, principalmente, para fornecer aos usuários do TCE uma interface <i>web</i> para programação e acompanhamento das auditorias; e do Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), utilizado para planejamento, execução e gerenciamento das auditorias. No 2º trimestre de 2011, foram promovidas atividades de capacitação, transferência de tecnologia e conhecimento, cessão dos códigos-fontes e implantação, para uso do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, do Sistema Corporativo (SCR), do Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP) e do Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação do TCE/BA no XV Congresso Latino Americano de Auditoria Interna, realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em novembro de 2010, bem como no 4º Seminário de Auditoria Interna realizado em Salvador/BA, em outubro de 2010. - Participação do TCE/BA no I Simpósio Internacional sobre Gestão Ambiental e Controle de Contas Públicas, realizado em Manaus, de 16 a 19/11/2010, sendo representado pelo Conselheiro Manoel Castro (moderador de painel em 19/11/2010) e pelo Conselheiro Zilton Rocha, além de servidores da Casa. - Participação, representando o TCE/BA, do Conselheiro Manoel Castro no II Congresso Sulbrasileiro de Controle Público – A Transparência Construindo a Democracia, nos dias 1º e 02/12/2010, realizado em Porto Alegre/RS. - Realização de palestra no XVII Congresso Baiano de Prefeitos, Vereadores, Secretários e Assessores Municipais, patrocinado pelo Instituto de Estudo e Pesquisas na Administração Pública (IEPAP), em Camaçari/BA, pelo Conselheiro Manoel Castro do TCE/BA, em 03/12/2010. - Filiação do TCE/BA ao Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) e assinatura, em 06/12/2010, de Termo de Adesão do TCE/BA ao Protocolo de Intenções firmado entre o IBRAOP, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON) e outros tribunais de contas brasileiros, tendo por objeto o desenvolvimento de ações voltadas para aprimorar a gestão e o controle de obras públicas no Brasil, bem como para uniformização de entendimentos por meio da elaboração de orientações técnicas.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assinatura, em 10/12/2010, do 3º Termo Aditivo ao Convênio n.º 09/2006 entre o TCE/BA e o Instituto Rui Barbosa (IRB), para prorrogar a vigência do citado Convênio até 31/12/2011, com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente a execução do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX). - Assinatura, em 21/12/2010, do Termo Aditivo n.º 24/2010 ao Convênio n.º 07/2006 entre o TCE/BA e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON), para prorrogar a vigência do citado Convênio até 31/12/2011, com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente a execução do PROMOEX. - Celebração, em 24/12/2010, do Termo Aditivo n.º 27/2010 ao Convênio entre o TCE/BA e o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TC/DF), para cooperação técnica na área auditorial. - Conclusão do desenvolvimento do novo Portal dos Tribunais de Contas do Brasil, no 4º trimestre de 2010, no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica celebrado, com a interveniência do TCE/BA, pelo CEDASC com o Instituto Rui Barbosa (IRB), cujo escopo abrangeu a sua reformulação visual, tornando-o esteticamente mais intuitivo e agradável. Foi realizada a reorganização do seu conteúdo, facilitando o acesso à informação, sendo disponibilizadas, ainda, novas soluções de boletim eletrônico e para arquivamento de documentos e catálogo de endereços, tudo integrado em um único sistema de desenvolvimento e gestão de conteúdo de portais. - Participação do TCE/BA no Grupo Temático de Auditoria Operacional do PROMOEX. Nos exercícios de 2010 e 2011, foram realizadas auditorias operacionais nas áreas de saneamento (tendo em vista a materialidade dos recursos financeiros investidos e o impacto, comprovado por pesquisas acadêmicas, das ações dessa área na saúde da população) e meio ambiente (selecionada por ocupar espaço de destaque na sociedade, na mídia e nas políticas públicas). No período de 12 a 15/09/2011, foi realizada a Capacitação em Auditoria Operacional em Meio Ambiente – Matriz de Achados, com a participação de 69 técnicos de 27 tribunais de contas brasileiros, nas instalações do Instituto Serzedello Corrêa (ISC/TCU), sob a coordenação técnica do Grupo Temático de Auditoria Operacional (GAO).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	<p>Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.</p>	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Operacionalização, nos exercícios de 2010 e 2011, de convênio de cooperação técnica firmado entre o TCE/BA e a Receita Federal do Brasil (RFB), com vistas a viabilizar a troca de informações de interesse mútuo. O Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante), por exemplo, passou a ser utilizado pela Receita Federal do Brasil (RFB), além de ser usado para o planejamento das auditorias do TCE/BA, e pelas unidades de controle interno de diversas Secretarias de Estado, Assembleia Legislativa, Ministério Público e Poder Judiciário da Bahia. - Celebração do Convênio de Cooperação Técnica n.º 01/2011 com a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, objetivando aperfeiçoar e modernizar os sistemas de fiscalização governamental e a capacitação de técnicos, com a interveniência do CEDASC. - Celebração do Termo de Cooperação Técnica n.º 01/2011 com o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), para o intercâmbio de conhecimentos e experiências, rotinas, sistemas e técnicas de trabalho visando ao aperfeiçoamento funcional e institucional dos Tribunais. Em 09/02/2011 foi firmado seu 1º Termo Aditivo, tendo por objetivo a prestação de assistência técnica para a realização da primeira auditoria financeira do Projeto Educar do Governo do Estado de Pernambuco. Para tanto, profissionais de auditoria deste TCE/BA foram designados para, através de visitas técnicas realizadas em fevereiro e março de 2011, respectivamente, assistir à conclusão da fase de planejamento e proceder ao acompanhamento dos trabalhos de campo, revisão de papéis de trabalho e elaboração de relatório. Foi celebrado, em 28/04/2011, o 2º Termo Aditivo, visando à prestação de assistência técnica para a realização da segunda auditoria financeira do mencionado Projeto Educar. Com essa finalidade, servidores deste TCE/BA foram designados para, através de visita técnica realizada em maio de 2011, avaliar o relatório de planejamento e prestar orientações acerca dos trabalhos de campo. - Participação do Conselheiro Manoel Castro, representando o TCE/BA, no 2º Encontro Norte e Nordeste dos Tribunais de Contas, no período de 16 a 19/03/2011, realizado em Belém/PA. - Participação do Procurador-Geral do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, Dr. Maurício Caleffi, na composição da mesa de abertura do I Encontro de Orientação do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA) com os Gestores Municipais, promovido pela União dos Prefeitos da Bahia (UPB) e pelo TCM/BA, nos dias 18 e 19/04/2011, no Centro de Convenções da Bahia.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação do TCE/BA, representado pelo Conselheiro Manoel Castro, na condição de Primeiro Vice-Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), nos seguintes eventos externos de interesse deste Tribunal, durante o 2º trimestre de 2011: II Encontro de Desembargadores e Conselheiros de Tribunais de Contas realizado em São Paulo em 18/04/2011, para um diálogo sobre os principais processos de interesse do sistema de controle externo brasileiro em tramitação nas diversas instâncias do Poder Judiciário nacional; reunião do Instituto Rui Barbosa (IRB) realizada no Rio de Janeiro/RJ, no período de 15 a 17/05/2011, para o 4º Encontro Brasileiro para Capacitação de Controladores Internos e Externos (CONINTER), com o apoio dos Tribunais de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) e do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM/RJ), contando com a participação do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU); VIII Congresso da European Organisation of Supreme Audit Institutions (EUROSAI), realizado em Lisboa/Portugal, de 30/05 a 04/06/2011, na condição de Primeiro Vice-Presidente de Relações Institucionais do Instituto Rui Barbosa, em razão de impedimentos do Cons. Severiano Costandrade Aguiar, Presidente do IRB. - Participação do TCE/BA, representado pelo Conselheiro Zilton Rocha, além de um auditor, no VII Fórum Brasileiro sobre as Agências Reguladoras realizado no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 28 e 29/04/2011. - Celebração, em 11/04/2011, do Convênio de Cooperação Técnica e Intercâmbio de Informações n.º 05/2011, com a Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), visando proporcionar acesso <i>on line</i> ao seu banco de dados, para a obtenção de informações cadastrais de empresas, restrita, exclusivamente, à consulta e impressão de informações necessárias à instrução de processos auditoriais. - Participação da Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, na reunião da Diretoria do Instituto Rui Barbosa (IRB), realizada no TCE/BA em 13/05/2011, para apresentação e discussão do planejamento de ações deste Instituto para 2011/2012. - Realização de reuniões institucionais do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, com os representantes: do Ministério Público do Estado (em abril/2011); da Controladoria Regional da União no Estado da Bahia (em abril/2011); Ministério Público Federal no Estado da Bahia (em maio/2011). - Participação de servidor do TCE/BA no IV Congresso CONSAD (Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração) de Gestão Pública, ocorrido em Brasília/DF, de 25 a 27/05/2011.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entrega do Relatório e Parecer Prévio, referentes às Contas do Poder Executivo do exercício de 2010, ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, pela Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, juntamente com os Conselheiros Filemon Matos, Manoel Castro e Zilton Rocha, em 15/06/2011. O Conselheiro Filemon Matos, Relator do Processo, apresentou em sessão plenária do TCE/BA, em 07/06/2011, o Relatório e o Parecer Prévio das Contas do Poder Executivo, relativas ao exercício de 2010, quando foi efetuada a sua apreciação. Nesta mesma sessão, o TCE/BA emitiu Parecer Prévio pela aprovação com recomendações das referidas Contas, por maioria de votos. - Participação de Procuradores do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, Dr. Maurício Caleffi e Dr. Marcel Siqueira Santos, no V Fórum Nacional de Procuradores do Ministério Público de Contas, nos dias 28 a 30/06/2011, em Cuiabá/MT. - Visita ao TCE/BA, em 04/07/2011, do Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União e do Ministro Valmir Campelo, Relator no âmbito daquela corte das ações relacionadas à Copa do Mundo de 2014, oportunidade em que foram recebidos pela Presidente deste TCE, Conselheira Ridalva Figueiredo, e pelos Conselheiros Filemon Matos, Pedro Lino, Antonio Honorato, Manoel Castro e Zilton Rocha. - Promoção do Workshop Encontro Técnico dos Tribunais de Contas Participantes da Pesquisa Diagnóstica IRB-TCE/BA, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), pelo TCE/BA, em parceria com o IRB e o Banco Mundial. O evento foi realizado no TCE/BA, em 04 e 05/08/2011, objetivando reunir os Tribunais de Contas que responderam ao questionário da pesquisa diagnóstica, aplicada no final do exercício de 2010, bem como definir um plano de ação para a implementação, pelos Tribunais parceiros, das atividades de treinamento e assistência técnica estabelecidas. O <i>workshop</i> contou com a presença de servidores das Cortes de Contas Estaduais da Bahia, Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins; dos Tribunais de Contas dos Municípios dos Estados do Ceará e de Goiás, e do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Participaram da cerimônia de abertura: a Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo; o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Severiano Costandrade; o Vice-Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), Conselheiro Antônio Joaquim Rodrigues Neto; os Conselheiros Manoel Castro e Zilton Rocha, do TCE/BA; o Especialista Sênior do Banco Mundial, Dr. Regis Cunningham; representantes da Superintendência de Cooperação Técnica e Financeira para o Desenvolvimento, da estrutura da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia, da Controladoria Geral da União e da Auditoria Geral do Estado da Bahia; servidores das Cortes de Contas citadas.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <p>- Participação do TCE/BA, no 3º trimestre de 2011, representado pelo Conselheiro Manoel Castro, nos seguintes eventos externos, na condição de Primeiro Vice-Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB): II Encontro Técnico de Educação Corporativa, promovido pelo PROMOEX, IRB e ATRICON, com o apoio do TCE/RJ, realizado no Rio de Janeiro em 10/08/2011, para focar questões conceituais e operacionais dos projetos de capacitação técnica do Sistema de Controle Externo Brasileiro. O evento contou com a participação de representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como de servidores do TCE/BA. Houve, ainda, nessa mesma data, uma reunião de trabalho sobre a possibilidade de apoio do BID e do Governo Federal para a efetivação da 2ª etapa do PROMOEX; reunião com a representação do Banco Mundial, ocorrida em Brasília/DF, nos dias 11 e 12/08/2011, sobre a possibilidade de criação de um novo programa nos moldes do PROMOEX, desta feita com financiamento do BIRD, objetivando a implementação do projeto “Nova Contabilidade Pública”, liderado pela Secretaria do Tesouro Nacional, com o apoio do Conselho Federal de Contabilidade, da ATRICON e do IRB. Na oportunidade, foi aprovado, em caráter preliminar, o conceito do projeto a ser operacionalizado pelos Tribunais de Contas subnacionais, ficando a responsabilidade da coordenação dos trabalhos de elaboração das notas conceituais, a serem submetidas ao BIRD, para o Cons. Manoel Castro do TCE/BA; I Encontro Técnico dos TCs sobre Processo Eletrônico e Contas de Governo e reunião da Diretoria do IRB, realizados em 29/08/2011, em João Pessoa/PB; I Encontro Regional Sul-Sudeste dos Tribunais de Contas e reunião da Diretoria da ATRICON, representando o IRB, nos dias 29 e 30/09/2011, em Curitiba/PR. Na ocasião, houve continuidade dos debates sobre o PROMOEX, relativamente ao Processo Eletrônico no Sistema de Controle Externo. Além disso, foi realizada reunião com o TCE/PR, sobre o tema “Execução e acompanhamento das decisões do Tribunal de Contas”, visando ao intercâmbio de informações com os trabalhos do TCE/BA, envolvendo o Ministério Público Especial, a Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria Geral e a Assessoria Técnico-Jurídica (ATEJ), com a mesma finalidade.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação do TCE/BA, representado pelo Cons. Manoel Castro, no III Seminário de Comunicação dos Tribunais de Contas do Brasil “Os Desafios da Transparência e do Acesso à Informação”, realizado no Rio de Janeiro/RJ, em 03 e 04/10/2011, promovido pela ATRICON/IRB, com o apoio do TCE/RJ, proporcionando diversos debates sobre o tema, sob os prismas da transparência e acesso a documentos públicos como parte fundamental desse processo e da utilização das novas tecnologias na difusão das informações. - Participação do TCE/BA na XXI Assembleia Geral Ordinária da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), realizada na cidade de Caracas, Venezuela, no período de 17 a 22/10/2011. Houve relevante intercâmbio do TCE/BA com as delegações do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Foi apresentado um relatório elaborado pela delegação do TCE/BA, integrada pelo Cons. Manoel Castro, pelo Chefe da Auditoria Interna e por servidor representando a Coordenadoria de Projetos Especiais (COPE), para a Presidência do TCE/BA. Destaque-se que o Brasil hospedará a XXII Assembleia da OLACEFS em 2012, na cidade de Gramado/RS. - Participação do TCE/BA, representado por sua Presidente, Cons. Ridalva Figueiredo, no 10º Seminário Binacional sobre Gestão Pública Municipal e o Papel das Empresas no âmbito das Municipalidades Luso-Brasileiras, realizado na cidade de Faro, Portugal, de 07 a 11/11/2011, com o objetivo de apresentar às autoridades governamentais brasileiras os avanços alcançados pela moderna gestão pública do Município de Faro, o qual é considerado modelo de excelência urbanística/cultural no contexto das municipalidades europeias, tendo como público-alvo prefeitos, secretários municipais e estaduais, deputados, vereadores, empresários e outras autoridades brasileiras.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação dos Conselheiros Manoel Castro, Zilton Rocha e Pedro Lino, além de servidores deste TCE, no XXVI Congresso dos Tribunais de Contas, realizado em Belém/PA, no período de 21 a 23/11/2011, cuja temática versou sobre a “Integração e Transparência para a Cidadania”. Na oportunidade, os objetivos e primeiros resultados do PROFORT foram apresentados pelo Conselheiro Severiano Costandrade, Presidente do Instituto Rui Barbosa, parceiro do Projeto. - Visita ao TCE/BA de representantes da Kennesaw State University (EUA). O TCE/BA recebeu, no dia 06/03/2012, a visita de 17 estudantes, dois monitores e dois professores da Kennesaw State University, instituição superior de ensino de Atlanta, no Estado da Georgia (EUA). O grupo de 21 acadêmicos veio à Bahia com o objetivo de adquirir experiências e colher subsídios para o projeto denominado Estudo das Sete Revoluções, que tem como meta educar cidadãos considerados globalmente competentes e com visão estratégica. Ao receber o grupo na Sala de Treinamento do CEICE, o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, ressaltou a importância de o Tribunal estreitar o relacionamento com as universidades. - Visita ao TCE/BA de auditores dos Tribunais de Contas dos Estados de Rondônia e do Acre. Uma equipe formada por profissionais dos Tribunais de Contas do Estados de Rondônia e do Acre visitou o TCE/BA, nos dias 08 e 09/03/2012, com o objetivo de conhecer a metodologia de trabalho e as soluções tecnológicas desenvolvidas e utilizadas por este TCE. Os auditores visitantes se reuniram com servidores das áreas de controle externo do TCE/BA e de tecnologia da informação do CEDASC, passando a conhecer o Sistema Mirante, o Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP) e o Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA). Na oportunidade, também foram discutidas a sistemática de trabalho das coordenadorias de controle externo e a padronização e sistematização do processo auditorial.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação de Procuradores do Ministério Público Especial nos seguintes eventos: Seminário “A Defesa Técnica no Processo de Contas”, realizado no dia 09/03/2012, no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS), em Porto Alegre/RS; e VI Fórum Nacional dos Procuradores do Ministério Público de Contas, realizado nos dias 14 a 16/03/2012, no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), em Natal/RN. - Participação do TCE/BA em ações do Programa Nacional de Educação Compartilhada dos Tribunais de Contas. O Grupo de Educação Corporativa – GEC/PROMOEX promoveu, em parceria com o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), uma série de cursos em áreas indicadas pelos próprios tribunais. O TCE/BA participou, em Brasília/DF do: Curso de Jurisprudência e Prática sobre a Responsabilização de Agentes perante os Tribunais de Contas, de 12 a 15/03/2012; Curso de Auditoria de Obras Públicas, de 12 a 16/03/2012; Curso de Auditoria Operacional (ANOP), de 19 a 23/03/2012; Curso de Auditoria de Tecnologia da Informação, de 19 a 23/03/2012. - Realização de reunião com o BIRD, ATRICON e IRB sobre o PROFORT II. Os Conselheiros Zilton Rocha, Presidente do TCE/BA, e Manoel Castro, Corregedor, participaram, nos dias 15 e 16/03/2012, de reunião, em Brasília/DF, com o propósito de discutir as atividades previstas na Nota Conceitual relativa ao Projeto de Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT II), que tem como objetivo o aperfeiçoamento e a consolidação do novo modelo de contabilidade aplicada ao setor público brasileiro. Outra meta do PROFORT II é possibilitar a disseminação e a aplicação das Normas de Auditoria no âmbito governamental brasileiro em observância às normas recomendadas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI). - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, no lançamento de mais dois novos módulos do Portal Transparência Bahia (“Convênios” e “Compra Transparente”), em 19/03/2012, pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ). - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, no encontro técnico de cooperação entre os tribunais envolvidos na fiscalização de ações destinadas à Copa de 2014, realizado em Natal/RN, em 21/03/2012.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização do Encontro Técnico de Auditoria Operacional. O TCE/BA e o Instituto Rui Barbosa (IRB) promoveram, no dia 26/03/2012, o Encontro Técnico de Auditoria Operacional, cujo objetivo foi tratar da consolidação dos trabalhos realizados pelos Tribunais de Contas brasileiros, no âmbito das auditorias operacionais focadas na área de meio ambiente. Os trabalhos são acompanhados pelo Grupo Temático de Auditoria Operacional do PROMOEX. Auditores representantes de 31 TCs do Brasil participaram do Encontro. O Evento foi aberto pelo Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, que salientou o relevante papel das auditorias operacionais para o fortalecimento dos Tribunais de Contas. O Secretário de Fiscalização de Avaliação de Programas de Governo do Tribunal de Contas da União (TCU), Carlos Alberto Sampaio de Freitas, apresentou a palestra “A Importância do Monitoramento das Auditorias”. Na 2ª etapa do Encontro, na sala de treinamento do CEICE, os auditores se reuniram para discutir o Projeto de Sustentabilidade em Auditoria Operacional. Foi o momento de falar sobre suas experiências e apresentar as programações. Pelas manifestações dos participantes, fica claro que parte significativa dos TCs contemplará auditoria operacional na programação de 2012. Os auditores conheceram ainda a Proposta de Resolução Diretrizes de Procedimentalização de Auditoria Operacional. - Participação no Evento sobre Gestão de Consórcios Públicos. No dia 27/03/2012, o Evento, promovido pelas Secretarias do Planejamento (SEPLAN) e Desenvolvimento Urbano (SEDUR), com a parceria da União dos Municípios da Bahia (UPB), foi realizado no Auditório Conselheiro Lafayette Pondé, do TCE/BA. Na oportunidade, o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, compôs a mesa juntamente com o presidente do TCE/PR, Fernando Augusto Mello Guimarães, o Secretário Estadual de Planejamento, José Sérgio Gabrielli, o representante da Secretaria do Tesouro Nacional, Heriberto Henrique Vilela do Nascimento, Ronaldo Santana, representando o Presidente do TCM/BA, Oberdan Rocha, Vice-Presidente da UPB, e Antônio Carlos Cardoso, representante do Consórcio Público na Bahia. O encontro inaugurou uma rodada de discussões sobre o tema Consórcios Públicos, cujo objetivo é ampliar as políticas públicas, reduzir custos e otimizar investimentos municipais. - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, e do Corregedor, Cons. Manoel Castro, na mesa diretora da 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social (CONSOCIAL), que ocorreu nos dias 29 e 30/03/2012, em Salvador/BA. O Evento, que abordou o tema “A Sociedade no Acompanhamento e Controle da Gestão Pública”, reuniu representantes de várias comunidades do interior da Bahia, além de lideranças regionais. O objetivo principal foi discutir 20 propostas relativas ao controle da gestão, as quais serão submetidas à apreciação do governo federal visando à transparência e a um maior controle social. - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, na Conferência Livre sobre Controle Social da Gestão Tributária, em Salvador/BA, no dia 31/03/2012.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Celebração do Convênio de Cooperação Técnica n.º 006/2011 com o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM/CE), para intercâmbio de conhecimentos e experiências, rotinas, sistemas e técnicas de trabalho, visando ao aperfeiçoamento das instituições convenientes, no exercício de suas funções constitucionais. Foi realizado, na sede do TCM/CE, o Curso de Auditoria Operacional por servidores do TCE/BA, tendo como público alvo 10 servidores daquele TCM, no 3º trimestre de 2011. O referido Curso foi objeto do 1º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica n.º 006/2011, que previu também a prestação de assistência técnica para a execução de uma auditoria operacional pelo TCM/CE no Programa Brasil Alfabetizado, em andamento. Dando continuidade às ações previstas nesse Convênio, foi celebrado, no 1º trimestre de 2012, o seu 2º Termo Aditivo, objetivando acrescentar uma visita técnica ao Plano de Trabalho anexo ao 1º Aditivo, com a finalidade de acompanhar o teste piloto da pesquisa a ser realizada na fase de execução da auditoria operacional no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, sendo realizada, nos dias 15 e 16/03/2012, a segunda visita técnica relacionada com esta auditoria. - Realização, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), do Curso de Auditoria Governamental Básica, no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e nos Tribunais de Contas dos Municípios dos Estados de Goiás e do Ceará, no 4º trimestre de 2011. A instrutoria foi realizada por técnicos do TCE/BA e dos Tribunais parceiros do Projeto. - Início da assistência técnica ao Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM/GO), no 1º trimestre de 2012, no âmbito do PROFORT, para a realização de dois exames de contas. A equipe responsável por prestar a referida assistência é composta por dois profissionais de auditoria do TCE/BA, um do TCE/PE e outro do TCE/SC, parceiros do Projeto. - Início das atividades referentes à parceria com a Academia, no âmbito do PROFORT, cujo objetivo é estabelecer uma estratégia conjunta com as universidades, de forma a assegurar o ensino sustentável das normas brasileiras de auditoria e de contabilidade aplicáveis ao setor público.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encaminhamento ao TCU (SECEX-BA), em 30/11/2011, do Relatório de Auditoria sobre a aplicação dos recursos estaduais no transporte escolar (Programa Estadual de Transporte Escolar – PETE), nos municípios baianos de Quijingue e Queimadas, em 2010 e 2011, elaborado pelo TCE/BA, em decorrência dos trabalhos realizados em parceria, no âmbito da Rede de Controle de Gestão Pública. - Recebimento, pela Ouvidoria do TCE/BA, de 114 manifestações de diversos tipos, no exercício de 2010. Desse conjunto, 55,2% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e queixas, e as denúncias corresponderam a 15,8%. No exercício de 2011, a Ouvidoria recebeu 134 manifestações. Destas, 81,3% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e queixas, e as denúncias corresponderam a 6,7%. No primeiro trimestre de 2012, foram recebidas 36 manifestações. Destas, 86,1% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e queixas, e as denúncias corresponderam a 5,5% do total. Essas manifestações foram respondidas ou encaminhadas aos órgãos ou setores competentes. - Exame, no exercício de 2011, de 69 denúncias pelo Ministério Público Especial junto ao TCE/BA. No 1º trimestre de 2012, foram examinados 5 processos. - Lançamento pelo TCE/BA, no dia 16/03/2010, dos livros “A Interação entre os Controles Interno e Externo: um estudo no âmbito estadual da Administração Pública brasileira” e “Jurisdição no Estado do Bem-estar e do Desenvolvimento”. Esses livros integram o Selo Aliomar Baleeiro, instituído pelo TCE em 2003, com o objetivo de preservar e divulgar, especialmente para outras instituições de controle, trabalhos acadêmicos produzidos por seus servidores, constituindo-se nos números sete e oito do referido selo editorial. - Publicação do artigo “Os Tribunais de Contas e os Desafios para a Promoção do Controle Social”, de autoria do Conselheiro Zilton Rocha, na Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011. - Elaboração de artigos técnicos por servidores do TCE/BA, que foram publicados pela Revista Técnica dos Tribunais de Contas (RTTC), em setembro de 2011. Os artigos foram intitulados “Transparência no Setor Público: uma proposta para incentivar” e “Auditoria Operacional: um instrumento de controle social”.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	<p>(2) Desenvolver ações que fortaleçam a interação entre o controle interno e o externo estadual.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Execução de ações relacionadas ao aprimoramento dos sistemas corporativos do Estado, mediante entendimentos com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ), quanto ao Sistema de Informações Contábeis e Financeiras (SICOF) e ao Sistema de Gestão de Gastos Públicos (SIGAP), e com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB), quanto ao Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços do Estado da Bahia (SIMPAS). - Cessão de vagas à Auditoria Geral do Estado e Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia no Curso de Extensão sobre a Execução de Obras Rodoviárias e de Saneamento aplicado à Auditoria, realizado pelo TCE/BA, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA). - Assinatura do Ato Conjunto n.º 24 com Procuradoria Geral do Estado (PGE), no 1º trimestre de 2011, objetivando articular ações tendentes à obtenção da efetividade máxima das decisões do TCE/BA que resultaram na imputação de multa e/ou no reconhecimento de alcance. - Realização, em 06/06/2011, no centro de treinamento do TCE/BA, de apresentação por representantes da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB) do Sistema de Gestão de Contas de Consumo, administrado pela SAEB e integrado ao Sistema de Contabilidade Estadual, que tem por objetivo a gestão das despesas com serviços de consumo pelos Órgãos, Fundos e Entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Processos Internos	
Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.		<ul style="list-style-type: none"> - Realização de reuniões, em setembro de 2011, entre o Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, com os seguintes órgãos: Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia (SJCDH), representada pelo Chefe de Gabinete e Assessores, para tratar das contratações temporárias realizadas por meio do Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) no âmbito daquela Pasta; Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB), Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ) e Procuradoria Geral do Estado (PGE), representadas pelo Secretário da Administração, Subsecretário da Fazenda e o Procurador-Geral do Estado, para tratar das contratações temporárias realizadas por meio do REDA no âmbito do Estado da Bahia; Procuradoria Geral do Estado (PGE), representada por três Procuradores, para tratar da situação dos títulos executivos oriundos das decisões condenatórias do TCE/BA. - Realização, em 24/10/2011, no centro de treinamento do TCE/BA, de apresentação por representantes da Procuradoria Fiscal (PROFIS/PGE) do Sistema de Protesto de Títulos da Dívida Ativa (SISPROT), implantado em março de 2011 e destinado a agilizar a cobrança de créditos do Estado e reduzir o volume de execuções fiscais ajuizadas. - Representação e participação do Ministério Público Especial nas reuniões do Grupo de Trabalho constituído para elaboração de procedimentos necessários à expedição de títulos executivos pelo TCE/BA, de acordo com o Ato Conjunto n.º 01, de 29/02/2012, do Presidente do TCE/BA e do Procurador-Geral do Estado da Bahia.

Processos Internos	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	(3) Implementar ações que fortaleçam a Ouvidoria.
(4) Iniciar definições relativas à Comemoração do Centenário do Tribunal de Contas em 2015.		-----
Intensificar o relacionamento com o jurisdicionado.	Diretrizes/Principais Ações	
	(5) Implementar ações que fortaleçam a interação com o jurisdicionado.	-----

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(6) Aperfeiçoar a estrutura legal e normativa (em sintonia com a nova estrutura organizacional a ser estabelecida e com as novas diretrizes normativas).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instituição, mediante o Ato n.º 387/2010 da Presidência, de 1º/09/2010, da Política de Segurança em Tecnologia da Informação para o TCE/BA. Este Ato dispõe sobre as diretrizes para a gestão da segurança da informação e normas de controle de acesso lógico e de responsabilidade dos usuários do correio eletrônico, da Internet, de computação móvel e fixa e de trabalho remoto. Foi criado o Comitê de Segurança da Informação, de caráter permanente, composto por cinco membros designados por Ato da Presidência que, dentre outras atribuições, tem a de verificar o cumprimento das normas de segurança, propor medidas operacionais, visando à prevenção de incidentes e à eliminação de fragilidades de segurança da informação no TCE/BA. - Adoção das Normas Brasileiras de Auditoria Governamental (NAGs), mediante a Resolução n.º 53/2011, de 26/07/2011. As NAGs foram desenvolvidas e recomendadas pelo IRB, ATRICON e Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM), com o apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no âmbito do PROMOEX. - Expedição da Nota Técnica n.º 01/2011, do Comitê de Auditoria do TCE/BA, em 27/07/2011, objetivando a padronização da terminologia utilizada para as diferentes naturezas de auditoria, de modo a conferir uniformidade à classificação adotada nos sistemas informatizados deste Tribunal de Contas, bem como em relatórios e informativos gerenciais que tramitam neste TCE. - Expedição da Nota Técnica n.º 02/2011, do Comitê de Auditoria do TCE/BA, em 27/07/2011, objetivando a padronização dos Relatórios de Auditoria elaborados pelas CCEs, no âmbito dos exames realizados nas prestações de contas de ordenadores de despesa, com observância a partir do exercício de 2012. - Promoção de alterações nas áreas de atuação das CCEs, em 16/08/2011, conforme a Resolução n.º 60/2011, tendo em vista as modificações na estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual promovidas pela Lei n.º 12.212/2011. - Expedição da Nota Técnica n.º 03/2011, do Comitê de Auditoria do TCE/BA, em 17/10/2011, objetivando a normalização para a elaboração de Relatório de Auditoria e documentos afins, no âmbito das CCEs, com observância a partir do exercício de 2012. - Aprovação, através do Ato n.º 253, de 15/12/2011, da Presidente Cons. Ridalva Figueiredo, do Manual de Auditoria de Obras Públicas do TCE/BA, contendo conceitos essenciais, metodologia de trabalho e orientações gerais a serem observadas na realização dessas auditorias. - Tradução do idioma espanhol para a língua portuguesa do material do Curso de Planejamento de Auditoria, da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), que será publicado para divulgação dentre os organismos de controle.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(7) Aprimorar as auditorias quanto à observância a princípios e métodos.</p> <p>- Realização da 1ª reunião do Comitê de Auditoria do exercício de 2012. Servidores do TCE/BA participaram, dia 28/03/2012, da 1ª reunião do Comitê de Auditoria do TCE/BA, realizada na Sala de Treinamento do CEICE. O objetivo foi planejar as ações do Comitê para 2012, além de debater e aprofundar questões comuns às coordenadorias e uniformizar procedimentos. Após a abertura da reunião, feita pelo Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, os participantes se debruçaram sobre assuntos de relevância para o Tribunal. No fim do encontro, foi criada a matriz de responsabilização, uma espécie de relação dos temas para enfrentamento e solução e seus respectivos voluntários, que assumiram o compromisso de estudar melhor os itens a fim de buscar soluções. Os temas escolhidos foram: Termos de Outorga/Contrato de Subvenção; Contratos de Gestão; Prescrição/Decadência e Segurança Jurídica; Plano de ação/TAG/TAC; Classificação de Irregularidades e Gradação de Multas; Instruções Convênios e Instrumentos Congêneres; Avaliação de Desempenho/Produtividade; Instrução de Atos de Pessoal; Matriz de Responsabilização; Papel da PROCONTAS; Distribuição/Julgamento Liminar; Queixas para Ouvidoria; Julgamentos de Causas Repetitivas.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <p>- Realização de estudos e iniciativas com vistas ao aprimoramento da auditoria de obras públicas no âmbito do TCE/BA, compreendendo: aplicação de <u>questionários de pesquisa</u> junto às equipes das Coordenadorias de Controle Externo; <u>visita técnica às Secretarias de Obras do TCU</u>, a fim de buscar cooperação institucional; realização de <u>Workshop sobre Auditoria em Obras Públicas</u>, em julho de 2010 em Salvador/BA, contando com apresentações sobre a experiência e o <i>modus operandi</i> do TCU e deste TCE/BA, seguidas de oficinas de trabalho para produção coletiva de diagnóstico e propostas; desenvolvimento, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), do programa do <u>Curso de Extensão sobre a Execução de Obras Rodoviárias e de Saneamento aplicado à Auditoria</u> e sua realização, de julho a outubro de 2010, nas instalações da Escola Politécnica, contando com a participação do corpo docente da Universidade e de instrutores do TCU, estes últimos responsáveis pelos módulos que discutiram aspectos práticos aplicados à auditoria; participação de servidores do TCE/BA no <u>Programa de Formação Geral para Controle dos Investimentos em Infraestrutura para a Copa 2014</u>, realizado em Brasília/DF, em outubro de 2010, abrangendo, entre outras, a área de Auditoria de Obras; filiação do TCE/BA ao <u>Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP)</u> e assinatura, em 06/12/2010, de Termo de Adesão ao Protocolo de Intenções firmado entre o Instituto, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e outros tribunais de contas brasileiros, tendo por objeto o desenvolvimento de ações voltadas para aprimorar a gestão e o controle de obras públicas no Brasil; finalização do projeto de desenvolvimento do <u>Módulo de Obras do Sistema Mirante</u>, para registro, consulta e gerenciamento de informações para auditoria em projetos, obras e serviços de engenharia do Estado, com desenvolvimento de solução para disponibilização de consulta de preços de referência da Editora PINI para o Sistema; realização do <u>Workshop Controle de Obras Públicas</u>, em 20/12/2010 no centro de treinamento deste TCE/BA, com vistas à apresentação do Módulo de Obras do Sistema Mirante aos jurisdicionados e discussão acerca do envio de dados através de sistema <i>Web</i>, sinalizando para as iminentes exigências normativas do Tribunal; realização de encontros individuais com órgãos e entidades responsáveis pela licitação e execução de projetos, obras e serviços de engenharia, objetivando detalhar, do ponto de vista técnico, as funcionalidades do Módulo de Obras do Sistema Mirante; aprovação, em 21/07/2011, da <u>Resolução n.º 52/2011</u>, que dispõe sobre o encaminhamento, por meio de sistema <i>Web</i>, ao TCE/BA, de informações sobre projetos, obras e serviços de engenharia pelos titulares dos órgãos e entidades responsáveis pela sua licitação, contratação e execução; indicação de dois servidores do TCE/BA para integrarem o subcomitê do IBRAOP destinado à elaboração da Orientação Técnica sobre “<u>Delimitação de conceitos de sobrepreço e de superfaturamento em medições de obras públicas</u>”, com participação dos mesmos nas atividades regulares desse grupo, inclusive reuniões realizadas em outros Estados; participação de auditores no <u>Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas</u> e Reunião de Trabalho do IBRAOP, realizados no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC); participação de auditores no <u>Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (SINAOP)</u>, realizado em Cuiabá/MT; <u> aquisição de ferramenta CAD</u> como instrumento auxiliar nas auditorias de obras, além da contratação de treinamento para Engenheiros e Arquitetos da Casa, visando ao desenvolvimento das habilidades necessárias para a utilização desse novo <i>software</i>, a partir de fevereiro de 2012; desenvolvimento do <u>Manual de Auditoria de Obras Públicas</u> e dos seguintes <u>programas de auditoria de obras</u>: Fase de Planejamento - Programas de Informações Gerais e de Informações Específicas; Fase de Execução - Programas de Análise de Projetos Básico e Executivo, Avaliação da Economicidade, Programas da Área Jurídica, Programas de Acompanhamento de Obras em Geral, de Obras Rodoviárias e de Obras de Saneamento, todos inseridos no Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA).</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição de procedimentos aplicáveis às auditorias de instituições financeiras e entidades equiparadas, aprovados pela Resolução n.º 032/2010, que revogou a Ordem de Serviço n.º 53/1997. - Realização de iniciativas com vistas ao aprimoramento das auditorias de Parcerias Público-Privadas no âmbito do TCE/BA, tais como: priorização desse tipo de auditoria através das Resoluções que aprovaram as Diretrizes para os exercícios de 2010 e 2011; reunião, em 05/07/2010, no TCE/BA, com o objetivo de discutir questões relativas ao contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para reconstrução e exploração do Estádio da Fonte Nova, com a presença do Secretário Carlos Martins, da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, do Secretário Nilton Vasconcelos, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes do Estado da Bahia, e do Secretário Ney Jorge Campello, da Secretaria Extraordinária para Assuntos da Copa do Mundo 2014; reunião, por iniciativa do Conselheiro Filemon Matos, de servidores do TCE/BA com membros da Secretaria Executiva do Programa de Parceria Público-Privada da SEFAZ, no dia 19/07/2010, para trocar informações e debater as competências e formas de atuação governamental, no que diz respeito às atividades de suporte técnico aos órgãos e entidades do Estado na estruturação de projetos e elaboração de modelagem econômico-financeira, editais e contratos relativos às PPPs; participação de servidores no Seminário PPP Américas 2010 “As Parcerias Públicas e Privadas (PPP) no Brasil e América Latina: Desafios e Perspectivas”, em 2010; participação de servidores do TCE/BA no Programa de Formação Geral para Controle dos Investimentos em Infraestrutura para a Copa 2014, realizado em Brasília/DF, em outubro de 2010, abrangendo, entre outras, a área de PPPs.

Processos Internos	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p style="background-color: #ADD8E6;">(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação, pelo Ato n.º 208/2010, de 26/05/2010 (publicado no DOE de 28/05/2010), do Comitê Gestor dos sistemas informatizados utilizados na programação, planejamento, execução e acompanhamento das auditorias, envolvendo o Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), o Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP) e o Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante). O referido Comitê Gestor foi reestruturado pelo Ato n.º 020/2011, de 17/02/2011, da Presidência do TCE/BA. - Realização, nos dias 09 a 11/08/2010, do III Workshop TCE/BA & BIRD, com vistas à análise, por especialistas do Banco Mundial, dos relatórios produzidos pelo Tribunal no 1º semestre de 2010, no âmbito de projetos co-financiados por aquela Instituição e auditados por este Órgão, além de apresentar o <i>SWAp</i> Bahia e as novas diretrizes do Banco da área de aquisições. Na abertura do evento, presidida pela Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, compareceram: o Conselheiro Severiano Costandrade, Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins; o Conselheiro Manoel Castro, do TCE/BA; e o Dr. Regis Cunningham, Especialista Sênior em Gerenciamento Financeiro do Banco Mundial. Participaram 46 servidores do TCE/BA e cinco especialistas do BIRD. - Participação de auditores da 1ª e 3ª CCEs, em 28/09/2010, do Seminário sobre Normas e Procedimentos de Auditoria Externa de Projetos BID, realizado em Brasília/DF, objetivando divulgar e esclarecer a aplicação das novas políticas relacionadas à gestão fiduciária dos projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), incluindo normas e procedimentos para os serviços de auditoria externa requeridos nos contratos de empréstimos durante o processo de execução de projetos e cooperações técnicas. - Realização de pesquisa diagnóstica para seleção dos tribunais de contas, parceiros do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), com Doação do Banco Mundial. - Elaboração, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), de metodologia de Revisão pelos Pares, a partir dos trabalhos de validação das respostas à pesquisa diagnóstica realizada. - Execução de processo licitatório, no 4º trimestre de 2011, objetivando a contratação de empresa de consultoria para mapear e redesenhar processos auditoriais, com treinamento e transferência de tecnologia, no âmbito do PROFORT. No 1º trimestre de 2012, houve continuidade do referido processo, encontrando-se em fase de análise de propostas.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <p>- Desenvolvimento e revisão de 37 programas de auditoria, que foram padronizados, aprovados pelo Comitê de Auditoria e inseridos no Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), destacados por natureza: <u>Informações Gerais</u> (Informações Gerais e Formalização do Processo de Prestação de Contas); <u>Controle Interno</u> (Avaliação dos Controles Internos – Modelo COSO); <u>Orçamentária/Financeira/Contábil</u> (Exame da Despesa; Adiantamento; Diárias); <u>Jurídica</u> (Contratos Administrativos, Licitações, Contratações Diretas, Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares; Contratos Administrativos em Geral; Contratos Administrativos de Locação de Imóveis; Contratação Direta; Dispensa e Inexigibilidade de Licitação; Procedimentos Licitatórios: Pregão Presencial e Eletrônico; e Procedimentos Licitatórios: Concorrência Pública, Tomada de Preços e Convite); <u>Patrimonial</u> (Material de Consumo; Bens Móveis; Bens Imóveis); <u>Pessoal</u> (Gratificação à Melhoria da Qualidade de Assistência Médica - GIQ; Gratificação de Estímulo às Atividades de Classe; Gratificação de Atividade Policial Militar - GAP-PM); <u>Convênios</u> (Acompanhamento de Convênios); <u>Projetos Co-financiados</u> (Levantamento de Informações; Avaliação dos Controles Internos; Avaliação da Implementação das Recomendações; Licitações e Contratos; Receitas e Despesas; Demonstrações Financeiras; Regularidade da Despesa; Patrimonialização e Utilização de Bens; e Cumprimento de Cláusulas Contratuais); <u>Obras</u> (Informações Gerais; Informações Específicas; Concorrência Pública, Tomada de Preços e Convite; Análise dos Projetos Básico e Executivo; Avaliação da Economicidade; Acompanhamento da Execução – Obras/Serviços em Geral; Acompanhamento da Execução – Obras Rodoviárias; e Acompanhamento da Execução – Obras de Saneamento).</p> <p>- Elaboração e disponibilização no SGA, após aprovação do Comitê de Auditoria, dos seguintes modelos de relatório, padronizados para o exame de contas: Relatório de Planejamento; Relatório de Auditoria – Modelo 1, utilizado pelas 2ª, 4ª e 5ª CCEs, responsáveis pelo exame das contas da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP) e Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), respectivamente; Relatório de Auditoria – Modelo 2, utilizado pelas CCEs responsáveis pela instrução das demais secretarias.</p> <p>- Elaboração e disponibilização no site do TCE/BA, após aprovação do Comitê de Auditoria, do Manual de Normalização para Elaboração de Relatório de Auditoria e Documentos Afins.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aplicação e disseminação de conceitos dos códigos das melhores práticas de tecnologia da informação, mediante um modelo de referência para gestão de TI, como técnicas e práticas de gerência de projetos e serviços baseadas em <i>Control Objectives for Information and Related Technology</i> (COBIT), <i>Information Technology Infrastructure Library</i> (ITIL) e <i>Project Management Institute</i> (PMI) nos projetos e serviços prestados pelo CEDASC em 2010 e 2011. - Desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de Serviços (SGS), em 2010, cujo principal objetivo é apoiar o processo de recebimento de demandas corretivas e de melhorias dos sistemas. A utilização desta solução permite uma padronização dos registros e do tratamento das demandas dos usuários, melhorando a preparação dessas demandas, visando a um atendimento mais eficiente, com o aperfeiçoamento da comunicação entre os usuários e os gestores dos sistemas. - Desenvolvimento, no 1º trimestre de 2012, das seguintes atividades relacionadas com o Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA): monitoramento do Sistema, no que se refere à utilização dos programas padrões de auditoria, TAGs, Papeis de Trabalho (Área de Trabalho, Anexos, Apêndices, Achados, Amostras), Consolidado, Produto; revisão dos programas de auditoria “Informações Gerais, Fase de Planejamento” e “Exame da Despesa, Fase de Planejamento”; início das análises necessárias para a elaboração de programas de auditoria da administração indireta; início das análises necessárias para a elaboração de programas de auditoria da área de pessoal; inclusão no SGA do programa “Informações Gerais, Fase de Execução”; atualização dos modelos de papel de trabalho e relatório da fase de Planejamento no SGA com a inserção das TAGs.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <p>- Desenvolvimento do novo Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos do TCE/BA: “e-PROC”. O CEDASC e a Secretaria Geral (SEG) iniciaram o Projeto de desenvolvimento do novo Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos do TCE/BA, provisoriamente denominado “e-PROC”, com o uso da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas da Autarquia. No dia 13/12/2011, o Projeto foi apresentado na Sessão Plenária do Tribunal. O e-PROC substituirá o atual Sistema Secretaria Geral Informatizada (SEGIN), e, dentre outras finalidades, terá rotinas próprias para a gestão dos processos e documentos do TCE/BA, tais como protocolo, sorteio, trâmite, notificação, julgamento e arquivamento. O novo sistema oferecerá uma nova plataforma tecnológica, moderna e baseada em <i>softwares</i> livres, para ampliação da informatização das rotinas processuais do Tribunal. O sistema ampliará a informatização da rotinas de gerenciamento de processos e documentos e melhorará a produtividade no uso dos recursos tecnológicos os usuários. Ainda do ponto de vista tecnológico, pretende-se: reduzir o custo e o esforço de manutenção com estruturas mais flexíveis para mudanças; eliminar os problemas de integridade de dados; e dar maior produtividade no atendimento de novas demandas, especialmente relatórios. Além disso, a nova solução permitirá o acesso ao e-PROC, através da internet, a agregação de assinatura eletrônica com certificação digital, consulta e peticionamento eletrônico e uma nova sistemática de arquivamento de processos e documentos. No 1º trimestre de 2012, o CEDASC e a Secretaria Geral do TCE/BA aceleraram o Projeto, iniciando o desenvolvimento do modelo de dados e das rotinas de ações comuns do Sistema. A fim de subsidiar a área de desenvolvimento do “e-PROC”, que tem como requisito o armazenamento otimizado dos processos eletrônicos, foi disponibilizado um novo servidor de banco de dados baseado na tecnologia SQL Server 2008. Futuramente, essa versão de banco de dados deverá ser adotada no ambiente de produção, que abrange os demais sistemas implementados no CEDASC.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <p>- Integração da ferramenta de <i>Business Intelligence</i> (BI) com o Sistema Mirante. Em 2010, os dados de módulos do Sistema, quais sejam, “Execução Orçamentária e Financeira”, “Licitações”, “Contratações Diretas” e “Convênios” foram carregados em base dimensional, com controle histórico de Poder, Órgão, Secretaria, Unidade, Programa de Governo e Projeto/Atividade. A partir de 2011, a base de dados do Mirante passou a ser utilizada para análise de informações através de ferramenta de BI. Os atuais relatórios do Sistema também foram migrados para base dimensional, própria de projetos de <i>Data Warehouse</i>/BI. Ainda em 2010, foi construído um Painel de Controle, que resume, de forma gráfica, as principais informações disponibilizadas pelo Mirante. Este painel pode ser aberto automaticamente no reinício da estação de trabalho dos usuários, ser consultado através do próprio Sistema, e, ainda, ser encaminhado, periodicamente, por e-mail para grupos de usuários. No 2º trimestre de 2011, foi apresentado o conteúdo dos Módulos de “Execução Orçamentária e Financeira”, “Licitações” e “Contratações Diretas”, com relatórios pré-definidos e recursos para consultas e análises personalizadas com a utilização de recursos de BI. Em relação ao Módulo de Convênios, foram incorporados ao Sistema novos tipos de instrumentos, quais sejam, “15-Outros Convênios” e “16-Convênio de Ação Continuada”. A partir da disponibilização da nova versão do Sistema, foi formado um Grupo de Trabalho com servidores do TCE/BA e do CEDASC para especificação de trilhas de auditoria. No 3º trimestre de 2011, foram implementados os Módulos de Licitações e Contratações Diretas do Sistema Mirante com recursos de BI, representando a versão 6.3 do Sistema, com novidades. Foi realizado, ainda, o treinamento de uma turma de técnicos nos novos recursos de BI disponibilizados. No 4º trimestre de 2011, foram implementadas diversas demandas de melhorias no Sistema Mirante, dentre as quais, os campos que correlacionam os pagamentos aos credores com os processos que os originaram (licitações, dispensas e inexigibilidades) e o campo para consulta dos dados de notas fiscais (número, série, data e valor) associados aos pagamentos. Além disso, foi iniciado o projeto de carga de dados de fornecedores impedidos de licitar e contratar com o Poder Executivo do Estado da Bahia, a partir das informações divulgadas pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB). Por fim, foi realizado treinamento para mais uma turma de técnicos do TCE/BA para uso dos novos recursos de <i>Business Intelligence</i> (BI) disponibilizados. No 1º trimestre de 2012, encontra-se em desenvolvimento a integração do Módulo de Convênios do Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante) com recursos de <i>Business Intelligence</i> (BI). No período ocorreram reuniões técnicas com o TCE/BA para definição das trilhas de auditoria a serem implantadas no Sistema, tais como: indício de conluio pela participação em licitações de empresas com sócios em comum; processos de compra homologados para fornecedores impedidos de licitar e contratar; pagamentos realizados a fornecedor em data posterior ao impedimento de licitar e contratar. Foram também realizados encontros com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB), para tratar da obtenção de dados originários do Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH) de forma automática, trazendo os seguintes benefícios: maior agilidade na disponibilização de informações para uso no Módulo <i>Business Intelligence</i> do Mirante; maior confiabilidade no envio e carga dos dados no Sistema. Outrossim, com o objetivo de aperfeiçoar o cruzamento de dados e a utilização dos recursos de BI, está em curso com o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA) tratativas para a obtenção de dados funcionais e de vínculos dos servidores de prefeituras e câmaras municipais do Estado.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento do Módulo de Recursos Humanos do Mirante. No 1º semestre de 2011, foram realizadas reuniões de especificação de requisitos. Diversas questões foram tratadas com a SAEB para correção dos dados disponibilizados, qualificação das informações recebidas e dúvidas sobre dados do Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH). A partir dessas iniciativas, foi projetado o modelo de <i>Data Warehouse</i>, criada a base de dados com informações sobre o SIRH, sendo iniciado ainda o processo de extração, transformação e carga dos dados da Base Governo para a base <i>Data Warehouse</i>. No 3º trimestre de 2011, foi desenvolvido o modelo lógico de BI para o referido Módulo, que proporcionou as condições para a implementação do relatório de consultas a dados pessoais, funcionais e financeiros. - Encerramento, no 3º trimestre de 2011, da fase inicial do projeto de desenvolvimento do Módulo de Cálculos de Aposentadoria do Sistema de Atos de Pessoal, em ambiente <i>web</i> e de acordo com os padrões tecnológicos adotados pelo TCE/BA e CEDASC, com o objetivo de substituir a atual sistemática de utilização de planilhas eletrônicas para o cálculo do tempo de serviço e da composição de proventos nos processos de aposentadoria e reforma a serem apreciados pela 1ª Câmara do Tribunal. O novo módulo do Sistema emitirá o relatório de cálculo do tempo de serviço e de composição de proventos que instruirão os mencionados processos em tramitação no TCE/BA, além de facilitar as atuais rotinas de revisão dos cálculos por parte da Coordenadoria de Controle Externo responsável por sua instrução. - Desenvolvimento da versão 1.1 do Sistema de Prestação Eletrônica de Informações (SPEI), responsável pelo encaminhamento ao TCE/BA de informações sobre os projetos, obras e serviços de engenharia pelos jurisdicionados, na forma prevista pela Resolução n.º 052/2011, de 21/07/2011. - Padronização da terminologia utilizada para as diversas naturezas de auditoria, no âmbito do Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP). Os estudos foram realizados tendo como fontes de critério o Regimento Interno deste TCE e as normas da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização, em 03/08/2011, da Oficina Auditoria em Projetos/Programas Co-Financiados pelo Banco Mundial com Foco em SWAps (tradução para a língua portuguesa: abordagem setorial ampla), preparatória para o <i>Workshop</i> Encontro Técnico dos Tribunais de Contas Participantes da Pesquisa Diagnóstica IRB-TCE/BA, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), oportunidade em que se reuniram na sede deste TCE técnicos dos Tribunais de Contas dos Estados do Ceará, Minas Gerais e Pernambuco, além de técnicos do TCE/BA e de Especialista Sênior do Banco Mundial, para discutir as diversas formas de operações <i>SWAps</i>, assim como a metodologia desenvolvida para auditá-las. Há de se registrar a relevância do intercâmbio de informações quanto à discussão por organismos de controle que realizam auditorias nessas operações, bem como da assistência técnica oferecida por técnicos deste TCE/BA àqueles três Tribunais de Contas, em suas primeiras auditorias nessa modalidade de empréstimo, tendo em vista a experiência acumulada por este TCE na realização dessas auditorias. - Participação do TCE/BA nos trabalhos de elaboração da Orientação Técnica sobre “Delimitação de conceitos de sobrepreço e de superfaturamento em medições de obras públicas”, através de dois servidores indicados para integrarem o subcomitê do Instituto Brasileiro Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) para esse fim. - Prospecção junto a entidades fiscalizadoras superiores acerca de casos internacionais de sucesso em Auditoria Operacional, visando identificar duas experiências para estudo, nos moldes previstos no PROFORT. Com base em pesquisas e contatos anteriores, esta ação foi levada a efeito, especialmente, durante a XXI Assembleia Geral da OLACEFS, ocorrida no período de 17 a 22/10/2011, na cidade de Caracas, Venezuela. - Monitoramento da Auditoria Operacional nas Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), no 1º trimestre de 2012, realizado pela Auditoria Interna (AUDIT), com o objetivo de verificar o desempenho da atividade fim do TCE/BA, identificando oportunidade de melhoria no processo auditorial, com foco em eficiência, eficácia e qualidade.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	<p>(9) Revisar a sistemática de exame das prestações de contas consolidadas da administração direta estadual.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento e aprovação, através das Resoluções n^{os}. 032/2010 e 132/2010, de diretrizes específicas a serem observadas pelas Coordenadorias de Controle Externo (CCEs) na instrução das contas consolidadas da administração direta. - Desenvolvimento de matriz de risco visando apoiar o processo de seleção, pelas CCEs, das unidades objeto de exame <i>in loco</i>, no âmbito das contas consolidadas da administração direta estadual, especificamente para aquelas Secretarias que apresentam maior número de unidades gestoras, quais sejam, Saúde, Segurança Pública e Educação. - Realização do evento técnico “A Experiência do TCU na Instrução e Julgamento de Processos de Contas”, com palestra do Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira, em 25/10/2010, no Plenário do TCE/BA, sobre as iniciativas que vêm sendo tomadas, no âmbito do TCU, para atualização e modernização dos procedimentos auditoriais e do relacionamento com seus jurisdicionados. O evento se estendeu até 26/10/2010 com a realização de reuniões técnicas na sala de treinamento do TCE/BA. - Realização de visita técnica à Controladoria Geral da União (CGU), no 2º trimestre de 2011, para conhecimento das trilhas de auditoria e das bases de dados utilizadas no Controle Interno da União, considerando-se a disponibilização, no período, da nova versão do Sistema Mirante, quando foi formado um Grupo de Trabalho com servidores do TCE/BA e do CEDASC, com o intuito de racionalizar os exames das prestações de contas da administração direta. - Aprovação, em 03/10/2011, no âmbito do Comitê de Auditoria, de proposta de nova sistemática para exame das prestações de contas consolidadas da Administração Direta Estadual, com o consequente encaminhamento de Anteprojeto de Resolução à Presidência da Casa. - Apresentação, em 03/10/2011, por proposição dos Conselheiros Antonio Honorato, França Teixeira e Manoel Castro, de Projeto de Resolução referente às contas consolidadas, sendo sorteado para relatar a matéria o Conselheiro Pedro Lino.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.	(10) Revisar a sistemática de exame das contas de governo.

		(11) Aprimorar o sistema de gestão de processos e outros sistemas, no que tange à emissão de relatórios gerenciais.

		(12) Sistematizar os procedimentos de auditoria referentes às contas da administração indireta.

		(13) Restabelecer o Prêmio Osvaldo Velloso Gordilho com o objetivo de obterem-se contribuições para os Achados de Auditoria compondo o banco de dados do SGA (inclusive quanto ao âmbito dos potenciais candidatos, limitando-o aos servidores desta Casa).

		(14) Atualizar o Manual de Auditoria, editado em 2000, com a inclusão das NAGs.

(15) Retomar a série de Traduções do Tribunal de Contas.		

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Atuar de forma seletiva e tempestiva.	<p>(16) Privilegiar auditorias em áreas de risco, materialidade e relevância.</p> <p>(17) Privilegiar auditorias tempestivas.</p> <p>(18) Priorizar a apreciação das auditorias no próprio exercício de sua realização.</p> <p>- Desenvolvimento de estudos e elaboração de modelo de Matriz de Risco específica para subsidiar a seleção das auditorias tempestivas. Essa matriz foi aplicada durante a elaboração do Plano Operacional de 2011, buscando estabelecer um único ranking dos jurisdicionados sob o ponto de vista da materialidade, relevância e riscos envolvidos, sem divisões por Poder, Secretaria ou área de atuação das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), abrangendo, pois, a totalidade das unidades gestoras, vale dizer, todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta. Essa Matriz possibilita um novo olhar acerca do que deve ser prioridade para auditoria, segundo duas perspectivas: o contexto global do Estado e o contexto de cada área de competência das unidades de auditoria da Casa. No 1º trimestre de 2012, a Matriz de Risco foi revisada e sua aplicação foi ampliada para todas as Secretarias, visando à seleção de unidades para exame <i>in loco</i>, no âmbito das contas consolidadas da administração direta estadual, relativas ao exercício de 2011. Também foi revisada e aplicada a Matriz de Risco para a programação das auditorias tempestivas de 2012, em consonância com as diretrizes já abordadas. Essa Matriz objetivou a seleção de auditorias tempestivas através do <i>ranking</i> dos jurisdicionados, sob o ponto de vista da materialidade, relevância e riscos envolvidos, devendo-se ressaltar que os fatores considerados poderão – e deverão – ser reavaliados em análises futuras, a depender da disponibilidade de informações, devendo o processo ser continuamente aprimorado.</p> <p>- Realização de estudos para ação da Lei Newcomb-Benford. Com o objetivo de oferecer meios para otimizar os resultados obtidos com a utilização de ferramenta de <i>Bussines Intelligence</i>, foram iniciados, pelo CEDASC, estudos para aplicação da Lei <i>Newcomb-Benford</i>, que fornece meios estatísticos para identificar desvios nos valores observados em pagamentos, a partir da base de dados do Sistema de Informações Contábeis e Financeiras (SICOF), com a finalidade de subsidiar as decisões e encaminhamentos dos esforços de auditoria. Após a conclusão dos estudos, os resultados serão apresentados ao TCE/BA, visando à verificação da sua aplicabilidade, para fins de elaboração de matriz de riscos e orientação do planejamento de auditoria.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Atuar de forma seletiva e tempestiva.	<p>(16) Privilegiar auditorias em áreas de risco, materialidade e relevância.</p> <p>(17) Privilegiar auditorias tempestivas.</p> <p>(18) Priorizar a apreciação das auditorias no próprio exercício de sua realização.</p> <p>- Desenvolvimento de trilhas de auditoria voltadas para racionalizar os trabalhos. Os relatórios especificados pelo Grupo de Trabalho responsável e já aprovados pelos titulares das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs) serão gerados através do Sistema Mirante, a partir de 2012, servindo de insumos para o planejamento dos trabalhos e possibilitando que as CCEs melhor direcionem, em campo, seus esforços auditoriais. Espera-se que a disseminação e o uso continuado dessas trilhas repercutam na eficiência dos trabalhos de auditoria, com impactos positivos na sua gestão e resultados, ensejando, entre outros efeitos, a gradual redução do tempo e dos recursos humanos alocados pelas CCEs aos exames de contas. Ao final do exercício de 2011, foram especificadas quatro trilhas de auditoria: Observância à Modalidade de Licitação (com os relatórios “Fracionamento através de Dispensas” e “Realização de Obras e Serviços de Engenharia por Pregão”); Concentração de Diárias (com os relatórios “Concentração de Diárias por Credor” e “Concentração de Diárias por Unidade Gestora e Credor”); Contratação Temporária de Pessoal (com o relatório “Contratação de Pessoa Física de Forma Continuada”); Mapeamento de Despesa (com os relatórios “Mapeamento por Secretaria/Órgão”; “Maiores Credores por Unidade”; “Mapeamento por Tipo de Despesa”). No 1º trimestre de 2012, o referido Grupo começou a trabalhar com as seguintes trilhas: “Processos de Compra Homologados para Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar”, “Pagamentos Realizados a Fornecedor em Data Posterior ao Impedimento de Licitar e Contratar” e “Indícios de Colúio em Licitações Devido ao Fato das Empresas Participantes Possuírem Sócios em Comum”.</p> <p>- Priorização na programação dos trabalhos auditoriais, mediante comandos específicos contidos nas Resoluções nºs. 032/2010 e 132/2010, do exame das contratações e execução das obras e serviços, assim como da aquisição e utilização de bens, relacionados à realização da Copa do Mundo de 2014, bem como as ações incluídas no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado.</p> <p>- Exame, no exercício de 2011, de 774 processos pelo Ministério Público Especial junto ao TCE/BA. No 1º trimestre de 2012, foram examinados 381 processos.</p> <p>- Realização pela Auditoria Interna (AUDIT), no 1º trimestre de 2012, das seguintes atividades, entre outras: exame da Prestação de Contas e Relatório de Anual de Atividades do TCE/BA, referente ao exercício de 2011; auditoria de regularidade no Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 3º quadrimestre de 2011, com o objetivo de verificar o limite estabelecido, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para a Despesa Líquida com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Reduzir o tempo de instrução e apreciação/julgamento de processos.	(19) Aferir o tempo médio de instrução e de apreciação/julgamento de processos de controle externo.

		(20) Rever a sistemática das notificações e diligências (internas e externas), e de análise das respostas dos gestores.

		Diretrizes/Principais Ações
		(21) Implementar plano de redução de estoque de processos (estabelecendo calendário de julgamento de processos: em 2012, julgar processos até 2006).
		<p>- Elaboração de diagnóstico acerca do estoque de processos, a partir de pesquisa de dados referentes ao fluxo de processos entre os anos de 2006 e 2010.</p> <p>- Expedição de Instrução pela Segunda Câmara do TCE/BA (Ofício Conjunto n.º 01, de 07/07/2010), dirigida às Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), quanto ao tratamento a ser observado em relação aos processos de sua competência.</p> <p>- Realização de estudos e reuniões de trabalho objetivando a definição de critérios para o retorno de processos de prestação de contas de ordenadores de despesas e administradores em diligência às CCEs, os quais culminaram com a aprovação, no âmbito do Comitê de Auditoria (103ª reunião ordinária, realizada em 27/07/2011), de rotinas específicas para o trâmite desses autos após o recebimento, nos Gabinetes de Conselheiro, das respostas às notificações. A Resolução n.º 92, de 13/12/2011, que aprovou o Plano de Diretrizes para o exercício de 2012, incorporou os referidos critérios.</p> <p>- Definição de critérios para a racionalização do trâmite dos processos da alçada da 2ª Câmara, com aprovação no âmbito do Comitê de Auditoria (107ª reunião ordinária, realizada em 23/11/2011) de proposta de triagem prévia dos autos, apresentada pelos Coordenadores de Gabinete dos Conselheiros que integram aquele Colegiado. A Resolução n.º 92, de 13/12/2011, que aprovou o Plano de Diretrizes para o exercício de 2012, incorporou os referidos critérios.</p> <p>- Realização de Inspeção de Correição, sob a supervisão do cons. Corregedor Filemon Matos, tendo como objeto os processos em diligência externa. Foram promovidos levantamentos e mantidos entendimentos junto aos órgãos com maior número de processos em diligência (Secretarias da Educação e da Saúde e Polícia Militar), constituindo-se grupos específicos de trabalho para instruir e devolver esses autos. Segundo dados relativos ao período de 25/05/2010 a 25/11/2011, retornaram desses órgãos 7.194 processos, correspondendo a 67% do total inicial. Considerando que a expressiva maioria desses processos é da competência da 1ª Câmara, essa ação possibilitou uma elevação importante na quantidade de processos julgados em 2011 por aquele Colegiado: 8.357 processos, o que representou mais que o dobro da média dos quatro anos anteriores (3.900 processos).</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	Garantir a comunicação interna e externa.	(22) Elaborar Plano de Comunicação (políticas, diretrizes e orientações estratégicas para a área de comunicação).
		<p>- Início do novo Plano Comunicação do TCE/BA, estreitando-se o relacionamento institucional com a mídia. Assim sendo, o Presidente, Cons. Zilton Rocha, concedeu entrevistas, no 1º trimestre de 2012, para a: Rádio Itaparica, sobre as ações do TCE/BA, com veiculação estadual, em 24/02/2012; Rádio Excelsior, sobre as ações do TCE/BA e os seus benefícios para o cidadão baiano, com veiculação estadual, em 19/03/2012.</p> <p>- Início do projeto de divulgação das sessões plenárias do TCE/BA em formato de vídeo. No 1º trimestre de 2012, foram iniciados estudos preliminares para o projeto de gravação, armazenamento, pesquisa e visualização dos vídeos das sessões plenárias do Tribunal no seu Portal <i>Web</i>. Foram especificados todos os requisitos técnicos, tais como, formato dos vídeos, padrões de nomenclatura e particionamento, que deverão ser atendidos para a disponibilização dos vídeos, assim como toda a infraestrutura de armazenamento e de cópias de segurança necessárias à disponibilização do serviço no Portal do TCE/BA. A Assessoria de Comunicação (ASCOM) acompanhou as gravações das sessões plenárias do TCE/BA, além de participar das edições com a TV Assembleia.</p>

Diretrizes/Principais Ações	
Garantir a divulgação dos resultados do controle externo.	(23) Aperfeiçoar o conteúdo do Portal e da Intranet.
	- Criação, pelo Ato n.º 284 da Presidência do TCE/BA, de 14/07/2010, de Comitê Gestor do Portal (com publicação no DOE de 15/07/2010), com ações relacionadas em andamento. - Aquisição, em 2010, de certificados digitais para os Portais do TCE/BA, CEDASC e Portal Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil, bem como para os serviços de <i>webmail</i> e Educação a Distância (EaD). Tais certificados garantem aos visitantes dos portais, servidores e demais usuários uma troca segura de informações, sem riscos de os dados trafegados serem interceptados ou alterados. - Ampliação, a partir de fevereiro de 2011, do link de acesso à internet para o TCE/BA e o CEDASC, de 8MBps para 20MBps. - Início, no 2º trimestre de 2011, do projeto de reformulação do Portal Web do Tribunal, tendo como principais objetivos o aperfeiçoamento e incremento de suas funcionalidades, a modernização da interface visual e a melhoria na integração com outros sistemas legados, a exemplo do SEGIN e do BETHA. - Reestruturação, no tocante à área de biblioteca e documentação , dentro do Portal do TCE/BA: de <i>links</i> institucionais, em 2010; do sumário de periódicos, legislação e publicações institucionais, em 2011.
	(24) Divulgar/disponibilizar informações para a sociedade e órgãos públicos.

	(25) Aperfeiçoar o conteúdo do Boletim Informativo e redefinir a sua pauta e periodicidade.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	Implantar novo modelo de gestão de pessoas.	(26) Realizar estudo-diagnóstico do quadro de pessoal.
		<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de estudos com vistas à elaboração de Termo de Referência para a contratação de consultoria relacionada à revisão da política de gestão de pessoas do TCE/BA. - Participação de servidores do TCE/BA em encontros do Grupo Temático de Gestão de Pessoas (GGP) do PROMOEX, bem como em outros cursos/eventos externos versando sobre essa temática, para o intercâmbio de informações na área de pessoal. - Execução de processo licitatório, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), no 4º trimestre de 2011, objetivando a contratação de empresa de consultoria, para a análise de políticas institucionais, procedimentos e práticas para recrutamento, treinamento, promoção e melhoria organizacional (pessoal de auditoria). No 1º trimestre de 2012, foi apresentada proposta técnico-financeira, em fase de análise.
		(27) Mapear competências organizacionais e profissionais.
		<ul style="list-style-type: none"> - Realização, no 4º trimestre de 2010, de Monitoramento do Plano de Ação da Auditoria de Gestão de Pessoal realizada em 2009 pela AUDIT. - Execução pela AUDIT, no 4º trimestre de 2011, da Auditoria Operacional na Gestão de Pessoas e Programas de Capacitação promovidos pelo Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo (CEICE), com o objetivo de verificar a adequação dessas políticas ao Plano Estratégico do TCE/BA (2010-2013). - Início do processo para a disponibilização dos prontuários dos servidores na intranet. No 1º trimestre de 2012, foram realizadas reuniões técnicas do CEDASC com a Gerência de Arquivo e Microfilmagem (GEARQ) do Tribunal, com o intuito de levantar e documentar os requisitos para definição da melhor solução tecnológica, a fim de disponibilizar a consulta dos prontuários dos servidores na intranet. Em tal levantamento, verificou-se a necessidade de atualização da atual ferramenta utilizada para indexação e consulta de documentos digitalizados e mantidos na GEARQ. Assim, estão sendo prospectadas, no mercado especializado, novas soluções para melhorar a disponibilização de tal serviço para os servidores do TCE/BA.

Pessoas e Inovação	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Implantar novo modelo de gestão de pessoas.	<p>(28) Formular política de gestão de pessoas: implantar Plano de Carreira. - Aprovação, mediante a Resolução n.º 68/2011, de Anteprojeto de Lei sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos servidores do TCE/BA, com alterações à Lei Estadual n.º 7.879/2001.</p> <p>(29) Promover concurso público para preenchimento de vagas existentes.</p> <p style="text-align: center;">-----</p> <p>(30) Aprimorar a Sistemática da Avaliação de Desempenho (gestão meritocrática).</p> <p style="text-align: center;">-----</p>

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	Desenvolver competências profissionais e gerenciais.	(31) Alinhar política de capacitação de pessoas com os objetivos estratégicos.
		<ul style="list-style-type: none"> - Realização de Curso de Introdução à Auditoria Ambiental (Módulo 2), integrante do projeto piloto para implantação do ambiente virtual de educação do Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo (CEICE), com a utilização da plataforma <i>Moodle</i>, no exercício de 2010. Apresentou dois objetivos distintos: capacitar servidores para a execução de auditorias com foco nos impactos ambientais decorrentes da gestão dos recursos públicos e difundir na instituição a metodologia de educação a distância. Este curso compreende o trabalho de um grupo de servidores da instituição que, desempenhando diferentes papéis – coordenador, conteudista, tutor e alunos –, participa do processo de implantação da educação a distância no TCE/BA, contando, ainda, com a colaboração de servidora do TCM/RJ, especialista em auditoria ambiental, que atuou no curso como conteudista. - Realização de Curso de Extensão sobre a Execução de Obras Rodoviárias e de Saneamento, aplicado a Auditoria, em 2010, desenvolvido em parceria com a Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o objetivo de promover a atualização de servidores que realizam auditorias em obras rodoviárias e de saneamento. Contou com a participação de dois especialistas do TCU que ministraram conteúdos específicos sobre aspectos críticos da auditoria em obras rodoviárias e de saneamento. Atendeu a um total de 19 profissionais, incluindo servidores do TCE/BA, do TCM/BA e da Auditoria Geral do Estado (AGE), tendo sido financiado com recursos do PROMOEX. - Realização do Workshop sobre Auditoria em Obras Públicas, em 2010, visando promover a avaliação da sistemática de auditoria em obras públicas adotada pelo TCE/BA, com vistas a colher insumos para a elaboração de uma proposta de aprimoramento dos trabalhos nessa área. Contou com a presença do Titular de uma das três Secretarias de Fiscalização de obras do TCU, que palestrou sobre a estrutura e o funcionamento das unidades que executam auditoria de obras naquele Órgão. Participaram do evento 53 pessoas, servidores que atuam na área de auditoria de obras, gerentes de auditoria, coordenadores de controle externo, assessores de Gabinetes e Conselheiros. - Realização de Oficinas de Desenvolvimento Gerencial, objetivando propiciar oportunidades de desenvolvimento profissional para os servidores que ocupam cargos gerenciais no TCE/BA, na área de controle externo, nos diferentes níveis hierárquicos. Foram capacitados 27 servidores em 2010 e 26, em 2011. - Realização de Curso de Gerenciamento de Projetos pela Metodologia do PMI (Project Management Institute) e uso da ferramenta MS-Project para 19 pessoas, em 2011, objetivando capacitar esses servidores, responsáveis pelo desenvolvimento e monitoramento do planejamento estratégico, planejamento operacional e projetos especiais.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	Desenvolver competências profissionais e gerenciais.	(31) Alinhar política de capacitação de pessoas com os objetivos estratégicos.
		<p>- Realização de treinamento no Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), que está sendo implantado no TCE/BA, objetivando apoiar as auditorias, com a implementação de uma nova sistemática de revisão, padronização e racionalização do processo de trabalho auditorial, constituindo a solução tecnológica para substituir o AUDIN. Foram capacitadas 13 turmas, com 55 servidores em 2010 e 118, em 2011. No 1º trimestre de 2012, foram treinados 35 servidores, distribuídos em três turmas. O treinamento foi realizado em parceria com o Comitê Gestor do Sistema e com o CEDASC.</p> <p>- Realização do Curso de Planejamento de Auditoria no TCE/BA, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), em agosto de 2011, que se destaca no plano operativo do Comitê de Capacitação Regional (CCR) da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), tendo como público alvo 23 profissionais de auditoria do TCE/BA, bem como oito auditores dos Tribunais de Contas dos Estados de Pernambuco, Santa Catarina e Tocantins, parceiros do Projeto. O conteúdo programático abrangeu assuntos relacionados ao processo de planejamento de auditoria, contemplando o conhecimento da entidade auditada, a avaliação do controle interno, decisões de auditoria, memorando de planejamento, programas de auditoria, dentre outros temas, alternando teoria e casos práticos, aproveitando a experiência dos tribunais de contas participantes. Esse Curso foi ministrado por especialista da Controladoria Geral da República da Venezuela.</p> <p>- Treinamento em SIMPAS Modular – Licitação, realizado em parceria com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB), teve como objetivo capacitar os servidores para a utilização do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços do Estado da Bahia (SIMPAS) como ferramenta auxiliar da atividade de auditoria. Foram treinados 41 servidores no 3º trimestre de 2011.</p>

Pessoas e Inovação	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Desenvolver competências profissionais e gerenciais.	<p>(31) Alinhar política de capacitação de pessoas com os objetivos estratégicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Treinamento no ZWCAD. O curso teve por objetivo capacitar engenheiros e arquitetos para utilização do ZWCAD 2D como ferramenta auxiliar nas auditorias de obras, proporcionando o desenvolvimento das habilidades necessárias para utilização de seus recursos. Foram inscritos 16 servidores, sendo que 14 concluíram o treinamento. - Execução do Programa de Incentivo à Educação Superior do TCE/BA. No exercício de 2010, encontravam-se em vigência nove bolsas de estudo, sendo uma de graduação (Administração de Empresas), cinco de especialização (Direito Público; Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade; Direito Previdenciário; Direito Tributário; MBA em Auditoria, Controladoria e Gestão Financeira) e três de mestrado (todas em Políticas Sociais e Cidadania). No 4º trimestre de 2011, estavam em vigor cinco bolsas de estudos, sendo três de especialização (Direito Previdenciário, com dois beneficiados; MBA em Auditoria, Controladoria e Gestão Financeira, com um beneficiado), uma de mestrado (Políticas Sociais e Cidadania) e uma de graduação (Psicologia). No período de 19 a 26/03/2012, foram abertas as inscrições para o Programa de Incentivo à Educação Superior, instituído pelo Ato n.º 085, de 22/03/2006. Cumprida a fase de inscrição, chegaram à Gerência de Desenvolvimento de Aperfeiçoamento Profissional (GEDAP) três solicitações, sendo uma para Graduação e duas para Pós-Graduação. Seguindo o trâmite, o expediente foi encaminhado à Presidência, visando a apreciação final e, se for o caso, posterior autorização da concessão das bolsas de estudo. No 1º trimestre de 2012, encontram-se em vigência duas bolsas de estudos, sendo uma de graduação (Psicologia) e uma de especialização (Direito Previdenciário).

Pessoas e Inovação	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações	
	Desenvolver competências profissionais e gerenciais.	(31) Alinhar política de capacitação de pessoas com os objetivos estratégicos.	
- Participação de servidores do TCE/BA em diversos cursos e eventos externos, versando sobre temas relativos à administração pública e controle governamental, tais como:			
Quadro 1 – Cursos e eventos externos de 2010 a 2012			
EVENTO		INSTITUIÇÃO PROMOTORA	
EXERCÍCIO DE 2010			
Seminário PPP Américas 2010 “As Parcerias Públicas e Privadas (PPP) no Brasil e América Latina: Desafios e Perspectivas”		Banco Interamericano de Desenvolvimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Governo do Estado da Bahia; Banco do Nordeste do Brasil	
Gestão por Processos: Ferramenta para o Sincronismo Organizacional		Conexões Educação Empresarial	
X Congresso Brasileiro de Direito do Estado		Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)	
5º Fórum Nacional Competências e Gestão para Resultados		Conexões Educação Empresarial	
I Congresso Baiano de Engenharia Sanitária e Ambiental		Acqua Consultoria	
Curso de Auditoria Operacional (AOP Presencial)		Instituto Serzedello Corrêa (ISC)/TCU	
Seminário Nacional das Tendências do Controle e da Auditoria Governamental 2010		Fundação Médica e Educacional Prof. Teixeira (FUNTEX)	
I Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas		ATRICON; IRB; PROMOEX; TCE/MS	
Encontro de Capacitação em Gestão de Pessoas		Grupo Temático de Gestão de Pessoas/PROMOEX	
II Oficina de Capacitação em Planejamento Estratégico		Instituto Serzedello Corrêa (ISC)/TCU	
2º Fórum Nacional - Gestão por Processos no Setor Público		Conexões Educação Empresarial	
Seminário Internacional “Sustentabilidade da Auditoria Operacional”		Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Banco Interamericano de Desenvolvimento; PROMOEX	
II Encontro Técnico sobre Normas de Auditoria Aplicáveis ao Controle Externo		Instituto Rui Barbosa (IRB)	
Curso de Formação Geral para Controle dos Investimentos em Infraestrutura para a Copa 2014 – Auditorias de Obras; Fiscalização Ambiental; Controle de Parcerias Público-Privadas		Instituto Serzedello Corrêa (ISC)/TCU	
I Simpósio Internacional sobre Gestão Ambiental e Controle de Contas Públicas		Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM)	
III Congresso Brasileiro de Direito Público	Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)		

Pessoas e Inovação	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações	
	Desenvolver competências profissionais e gerenciais.	EXERCÍCIO DE 2011	
EVENTO		INSTITUIÇÃO PROMOTORA	
IX Fórum Brasil de Administração		Múltipla – Difusão do Conhecimento	
Seminário Acompanhamento das Ações para Realização da Copa 2014		Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia (CREA/BA)	
II Simpósio Internacional PwC: Inovação em Gestão Pública		Detail Eventos & Produção	
Gestão e Fiscalização de Contratos na Administração Pública		CONSULTRE – Consultoria e Treinamento	
XI Congresso Brasileiro de Direito do Estado		Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)	
Fórum Internacional de Direito Público & X Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado		Múltipla – Difusão do Conhecimento	
Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas/Reunião de Trabalho do IBRAOP		Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC)	
IX Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública		Fórum Cultural Organização de Eventos Ltda.	
Fórum Permanente de Gestão de Desempenho		Tribunal de Contas da União (TCU)	
6º Fórum Nacional Competências & Gestão para Resultados		Conexões Educação Empresarial	
VII Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública		Fórum Cultural Organizacional de Evento Ltda.	
VII Congresso Brasileiro de Licitações, Contratos e Compras Governamentais		Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)	
Workshop Rh Métrica e Indicadores		Conexões Educação Empresarial	
II Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas		ATRICON; IRB; PROMOEX; TCE/RJ	
II Encontro de Planejamento Estratégico dos Tribunais de Contas (PROMOEX)		ATRICON; IRB; MPOG; TCE/RS	
Encontro Nacional do Grupo de Atos de Pessoal (PROMOEX)		ATRICON; IRB; MPOG; TCE/RS	
EXERCÍCIO DE 2012			
Treinamento Fiduciário Banco Mundial		Banco Mundial	
Workshop Acompanhamento de Concessões/PPPs: Gestão e Auditoria de Contratos		Secretaria da Fazenda, World Bank Institute - International Finance Corporation (IFC) e a Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)	
16º Curso de Capacitação e Certificação em Ouvidoria		Associação Brasileira de Ouvidoria – Seção Santa Catarina e a OMD Soluções para Ouvidorias	
Contratações Específicas – Aspectos Polêmicos e Controvertidos		JAM Jurídica Editoração e Eventos Ltda.	
Fontes: CEICE e UEL do PROMOEX no TCE/BA.			

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	Desenvolver cultura orientada a resultados.	(32) Consolidar o Sistema Integrado de Planejamento e Avaliação: alinhar Plano Estratégico, Diretrizes Anuais, Planos Operacionais Anuais e Avaliações de Desempenho.
		<p>- Elaboração das Diretrizes do TCE/BA para o biênio 2012-2013. A Presidência do TCE/BA realizou, a partir de janeiro de 2012, uma série de encontros com os servidores da Casa com o propósito de discutir as linhas gerais que nortearão a gestão do biênio 2012-2013. Os encontros foram realizados de forma setorial, com vistas a possibilitar uma interlocução mais objetiva e direta com cada área estratégica do Tribunal. No dia 24/01/2012, no Auditório da União dos Municípios da Bahia (UPB), o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, reuniu-se com cerca de 300 servidores da atividade controladora, momento em que enfatizou a necessidade de otimizar a gestão de pessoas, de fortalecer a comunicação com o público interno e externo, bem como de promover uma maior divulgação das ações do TCE/BA junto à sociedade. De forma sequencial e complementar, foram realizados encontros do Presidente e sua equipe com as Coordenadorias de Controle Externo (iniciando-se as oficinas de Trilhas de Auditoria, que subsidiarão o planejamento das auditorias) e com os servidores vinculados à Secretaria Geral, à Diretoria Administrativa e Financeira, à Superintendência Técnica, ao Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo, à Coordenadoria de Projetos Especiais, à Ouvidoria, à Assessoria Técnico-Jurídica, à Assessoria de Comunicação, à Corregedoria, ao Ministério Público Especial e ao CEDASC.</p>
		<p>- Implementação de ações visando à consolidação do Plano Operacional Anual, referente ao exercício de 2012, contemplando as metas consignadas por todas as unidades do TCE/BA e do CEDASC no Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP), conforme as diretrizes estabelecidas no Plano de Diretrizes, aprovado mediante a Resolução n.º 092/2011.</p>
		<p>- Aprovação das avaliações de desempenho da Instituição, da equipe de trabalho e individual dos servidores do TCE/BA e do CEDASC, referentes ao exercício de 2009, em 25/05/2010, conforme a Resolução n.º 38/2010. As avaliações de desempenho, relativas ao exercício de 2010, foram aprovadas em 04/08/2011, mediante a Resolução n.º 57/2011. Essas avaliações utilizaram a automatização promovida pelo Sistema Integrado de Avaliação (SIAV).</p> <p>- Realização do processo de avaliação de desempenho institucional e das equipes de trabalho, a partir do alcance das metas das unidades do TCE/BA e do CEDASC, estabelecidas no Plano Operacional Anual para o exercício de 2011 e suas respectivas alterações;</p> <p>- Realização do processo de avaliação de desempenho individual dos servidores do TCE/BA e do CEDASC, referente ao exercício de 2011, com a utilização do Sistema de Avaliação Institucional (SIAV);</p> <p>- Início da elaboração do relatório consolidado da avaliação de desempenho institucional, da equipe de trabalho e individual do exercício de 2011, com apuração dos pontos de produtividade para efeito de pagamento da parcela variável pelo exercício do controle externo, devida a partir de abril de 2012.</p>
(33) Realizar diagnóstico organizacional.		

Orçamento e Estrutura	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Racionalizar e otimizar a utilização de recursos.	<p>(34) Desenvolver política de redução de gastos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de projetos objetivando o uso otimizado dos recursos computacionais e de energia elétrica e a disseminação dessas iniciativas, alinhados à tendência mundial, contribuindo com a preservação do meio ambiente. Em 2010, por exemplo, foi adquirido e implantado um software que permite gerenciar todo o parque de impressoras, através da emissão de relatórios com número de páginas impressas por usuário, por impressora, por setor, por período de tempo, dentre outros. Tais informações permitirão a tomada de decisão para otimizar o uso dos equipamentos e dos suprimentos de informática, subsidiando a implementação de campanhas educativas, objetivando incentivar a sustentabilidade e a economia no uso desses recursos computacionais, conforme estabelecido no Ato n.º 387/2010, da Presidência do TCE/BA. - Elaboração de projeto, em 2011, para a racionalização do uso dos equipamentos e suprimentos de tecnologia da informação. No 1º trimestre de 2012, o resultado desse trabalho foi encaminhado à Presidência do TCE/BA que, determinou ao CEDASC e à Diretoria Administrativa e Financeira (DIRAF), a ampliação dos estudos, no sentido de se promover uma redistribuição física dos equipamentos de impressão, considerando o quantitativo de servidores, por unidade técnica e administrativa, natureza dos trabalhos e volume de impressões. Nesse sentido, o CEDASC realizou internamente a redistribuição e a diminuição do quantitativo desses equipamentos em seus diversos setores, resultando na redução das impressoras instaladas de 10 para 5, sem prejuízo para as atividades da Autarquia. - Normatização de adiantamentos, com encaminhamento de orientações aos usuários, visando facilitar a formalização das prestações de contas dos recursos recebidos, e, assim, evitar ações de retrabalho para a realização de correções, inclusive com implantação de formulário de conciliação bancária com orientações sobre seu preenchimento. - Orientações aos recebedores de diárias para viagem, com vistas a facilitar a formalização das prestações de contas dos recursos recebidos, e, assim, evitar ações de retrabalho para a realização de correções. - Elaboração de formulários para serem utilizados no controle dos gastos com combustível e reparos de veículos, o que facilitou os procedimentos de conferência e liquidação dos respectivos pagamentos; - Acompanhamento dos processos de contratação de serviços ou renovação de contratos existentes, analisando-se a propriedade dos valores apresentados, bem como outros detalhes relativos à contratação, como prazo de vigência, especificação dos serviços etc. - Acompanhamento de processos licitatórios, objetivando que fossem sempre contratadas as empresas que apresentassem os melhores preços, em conformidade com as especificações exigidas, e fazendo as devidas reservas orçamentárias para a apropriação das despesas. - Acompanhamento dos gastos com adiantamentos, objetivando redirecionar as compras continuadas para aquisição através de licitação, otimizando sua movimentação e registro.

Orçamento e Estrutura	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Racionalizar e otimizar a utilização de recursos.	(35) Implantar Sistema de Gestão de Custos.

	Alinhar a estrutura à estratégia da Organização.	Diretrizes/Principais Ações
		(36) Promover o alinhamento da estrutura organizacional com os objetivos estratégicos.
<ul style="list-style-type: none"> - Realização de concurso público de provas e títulos para o cargo de Procurador do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, cujo resultado final foi homologado pelo Edital n.º 14/2011, publicado no DOE de 18/01/2011. Os três primeiros Procuradores foram nomeados e empossados em fevereiro de 2011, dando início ao desempenho de suas atividades, na forma da Lei Estadual n.º 10.547/2006 e suas posteriores alterações. Em 29/07/2011 foi nomeada mais uma candidata aprovada no referido Concurso Público. Assim, o quadro do Ministério Público de Contas passou a ser composto por quatro Procuradores. - Acompanhamento da implementação do Plano Estratégico 2010-2013, com apresentação de documentos específicos a título de insumos para os processos de discussão e aprovação dos Planos de Diretrizes para os exercícios de 2011 e 2012. - Introdução ao processo de elaboração do Plano Operacional de mecanismos destinados a assegurar que o programa de trabalho (metas e produtos) das unidades deste TCE/BA reflita, no seu conjunto, os rumos ditados pelo Plenário através do Plano de Diretrizes. - Elaboração do planejamento do CEDASC (2011-2013), baseado na metodologia <i>Balanced Scorecard</i> (BSC), aderente ao Plano Estratégico do TCE/BA (2010-2013). No Plano do CEDASC estão apresentados os objetivos e diretrizes estratégicas e respectivos indicadores de desempenho. A versão definitiva deste Plano (2011-2013) foi submetida ao Conselho de Administração e Fiscalização da Autarquia, em reunião extraordinária realizada em 31/01/2011, que o aprovou, à unanimidade, mediante a Resolução n.º 01/2011. 		

Orçamento e Estrutura	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	<p>Alinhar a estrutura à estratégia da Organização.</p>	<p>(36) Promover o alinhamento da estrutura organizacional com os objetivos estratégicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementação, no 2º semestre de 2010, de diversas melhorias no Datacenter, no que diz respeito à infraestrutura física, refrigeração do ambiente, redimensionamento da carga de energia e reorganização da rede lógica. Além dessas ações, o CEDASC contratou empresa especializada que elaborou projeto para instalação de um grupo gerador para alimentar os ativos de rede do <i>Datacenter</i>, em caso de descontinuidade no fornecimento de energia elétrica. Em 2010, foram configurados equipamentos adquiridos e entregues em dezembro de 2009 (quatro novos servidores com 12 núcleos de processamento cada, com <i>software</i> de virtualização), visando atender às demandas resultantes da implantação de novos sistemas e da ampliação da capacidade de processamento do <i>Datacenter</i>. Em 2010, foi realizada, ainda, a migração de boa parte do ambiente de produção para este novo ambiente. - Ampliação da capacidade de processamento e armazenamento do Datacenter, no 3º trimestre de 2011, com: o andamento do processo de aquisição de servidores de rede de alto desempenho, para aumentar a capacidade de processamento do <i>Datacenter</i>. Essa ampliação visa atender à crescente demanda por processamento, incluindo o tratamento de bases de dados oriundas de convênios com outras entidades da administração pública; a aquisição de unidades de <i>upgrade</i> da solução de armazenamento de dados, utilizada para consolidar, em um único ambiente, as informações armazenadas nos diversos servidores de rede, facilitando o gerenciamento e aumentando a confiabilidade e a disponibilidade no acesso às informações. - Execução de ações visando à reestruturação da rede lógica do TCE/BA. No 3º trimestre de 2011, foi realizada a licitação para aquisição de novos ativos, objetivando a interligação entre os centros de fiação, distribuídos pelos quatro pavimentos das instalações físicas do Tribunal e os servidores de rede, assim como de <i>software</i> específico para gerenciar o novo ambiente. Acrescente-se que para a consecução desse Projeto também foi necessária a troca de todo o cabeamento lógico que permitirá que essas conexões (fibras óticas e cabeamento) atendam aos requisitos técnicos para a melhoria do desempenho da rede.

Orçamento e Estrutura	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	<p style="text-align: center;">Alinhar a estrutura à estratégia da Organização.</p>	<p>(36) Promover o alinhamento da estrutura organizacional com os objetivos estratégicos.</p>
<p>(37) Reestruturar a área responsável por gestão de pessoas.</p>		-----
<p>(38) Rever o funcionamento e composição do Comitê de Auditoria.</p>		-----